

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

INGRID CRISTINI KROICH FRANDJI

AGÊNCIA FEMININA NO EGITO ROMANO (III D. C. - V D. C.)

CURITIBA

2017

INGRID CRISTINI KROICH FRANDJI

AGÊNCIA FEMININA NO EGITO ROMANO (III D. C. - V D. C.)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em História, no Curso de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimentos na História, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Frandji, Ingrid Cristini Kroich
Agência feminina no Egito Romano (III D. C. - V D. C.) / Ingrid
Cristini Kroich Frandji – Curitiba, 2017.
114 f.; 29 cm.

Orientadora: Renata Senna Garraffoni
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

1. Civilização antiga - História. 2. Mulheres – Egito - História. 3.
Mulheres – História – Condições sociais. I. Título.

CDD 932.01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA
Código CAPES: 40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **INGRID CRISTINI KROICH FRANDJI**, intitulada: "**Agência Feminina no Egito Romano (III d. C. - V d. C.)**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

CURITIBA, 21 de Março de 2017.

Renata Senna Garraffoni

RENATA SENNA GARRAFFONI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

Ana Paula Vosne Martins

ANA PAULA VOSNE MARTINS
Avaliador Interno (UFPR)

Pedro Ipiranga Júnior

PEDRO IPIRANGA JÚNIOR
Avaliador Externo (UFPR)



À minha mãe, Ana Cristina, que
segurou minha mão quando eu flertava
com o abismo.

All of my love to you.

AGRADECIMENTOS

You kept me honest. You made me a whole person. I owe you everything. (...) and you owe me nothing. I don't know if I wanna do this alone. I don't even know if I can.

Fox Mulder – The X Files (1998)

Nestes dois anos de mestrado, tive o privilégio – e a sorte! – de ter pessoas maravilhosas ao meu lado. O primeiro agradecimento desta dissertação é para a pessoa que moldou meu caráter, o meu exemplo de perseverança e a definição da palavra amor. Mãe, nem todas as palavras do mundo podem traduzir o tamanho do meu agradecimento, mas eu posso tentar: obrigada por tudo que você fez por mim nestes dois anos – e em toda a minha vida! –, pelo seu amor e carinho constantes e, principalmente, por não ter desistido de mim. Por ter me ajudado nos momentos mais difíceis dessa caminhada árdua que é vida, por oferecer todos os meios para que eu realize meus sonhos e por me amar incondicionalmente. Eu não teria conseguido sem você – e não falo só da dissertação.

À minha família, pelo constante apoio em um dos momentos mais difíceis que passei. Um agradecimento especial à minha avó, Nadir, um dos meus maiores exemplos de simplicidade e amor e ao meu pai, Samarone, pela força e pela resiliência mesmo nos momentos de dificuldade.

À Amanda, que deixou de ser apenas uma amiga há anos e se tornou a irmã que nunca tive. Obrigada por todos os longos abraços, pelas conversas, por me entender melhor do que ninguém, por não julgar minhas escolhas e pela constante lembrança de que aquilo que é verdadeiro se transforma em vários aspectos, mas permanece. Fico feliz em saber que você está ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

À Nicolle, mulher maravilhosa que eu conheci ainda na graduação do curso de História e que se tornou uma das minhas melhores amigas. Ni, obrigada por ser um poço de sensibilidade na minha vida – logo eu, tão diferente de você nesse sentido! –, pelas conversas histórico-filosóficas, pelos momentos de descontração

assistindo qualquer programa ruim nas quartas à noite, pelos cafés e por estar sempre presente, mesmo morando em outro estado.

À minha orientadora, Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni, que me orientou – no sentido real da palavra, além do teor acadêmico que ela carrega – com toda a paciência e dedicação do universo durante estes dois anos, além dos anos anteriores da graduação. Obrigada por ter me ensinado a ver a História e o mundo de maneira mais plural, por ter aceitado esta pesquisa e por ter confiado na minha capacidade em relação ao tema desta dissertação.

Agradeço também o professor Dr. Marcos Gonçalves e a professora Dra. Karina Kosicki Belotti, da linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimentos na História, pelas valiosas contribuições nas disciplinas cursadas durante o mestrado. Este agradecimento se estende à professora Dra. Ana Paula Vosne Martins que, além da disciplina ministrada no primeiro semestre do mestrado, também aceitou fazer parte da banca de qualificação e de defesa desta dissertação, sempre com apontamentos relevantes. Ainda nos agradecimentos aos professores, sou grata ao professor Dr. Pedro Ipiranga Jr., do DEPAC, pelo auxílio durante as aulas de grego e por conhecer este trabalho desde o início e aceitar fazer parte da banca de qualificação e de defesa, ressaltando o caráter interdisciplinar da pesquisa e trazendo contribuições frutíferas para pensar a relação entre Letras e História.

À Raissa, que me viu em um dos piores momentos da minha vida e mesmo assim me ajudou sem pedir nada em troca. À Carmem, por me ouvir reclamar incessantemente sobre mil coisas e responder com algumas verdades incômodas, mas necessárias – é sempre bom ter alguém assim na nossa vida porque isso é sinônimo de cuidado e amor. À Vanessa, por sempre me ouvir, por nunca deixar eu me sentir sozinha e por dividir comigo as questões acadêmicas sobre Egito/egiptologia.

À Caroline, que nunca mediu esforços para se mostrar presente e é a definição da palavra companheirismo. Obrigada por sempre tentar me animar mesmo nos momentos mais difíceis, por nunca recusar um convite para sair, por me oferecer pouso quando necessário e por aguentar todas as minhas teorias sobre Star Wars.

Ao Alexander, amigo de longa data que sempre me ajuda nas questões foucaultianas e pós-estruturalistas. Aos *pais* Bianca e Adriano, pela parceria em vários aspectos da vida – incluindo lembranças constrangedoras da minha adolescência – e, especialmente falando do Adriano, por dividir comigo essa vontade de estudar e de compreender o mundo antigo.

Ao DAAD, pela concessão da bolsa para o *Hochschulwinterkurs* em Berlim, sem a qual eu não teria acesso à boa parte da bibliografia aqui utilizada. Ao *Herr* Marius Gerhardt, que me ajudou imensamente ao permitir que eu utilizasse a biblioteca da coleção de papiros de Berlim. *Vielen Dank!*

Ainda falando em Berlim, agradeço todas as pessoas maravilhosas que eu encontrei na capital alemã: vocês fizeram meus dois meses nesta cidade se tornarem uma das melhores experiências da minha vida. Um agradecimento especial à Laura, a melhor *mitbewohnerin* que eu poderia ter no meu primeiro mês em Berlim, obrigada por ter me apresentado a cidade da melhor maneira possível. Agradeço também à Michele que me acolheu – literalmente – quando precisei e sempre foi parceira de saídas e de conversas. *Ich vermisse euch!*

Por fim, ao CNPq, pela concessão da bolsa que possibilitou a dedicação exclusiva à dissertação.

*Ich überwand mich, den
Leidenden, ich trug meine eigne Asche zu
Berge, eine hellere Flamme erfand ich
mir.*

Friedrich Nietzsche – Also sprach Zarathustra

RESUMO

Esta dissertação procura analisar de que maneira mulheres do Egito Romano buscavam os instrumentos legais para a manutenção de seus direitos. Neste sentido, foram analisadas oito petições, deliberadamente escolhidas, para demonstrar como as mulheres utilizavam-se de recursos retóricos para a garantia de seus direitos perante situações de violência. Além disso, estas petições também foram analisadas para pensar como estas mulheres buscavam a construção de suas próprias identidades a partir das narrativas dos papiros. Para que esta análise fosse possível, foi estabelecida uma discussão com questões acerca da vida das mulheres na Antiguidade, feminismo, gênero, pós-estruturalismo e agência. Ao considerar estas questões teóricas, foi possível observar que as mulheres do Egito Romano eram dotadas de espaços de agência e utilizavam estes espaços para que seus direitos fossem respeitados, demonstrando assim um processo complexo de uso dos jogos de poder presentes no contexto para que fossem respeitadas, contrapondo uma visão historiográfica que coloca as mulheres como submissas no mundo antigo.

Palavras-chave: Egito Romano; agência feminina; estudos de gênero.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze how women from Roman Egypt sought legal instruments for the maintenance of their rights. I chose eight petitions to demonstrate how women used rhetorical resources to guarantee their rights in situations of violence. In addition, these petitions were also analyzed to discuss how these women sought to construct their own identities regarding the narratives of the papyri. The main focus is on women daily lives in antiquity and the theoretical support used is mainly on feminism, gender, poststructuralism, and agency. In considering these theoretical approaches, I was able to observe that women on Roman Egypt were endowed with agency and fought for their right and also rethink a historiographical view that places women as submissive in the ancient world.

Key-words: Roman Egypt; female agency; gender studies.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	ANTIGUIDADE E DIFERENÇA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS.....	18
1.1	ENTRE FEMINISMOS E HISTÓRIA.....	19
1.2	PÓS-ESTRUTURALISMO E AGÊNCIA.....	26
1.3	ANTIGUIDADE E DIÁLOGOS FEMINISTAS.....	36
1.4	MULHERES E EGITO ROMANO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	40
2	ENTRE TEORIA PÓS-COLONIAL, EGITO E PAPIROS.....	45
2.1	O INÍCIO DA PAPIROLOGIA.....	45
2.2	A PAPIROLOGIA ENQUANTO DISCIPLINA.....	49
2.3	DIÁLOGOS PÓS-COLONIAIS.....	55
2.4	LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO.....	59
3	NARRATIVA E AGÊNCIA NO EGITO ROMANO.....	81
3.1	VIOLÊNCIA NOS PAPIROS.....	82
3.2	AGÊNCIA FEMININA NAS NARRATIVAS DOS PAPIROS.....	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS.....	111

INTRODUÇÃO

Pensar as mulheres na História, em seus mais variados contextos e práticas, é um tema que tem sido constantemente buscado nas últimas décadas: analisar a experiência feminina ao longo dos séculos, ressaltando como as mulheres viviam e viam a si mesmas, se mostrou uma ferramenta profícua para enriquecer a análise histórica e observar de que maneira o discurso historiográfico foi construído deixando de lado a experiência de parte da sociedade. Neste sentido, esta dissertação se insere nesta perspectiva, pois procura evidenciar aspectos da vida das mulheres no passado, ressaltando a diferença em suas ações e como elas próprias percebiam sua existência dentro de uma sociedade tão plural quanto o Egito Romano dos séculos III a V da era cristã, já que mantinha características egípcias, helenas, romanas e passava pelo início do processo de cristianização.

As primeiras ideias do que viria a ser esta dissertação começam a ser moldar ao longo da minha graduação, cursada também na UFPR. Durante a graduação, ainda no primeiro ano, fui contemplada com uma bolsa na qual deveria organizar, junto de minha atual orientadora, professora Dra. Renata Senna Garraffoni, e o professor Dr. Alessandro Rolim de Moura, do atual Departamento de Polonês, Alemão e Clássicas da UFPR, oficinas para alunos de escolas públicas de Curitiba. O público-alvo escolhido foram alunos do 6º e 7º ano, com uma faixa etária entre 10 e 13 anos. As oficinas se destinavam a mostrar um viés diferente sobre a História Antiga e, neste sentido, foram mostradas temáticas como sexualidade, narrativas mitológicas e fontes do passado – entre as quais os papiros. Após este contato inicial, me interessei pela temática da História Antiga, sem, contudo, manter uma pesquisa única nesta área.

Em meados da graduação, a partir do contato com o feminismo, pensei novamente em estudar História Antiga a partir de um viés de gênero e, fazendo um levantamento de documentação, entrei em contato com um papiro, no qual uma mulher reclamava dos abusos provocados pelo seu marido contra ela. Tendo escolhido este documento e após um intercâmbio na Alemanha¹, foi possível também entrar em contato com uma historiografia sobre o Direito Romano e, desta maneira, escrevi minha

¹ O intercâmbio foi realizado entre setembro de 2012 e março de 2013, financiado com bolsa da Wilhelm von Finck Stiftung, na Universidade de Passau, Alemanha.

monografia como uma análise entre questões de gênero, legislação e direitos femininos no Egito Romano, tendo o papiro como um estudo de caso.

Certamente o tema escolhido não era o mais simples, visto que os estudos sobre Egito Romano no Brasil eram – e ainda são – escassos e, para além disso, estudar mulheres na Antiguidade, de maneira geral, tem suas ressalvas em alguns meios acadêmicos, que veem o tema como superficial e sem relevância para a compreensão do mundo antigo. Sem concordar com estas perspectivas, procurei sempre salientar como estudar a História das mulheres na Antiguidade – seja a partir da História Social ou das questões de gênero – pode contribuir para entendermos um passado mais plural, nas quais as relações que se estabelecem entre os sujeitos vão além daquelas entre os grandes nomes do passado – geralmente homens – e passam a compreender também sujeitos marginalizados, como as mulheres, as crianças e os escravos.

As discussões que permeiam esta dissertação, portanto, procuram enfatizar o caráter plural da experiência das mulheres na Antiguidade, sobretudo no Egito Romano, fazendo um deslocamento de uma historiografia que destaca questões jurídicas e econômicas – como as mulheres eram tratadas perante a lei e como administravam seus negócios – sobre a vida das mulheres no Egito Romano para pensar em questões culturais – como as mulheres reagiam em situações de violência e como enxergavam a si mesmas dentro da sociedade. Este deslocamento procura enfatizar a voz das mulheres e a experiência que elas constroem sobre si mesmas, para além das fontes oficiais ou econômicas. Neste sentido, a ideia de pensar a prática das mulheres coincide com uma perspectiva feminista de compreender como a experiência feminina é marcada pelas questões de gênero e que esta experiência é durável – no sentido que as construções de gênero podem limitar as mulheres nos mais variados contextos – mas não imutável – porque as mulheres, mesmo em situações adversas, encontraram maneiras de repensar suas próprias existências e agir mesmo com conjunturas desfavoráveis. É por isso que o conceito de agência tornou-se fundamental para esta dissertação, afinal, como já apontou Barker, agência é “a capacidade socialmente

construída de agir”² e “a maneira culturalmente inteligível de entendermos a nós mesmos”.³

A utilização dos papiros como documentação principal, neste caso, se dá pelas diferentes possibilidades de análise que esse tipo de fonte propõe, visto que, ao observar esta documentação, é possível perceber de que maneira as mulheres pensavam a violência que sofriam e como agiam para que seus direitos fossem reconhecidos. A escolha desta tipo de documentação é deliberada: pretende-se fazer uma análise pautando-se em um estudo de caso, salientando de que maneira é possível pensar o mundo antigo a partir de experiências mais plurais das mulheres. A análise que se busca fazer a partir das fontes procura salientar de que maneira a violência contra as mulheres era registrada no contexto, como era vista pela sociedade e quais eram os mecanismos utilizados em defesa, ressaltando o processo de agência feminina para que a manutenção dos próprios direitos fosse garantida. Neste sentido, faz-se necessário pensar não apenas na maneira que a violência contra as mulheres era perpetrada, mas especialmente em como as mulheres que sofreram violência, nos mais diversos contextos e situações, buscam uma forma de ação.

A partir do que foi acima exposto, é importante salientar que esta dissertação não pretende construir metanarrativas sobre o Egito Romano. A razão desta escolha é teórica, por entender que, ao construir um contexto de análise descritivo no qual os problemas históricos são inseridos, perde-se a problematização – ela se torna uma relação de causa e efeito dentro do próprio contexto. A ideia aqui é exatamente ir além das relações de causa e efeito para explicar os problemas históricos. Nesta dissertação, pretende-se entender de que maneira as mulheres do Egito Romano, ao reclamarem sobre violência, utilizavam-se de recursos retóricos para que a manutenção de seus direitos fosse assegurada. Neste sentido, entende-se que este processo de pensar os jogos de poder a partir da narrativa configura um espaço de agência feminina: mesmo diante de uma situação de violência, as mulheres não apenas fizeram

² BARKER, Chris. **Cultural Studies: Theory and Practice**. London: Sage. 2000. P. 237. No original: “*the socially constructed capacity to act*”. Tradução da autora. Todas as traduções apresentadas neste e nos capítulos seguintes foram feitas pela autora e é dela a responsabilidade por estas.

³ Idem, *ibidem*. No original: “*a culturally intelligible way of understanding ourselves*”.

reclamações contra seus agressores, como também utilizaram a legislação e o jogo retórico a seu favor para que seus direitos fossem garantidos.

No que diz respeito à estrutura da dissertação, esta será composta por três capítulos. No primeiro, procuro levantar questões importantes sobre o feminismo enquanto movimento social da década de 1960, salientando as diferenciações que existem entre as questões teóricas – o conceito de gênero, a História Social das Mulheres, a influência do pós-estruturalismo e o conceito de agência. Para além disso, busco também contextualizar o pós-estruturalismo, ressaltando alguns autores principais e salientando a influência desta corrente de pensamento na maneira que resolvi escrever esta dissertação e como há um impacto desta corrente teórica nos estudos sobre agência. Por fim, analisei como as mulheres são pensadas nos estudos atuais sobre o Egito Romano, e de que maneira esta pesquisa se propõe a uma análise diferente, priorizando as categorias transversais, sem deixar de explorar questões culturais do contexto.

No segundo capítulo considero importante, antes de apresentar os documentos, ressaltar o contexto no qual estes foram encontrados. No que diz respeito às discussões sobre Papirologia, busco neste capítulo enfatizar como a disciplina é construída enquanto uma narrativa específica sobre o passado, que passa a existir em um contexto imperialista. Para além disso, discuto também de que maneira a legislação romana é vista no que tange às mulheres para pensar como a própria historiografia construiu uma imagem da mulher submissa no mundo antigo, salientando algumas visões que considero importantes para a maneira que esta pesquisa teoricamente se situa: pensando a produção do conhecimento sobre a Antiguidade como parte inerente do processo de análise da documentação. Ainda neste capítulo, trago as fontes no original em grego e suas respectivas traduções.

Por fim, pretendo, no último capítulo, discutir de que maneira, a partir da documentação aqui estudada, é possível observar a agência feminina em duas situações: primeiramente, ao analisar estas documentações, é possível observar alguns jogos de poder pautados na retórica da narrativa dos papiros, evidenciando assim de que maneira as mulheres enxergavam a violência que sofriam; o segundo ponto diz respeito à ideia de pensar a narrativa dos papiros enquanto um processo de construção

de identidade dentro da própria sociedade em que se vive, visto que, no Egito Romano, a estima social era algo constantemente julgado pelos pares e as petições podem demonstrar uma maneira pela qual as peticionárias esperavam justiça perante situações de violência.

Acredito que este tipo de análise propicia um olhar mais plural sobre o passado e sobre as experiências femininas, pensando além de categorias universalizantes que restringem o papel feminino à submissão. Além disso, com esta dissertação, almejo fazer uma contribuição aos estudos sobre as mulheres na Antiguidade que são feitos no Brasil, além de trazer à tona o contexto do Egito Romano enquanto uma possibilidade de análise bastante rica que ainda é pouco explorada pelos pesquisadores brasileiros. Desta maneira, pretendo contribuir para a construção de uma narrativa mais plural sobre o passado, que ressalta as diferenças e busca acentuar os sujeitos esquecidos e marginalizados da História.

1. ANTIGUIDADE E DIFERENÇA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Esta dissertação busca ressaltar o caráter interdisciplinar e plural dos estudos sobre a Antiguidade, analisando de maneira crítica determinadas visões sobre o mundo antigo que buscaram limitar o espaço de ação de sujeitos pela historiografia tradicional, principalmente as mulheres. A postura aqui adotada procura enfatizar as relações de dominação e poder na construção do discurso historiográfico e de que maneira há um silenciamento do papel feminino, ainda que muitas fontes deixem explícita a voz das mulheres.

Neste primeiro capítulo, pretendo explorar questões sobre como o olhar contemporâneo dos historiadores pode criar novas perspectivas de análise sobre o passado e, neste caso, sobre a Antiguidade. Para tal, demonstrarei de que maneira o feminismo, enquanto mudança de paradigma epistemológico ao longo do século XX, possibilitou uma nova abordagem de fontes e métodos utilizados na análise das ciências sociais. Não pretendo, com isso, construir uma narrativa linearizada do movimento feminista, mas sim elencar autoras e autores que considero importantes, seja primeiramente em um aspecto mais geral da relação entre feminismo e estudos históricos, seja especificamente no impacto do feminismo dentro dos estudos sobre a Antiguidade.

Posteriormente, trarei algumas considerações sobre o conceito de agência, que norteia este trabalho, relacionado especialmente às discussões feministas e pós-estruturalistas, salientando que a mudança no olhar, proporcionada especialmente pelo pós-estruturalismo, contribui para que seja possível atualmente analisar de maneira diversificada o passado, ressaltando a interdisciplinaridade e a busca pela diferença. A categoria gênero, enquanto recorte transversal, possibilita este olhar pautado na mudança do lugar comum nos estudos históricos e, portanto, será enfatizada no decorrer deste capítulo.

Por fim, trarei algumas contribuições atuais no que diz respeito à análise de papiros que refletem a vida de mulheres na Antiguidade, especialmente em âmbito internacional, refletindo a diferença entre a maneira pela qual os papiros são estudados enquanto fontes históricas, como as mulheres são enxergadas nestes e o modo que me proponho a analisá-los, além de ressaltar como este tipo de

documentação foi pensada ao longo do século XX à luz de diferentes vertentes historiográficas.

1.1 Entre feminismos e História

Ao comentar sobre feminismo, é importante salientar que deve-se empregar o plural: são movimentos feministas que marcam o século XX e, assim, permitem uma mudança na maneira pela qual as mulheres se veem e são vistas na sociedade, não apenas uma única frente explicativa que questiona os paradigmas impostos às mulheres ao longo da história, mas sim diferentes correntes teóricas que se aproximam em alguns aspectos enquanto se distanciam em outros. Aqui, meu ponto principal é salientar de que maneira o movimento é construído no meio acadêmico, seu impacto na História Social, como este é problematizado e, posteriormente, de que maneira estes estudos se desdobram também para o campo dos estudos clássicos. Para se analisar o impacto do feminismo nas ciências sociais, é importante primeiramente delimitar de que maneira o feminismo se configura enquanto um ponto de reflexão de extrema importância na construção de novas formas de conhecimento.

Neste sentido, o feminismo que será focado neste capítulo é aquele conhecido como “feminismo de segunda onda”. A escolha deste recorte temporal e teórico é explicada pela necessidade de ter um ponto de partida que enfatize de que maneira o discurso acadêmico é influenciado pelo feminismo. Não pretendo, com isso, minimizar ou excluir as contribuições teóricas que vieram antes da década de 1960 – como as reflexões de Alexandra Kollontai em *A Nova Mulher e a Moral Sexual* (1918), Virginia Woolf em *A Room of One's Own* (1929), Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1949)⁴ – mas sim atentar especialmente a como a História Social das Mulheres se configura enquanto um espaço de debate acadêmico.

Como já foi citado, esta pesquisa não tem como foco uma análise pautada na História Social das Mulheres, então por que partir especificamente destes conceitos? A resposta para esta pergunta reside no fato de que esta dissertação parte dos estudos históricos, e compreender de que maneira o feminismo exerce um

⁴ Contribuições teóricas estas que, além de importantes em seus próprios contextos de criação, também influenciam consideravelmente as vertentes posteriores do feminismo, seja ele acadêmico ou não.

impacto na maneira que a História, enquanto disciplina, se configura a partir dos anos 1970, é necessário para pensar quais diferenças surgem e como elas são importantes para esta pesquisa. Neste sentido, além de pontuar sobre a História Social das Mulheres e como esta contribui para que as mulheres passem a ser vistas enquanto sujeitos históricos, outros conceitos – como gênero e agência – serão explorados para expandir nossa percepção sobre as mulheres no passado mais antigo.

Ao pensar a História Social das mulheres, é necessário, primeiramente, analisar as primeiras mudanças contextuais, a partir das quais a segunda onda do feminismo, enquanto mudança de paradigma, é delineada. Miriam Adelman afirma que as principais tendências objetivas do contexto da segunda metade do século XX são a mudança da sociedade de produção para uma sociedade de consumo, na qual os sujeitos são levados a uma busca incessante pela aquisição de objetos tidos como necessários para a vida humana, além da criação, em virtude do que foi acima citado, de novas categorias de trabalhadores e serviços. Outro ponto interessante a ser ressaltado diz respeito ao poder exercido pela mídia, que controla boa parte dos impulsos consumidores. Entretanto, estas questões são muito mais frequentes no primeiro mundo, especialmente nos EUA. É preciso notar que há um contexto diferente no dito terceiro mundo: a resistência à dominação colonial passa a ser propagada por jovens que frequentam as universidades e, assim, conseguem observar as relações de dominação existentes nos lugares onde vivem.⁵

É interessante salientar que a importância do papel exercido pelo indivíduo deve ser analisada não apenas como um “produto” do capitalismo, mas sim como um desejo intrínseco de se expressar além das normatizações sociais que muitas vezes são colocadas pelo grupo do qual os sujeitos fazem parte. Este também é um processo de construção de subjetividades importante, mesmo que não no contexto atual de capitalismo tardio. Além disso, fica clara a crítica que a esquerda mais estrutural faz ao ideal de sujeitos e, conseqüentemente, dos processos de subjetivação que levam os indivíduos a não se submeterem a uma classificação arbitrária dentro de um grupo.

Os movimentos sociais da década de 1960 se configuram a partir das relações interpessoais entre os sujeitos, não mais com o intuito de subjugar o

⁵ ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher Academico, 2009. Pp. 23-24.

indivíduo à coletividade, mas sim pela ideia de promover uma nova maneira dos sujeitos se relacionarem, levando em consideração as diferenças sociais enfrentadas pelos excluídos da sociedade, ou seja, por aqueles que não se encaixam no padrão de homem branco de classe média.⁶ Mas afinal, qual era o papel das mulheres dentro deste contexto? Qual era, então, o papel da mulher dentro dos movimentos sociais e da esquerda da década de 1960?⁷ Quais eram os paradigmas encontrados pelas mulheres?

Pensar a questão da esquerda na década de 1960 e do papel da mulher dentro destes espaços leva a refletir sobre a nova organização política que se dá a partir deste período. É importante salientar que, apesar das mulheres serem participantes ativas dentro dos partidos de esquerda, muitas vezes suas vozes eram deixadas de lado, revelando assim o aspecto sexista que permeava estes movimentos.

O principal ponto de reflexão a ser analisado, que impulsiona fortemente o movimento feminista da década de 1960, diz respeito ao paradoxo vivido pelas mulheres do então chamado primeiro mundo: cada vez mais existiam mulheres nas universidades, se escolarizando e buscando posições no mercado no trabalho, mas, apesar disso, sua imagem era constantemente ligada aos afazeres domésticos e aos papéis de mãe e esposa, confinadas ao lar e sendo subordinadas aos maridos. Com o advento da pílula anticoncepcional houve uma maior liberdade sexual feminina, mas, mesmo assim, esta liberdade nunca era pensada a partir do desejo feminino, fazendo com que as mulheres se tornassem apenas “disponíveis” para os homens, sem levar em consideração seus anseios sexuais.

Este contexto de insatisfação feminina, de não reconhecimento de seus lugares de fala e de seus anseios, impulsiona uma crítica teórica a partir do viés feminino, que se desenvolverá em vários campos das ciências sociais, reivindicando o papel da mulher nos mais variados espaços acadêmicos. Com o esgotamento de um modelo teórico que priorizava metanarrativas e que colocava o indivíduo subjugado a um grupo estruturado (geralmente a partir de um viés marxista), passou a existir mais espaço para novas perspectivas que privilegiavam a linguagem e a cultura em detrimento de uma visão estruturalizante advinda do marxismo clássico. A

⁶ Idem, p. 40

⁷ Vale salientar também que a crítica das mulheres aos espaços ocupados pelos homens na organização social da esquerda (especialmente partidária) já era comum no início do século XX (por exemplo, a partir das obras da já citada Alexandra Kollontai).

crítica teórica feminista se baseia, então, na diferenciação social entre os sexos, nos preceitos culturais que regem esta discrepância e de que maneira esta desigualdade se instala na sociedade e, conseqüentemente, na maneira que as disciplinas são estruturadas. Estes questionamentos foram de fundamental importância para trazer à tona mulheres silenciadas ao longo da História e nas ciências sociais, como sintetiza a socióloga Dominique Fougérollas-Schwebel:

O feminismo como movimento coletivo de luta de mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX. Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação. A reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres. (...) O impacto do feminismo dos anos 70 talvez não seja tanto o de afirmar novas formas de reivindicações e demandas de direitos, mas o de interrogar os domínios do político. Prolongando o movimento da contracultura dos anos 60, uma das prioridades dos movimentos de liberação das mulheres é a afirmação de que *o privado é político*. (...) Ampliando as reivindicações dos movimentos negros norte-americanos, *Black Power* (Poder Negro) e depois *Black Panthers* (Panteras Negras), as feministas abrem, assim, o caminho aos movimentos multiculturais das décadas de 1980 e 1990, ao denunciarem os valores universalistas como aqueles dos grupos dominantes.⁸

A partir desta breve explicação de como o movimento feminista se configura na década de 1970, é necessário questionar de que maneira há uma inserção destes debates dentro do campo das ciências sociais e, especificamente, da História. A primeira historiadora que estuda a temática com a qual tive contato, ainda no início da graduação, foi Michelle Perrot. A leitura de sua obra, *As Mulheres ou os Silêncios da História*, abriu um leque de perspectivas diferentes das até então conhecidas: era possível estudar mulheres na História, ainda que elas tenham sido silenciadas e suas vozes diminuídas. Era também importante entender o processo de exclusão destas, algo significativo da maneira pela qual a História se estrutura enquanto disciplina, os desdobramentos entre o discurso aceito – masculino – e aquele omitido – feminino.⁹

Michelle Perrot é uma das historiadoras mais importantes de sua geração, visto que ela se propõe a enxergar as mulheres enquanto uma categoria própria que

⁸ FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Movimentos feministas**. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Pp. 144 – 146.

⁹ Aqui vale uma observação: não apenas o discurso aceito é o masculino e europeu, como também sua contraparte é definida como feminina – o Oriente, por exemplo, é visto de maneira exótica e comumente representado como uma mulher.

se organizava de acordo com seus interesses específicos. Ao colocar as mulheres enquanto ativas no processo histórico, observando suas vozes e suas ações especialmente nas organizações políticas e sindicais, a historiadora muda o olhar sobre as fontes – que até então eram diminuídas ou descartadas – e também sobre o método historiográfico – o silêncio feminino é resultado de políticas de apagamento das ações femininas, feitas a partir de um propósito político de manutenção de poder nas mãos de homens da elite. Segundo a própria,

O relato histórico é olhar, escritura, artefato, não artifício, certamente, mas escolha intimamente ligada ao presente do escritor. O esquecimento de que as mulheres têm sido objeto não é uma simples perda de memória acidental e contingente, mas o resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras. Excluídas da cena pública pelas funções ditadas pela “natureza” e pela vontade dos deuses/de Deus, as mulheres não podiam aparecer nela a não ser como figurantes mudas, penetrando por arrombamento ou a título de exceção – as mulheres “excepcionais”, heroicas, santas ou escandalosas –, relegando à sombra a massa das outras mulheres.¹⁰

O que a historiadora se propõe a fazer é uma História Social das Mulheres, ou seja, analisar as mulheres enquanto uma categoria específica pautada nos preceitos da História Social, que tem como ponto principal de investigação as relações entre os sujeitos. De maneira geral, a própria historiadora considera três pontos importantes para o surgimento da História das Mulheres: o primeiro diz respeito à interdisciplinaridade, que culmina com a influência da Antropologia e da demografia histórica nos estudos históricos. Além disso, a crise de paradigmas que assola os estudos históricos auxilia na desagregação de vários campos, permitindo assim a construção de uma História “em migalhas”, na qual diferentes sujeitos históricos, grupos sociais e recortes passam a ser tomados enquanto objeto de análise – mulheres, crianças, infância. O segundo ponto ressaltado pela historiadora é o crescente número de mulheres dentro das universidades a partir da década de 1960, o que possibilita uma abordagem distinta: as mulheres queriam compreender as razões de seu apagamento dentro dos mais variados âmbitos das ciências sociais. Por fim, a historiadora ressalta o movimento político de organização das mulheres, que leva ao questionamento dos espaços ocupados por elas no âmbito

¹⁰ PERROT, Michelle. **História (sexuação da)**. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Op. Cit.* P. 112.

público e a uma inquietação constante das próprias mulheres no que diz respeito aos limites das disciplinas.¹¹

É possível perceber de que maneira os três pontos convergem: a presença constante de mulheres no meio acadêmico, possibilitada pelo movimento político de emancipação das mulheres, auxilia no surgimento de novas visões do passado, que ressaltam em especial os espaços tradicionalmente ocupados pelas mulheres – a casa, a maternidade – mas também aqueles nos quais foram sumariamente apagadas – a fábrica, as ruas. Desta maneira, há uma ruptura dos paradigmas que norteiam as ciências humanas, dando espaço para novas análises que eram até então silenciadas por motivos políticos, em especial a exclusão de sujeitos marginalizados.

No entanto, certas questões ainda permeiam a História das Mulheres. Segundo Perrot, algumas estudiosas defendem a análise dos ditos espaços femininos, desvendando assim a maneira pela qual mulheres se viam e entendiam seus mundos. Por outro lado, estudiosas que prezam pelo termo gênero enfatizam mais a relação entre mulheres e suas contrapartes masculinas, evidenciando assim a maneira pela qual estas eram lidas, representadas e vistas pelos homens.¹² A discussão é profícua na atualidade e, apesar das diferenças entre as perspectivas, ambas ressaltam de maneira eficaz as mulheres enquanto sujeitos históricos atuantes em seus contextos e nos espaços de ação possíveis.

Neste sentido, o conceito de gênero passa a ser utilizado para marcar a diferença entre os sujeitos a partir do ideário de que os sujeitos existem sempre em relação uns aos outros, não enquanto um binômio dicotômico – masculino/feminino, homem/mulher – mas sim compreendendo que as diferenças são construídas socialmente, não apenas nas práticas como também na maneira que os discursos são estruturados para que esta diferença continue a existir. Como afirma Margareth Rago,

as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os "estudos da mulher", esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma

¹¹ Idem, p. 113.

¹² Idem, p. 114.

identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais¹³

Aqui, considero importante trazer também as contribuições de Joan Scott, em especial no que tange relevância do conceito de gênero para a análise histórica. Ao compreender que a desigualdade entre homens e mulheres não é algo meramente imposto pela diferença biológica, mas sim construído socialmente e constantemente reforçado por determinados discursos, Joan Scott atenta para a maneira que a disciplina histórica é construída. Neste sentido, os historiadores e as historiadoras devem repensar os processos pelos quais os problemas históricos são analisados, porque seria inocência pensar que estes processos são estanques e não se modificam ao longo dos séculos.¹⁴

A crítica da autora se direciona a algumas correntes do feminismo que compreendem a submissão feminina como parte inerente da experiência do *ser mulher*, que não muda ao longo do curso da História. Neste sentido, o conceito de gênero seria amplo por compreender que as diferenças são construídas e que o poder entre os indivíduos está ligado a uma concepção foucaultiana, que permeia os mais variados espaços sociais.

Esta perspectiva é interessante porque compreende que as relações entre os sujeitos são múltiplas e não necessariamente implicam na submissão feminina – há também um espaço de ação, que serve para subverter as ordens dominantes. Neste sentido, o conceito de gênero, quando pensado nas multiplicidades de práticas das mulheres nos mais variados contextos, é importante para esta dissertação, já que utiliza os mesmos pressupostos: pensar a ação das mulheres para além das ideias de submissão feminina; por outro lado, não pretendo diminuir o que as mulheres de fato passaram, mas demonstrar de que maneira é possível subverter os discursos oficiais sobre a vida das mulheres no passado – e mais

¹³ RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. In: PEDRO, Joana M., GROSSI, Miriam P. *Masculino, Feminino, Plural: Gênero na Interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. P. 6. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

¹⁴ SCOTT, Joan W. **Gênero, uma categoria útil para a análise histórica**. In: Educação e Realidade: gênero e educação, v. 20. Florianópolis: Ed. Mulheres. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%c3%aanero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.. P. 20-21.

especificamente na Antiguidade – para evidenciar que as existências são plurais e que as mulheres agiram mesmo em contextos desfavoráveis.

1.2 Pós-estruturalismo e agência

Nesta parte do capítulo, pretendo discutir algumas questões sobre pós-estruturalismo e agência. O autor que fundamenta minhas reflexões sobre o pós-estruturalismo é o francês Michel Foucault, em virtude do desdobramento de suas contribuições nos mais variados âmbitos das ciências sociais. Ao demonstrar a influência do autor, desejo discutir de que maneira o tema do pós-estruturalismo se constituiu enquanto um campo de busca por diferentes análises, seja na contemporaneidade ou no passado.

Para tal, é necessário compreender o que é o pós-estruturalismo e como este se configura enquanto um vetor de mudança de paradigmas na segunda metade do século XX. É preciso salientar, primeiramente, que o pós-estruturalismo, diferentemente do estruturalismo, procura enfatizar as perspectivas da diferença, sem pensar em estruturas universais e comuns às culturas, criticando também os valores iluministas que foram a base da construção do conhecimento no século XIX. Neste sentido, a crítica pós-estruturalista se direciona também à maneira que a política das democracias modernas é conduzida, fundamentando-se em dicotomias como civilização/barbárie e legítimo/ilegítimo – herdadas do ideal universal iluminista – para garantir a manutenção de políticas marginalizantes, excluindo indivíduos que não estão dentro da norma social.¹⁵

Ao analisar o impacto do pós-estruturalismo e quais são seus pressupostos teóricos, Williams defende que estes últimos se caracterizam pelas discussões acerca dos limites do conhecimento, que levam a rupturas encaradas a partir de uma perspectiva positiva: romper com o cânone e o que é considerado a norma permite a defesa de sujeitos marginalizados, a luta por igualdade de direitos e alerta contra processos violência prática e simbólica. Isto remonta ao fato de que o pós-estruturalismo é também uma prática pautada nas políticas de esquerda, que propõe a ação para resguardar os direitos daqueles que estão à margem da sociedade. Com isso, há um enfoque claro no caráter político do movimento, dado que um dos

¹⁵ PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 38-44.

pilares do pensamento pós-estruturalista é o questionamento da própria visão de mundo e das relações estabelecidas com os pares.¹⁶

É importante também ressaltar que o pós-estruturalismo surge em um contexto de contestação política da ordem social vigente – especialmente em relação aos movimentos de emancipação da década de 1960 e ao desencantamento com o socialismo stalinista. O último tópico era especialmente sensível para a esquerda mundial dos anos 1960, afinal, todo um ideário de liberdade fora desconstruído por um regime extremamente autoritário como foi o que ocorreu na União Soviética enquanto Stalin esteve no poder. Certamente os questionamentos do pós-estruturalismo decorrem de uma ideia diferente do que efetivamente deveria ser a esquerda: espaço de liberdade e não cerceamento de opiniões; espaço no qual os sujeitos possam livremente expressar sua individualidade sem ter que se curvar diante de algum tipo de autoridade que agia de maneira violenta.

Neste sentido, as análises de Foucault sobre a relação entre saber e poder são profícuas ao pensar que o poder se configura como uma teia, presente nos mais variados espaços sociais e, por sua ligação com o saber, acaba criando novas maneiras de compreender o mundo – e de sujeitar os indivíduos – deslocando a ideia de que o poder está contido apenas em algumas instituições. Ao pensar a influência de Foucault no pós-estruturalismo, torna-se difícil defini-lo apenas como filósofo ou apenas como historiador: seu trabalho nos dois campos está interligado e defini-lo apenas como um ou outro seria diminuir a importância de sua obra para as humanidades de maneira geral. Gostaria de ressaltar, no entanto, que o impacto dos escritos de Foucault até hoje reverbera nos mais variados campos, da medicina à História, demonstrando como seu pensamento ainda é atual e como é possível fazer uma análise de seu trabalho mesmo depois de vários anos das primeiras publicações.

O principal ponto que pretendo levantar neste capítulo é a relação da obra de Michel Foucault com a desconstrução e de que maneira esta auxilia nos estudos históricos. Para isso, é necessário fazer uma breve introdução acerca das discussões sobre pós-estruturalismo que permeiam a obra de Foucault, ainda que o próprio não se considerasse um pós-estruturalista. Mesmo assim, sua obra é revolucionária ao romper com metanarrativas como o estruturalismo e o marxismo.

¹⁶ WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes. 2012. P. 13-44.

Sua crítica aos modelos totalizantes de construção de discurso é amparada na sua ideia de poder como teia que interlaça a vida das pessoas, e aí reside uma de suas principais contribuições: ainda que o poder seja um força estruturalizante, é possível que os sujeitos transgridam as normas pelas quais são regidos e busquem para além da normatividade diferentes modos de vida.

As obras de Foucault, neste sentido, carregam em si um marco teórico importante para a (des)construção de diferentes paradigmas dos anos 1960. Ainda que seus escritos possam ser divididos com ressalvas em diferentes momentos – nos anos 1960 imperava a noção de arqueologia, episteme e ordem discursiva, numa clara aproximação com o estruturalismo; nos anos 1970, Foucault assume a figura do intelectual ativista que vai além do estruturalismo e da arqueologia, buscando em Nietzsche as raízes da genealogia, elemento-chave para sua análise do poder a partir dos conceitos de disciplina e controle; nos anos 1980, a compreensão dos processos de subjetivação pelos quais os sujeitos passam, remetendo ao cuidado de si e à coragem de verdade dos antigos –¹⁷, Foucault foi um dos principais intelectuais do século XX a pensar a narrativa histórica e o papel da linguagem na construção de discursos que buscam a normatização dos indivíduos. A proposta do autor não é uma aplicabilidade de sua obra, mas sim a análise crítica desta e a constante análise individual em relação às práticas pessoais.

Para Foucault, o intelectual deve exercer uma posição de ação política constante nos campos que lhe cabem, ou seja, dentro das estruturas que pautam e normatizam o conhecimento. É por este motivo que uma das críticas mais contundentes de Foucault são os limites discursivos das categorias analíticas, por compreender que a constituição do saber e do poder está intrinsecamente ligada aos processos discursivos de construção do conhecimento nos mais variados âmbitos. Em outras palavras, a análise de Foucault ressalta de que maneira as estruturas se estabelecem na sociedade, não como uma sobreposição umas em relação às outras, mas sim enquanto uma rede disseminada de diferentes tipos de poderes. O impacto de Foucault no campo dos estudos históricos é significativo em virtude dos questionamentos que propõe em relação aos limites teóricos da disciplina e de que maneira esta é construída. Suas discussões sobre o poder possibilitaram a desnaturalização de certas estruturas presentes na

¹⁷ REVEL, Judith. **O pensamento vertical**: uma ética da problematização. In: GROS, F. (Org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 65-87.

institucionalização da história enquanto disciplina, como por exemplo a constituição do saber histórico naquilo que tem relevância para ser estudado, construindo um cânone que muitas vezes não era discutido ou repensado.¹⁸

Entre suas contribuições está também a possibilidade de alterar a lógica de construção do conhecimento a partir da linguagem, fazendo com que seja possível uma mudança epistemológica no que se entende por História, visto que é a partir do discurso que se consolidam as ditas verdades históricas que podem marginalizar e silenciar diferentes sujeitos. Foucault também assume uma postura crítica em relação ao contexto histórico: é necessário não sistematizar as fontes dentro de uma conjuntura, porque ao fazer isso, a análise não está centrada na fonte, mas sim na suposta evidência que ela representa para corroborar a estrutura contextual. Neste sentido, faz-se necessário também retirar a relação de causa/efeito existente nos mais variados períodos históricos para que seja possível a análise de temporalidades a partir de sua conexão com o passado, ou seja, a história não é um desdobramento de fatos que ocorrem e resultam no presente, mas sim uma série de significados e significações do passado que exercem influência em alguma medida nas redes de poder que se estruturam no presente.¹⁹

A partir das críticas à estruturação das ciências humanas propostas por Foucault, há um impacto considerável na maneira pela qual os discursos são construídos, especialmente aqueles dentro da academia que invisibilizam e silenciam determinados sujeitos históricos. Ainda neste contexto, é importante ressaltar como o movimento feminista dos anos 1960 também passou a fazer parte do meio universitário, no qual mulheres reivindicavam seus papéis até então inexistentes ou secundários nas mais variadas ciências sociais – as mulheres não estavam presentes como pesquisadoras e eram menos ainda analisadas como objeto de pesquisa.

O pensamento de Foucault influenciou, também, parte daquilo que viria a se consolidar como estudos de gênero – um desdobramento do feminismo de segunda onda da década de 1960. Enquanto as feministas da segunda onda buscavam questionar onde estavam as mulheres enquanto objetos de pesquisa, os estudos de gênero se pautam muito mais na desconstrução de modelos binários de discurso acerca da divisão sexual.

¹⁸ WILLIAMS, *Op. Cit.*, p. 153-188.

¹⁹ *Idem*, p. 154-155.

Certamente as feministas de segunda onda foram de suma importância para a consolidação do espaço feminino dentro das universidades. Assim sendo, os estudos de gênero que se desenvolvem posteriormente visavam romper com os limites discursivos do sexo. Para tal, a obra de Foucault exerce uma importância fundamental nesta tarefa, visto que possibilita uma crítica embasada aos modelos discursivos binários propostos. Um aspecto importante defendido pelas teóricas do gênero diz respeito à construção discursiva do sexo: a divisão biológica existente é também uma prática científica, e este discurso busca normatizar os sujeitos em grupos binários (masculino e feminino), que devem seguir padrões generalizantes para que sejam aceitos dentro de um corpo social que suprime as diferenças e as vê como negativas.

Uma das críticas ao pensamento foucaultiano vem exatamente da teoria social da agência. Ao ressaltar o caráter negativo da subjetivação, que teria como base a manutenção das identidades dominantes e normativas, Foucault deixaria de lado a possibilidade de agência dos sujeitos, transformando-os em corpos dóceis, ou seja, corpos disciplinarizados pelo poder, que se configura nas instâncias de dominação do mundo moderno – a fábrica, a escola, o hospital, etc. Neste sentido, como as estruturas são construídas para subjetivar o corpo e transformá-lo para subtrair dele apenas o que é útil: um corpo que utiliza sua força para o labor mas que é despido de toda a sua subjetividade, estando propenso a apenas servir para a manutenção da norma. Neste processo de subjetivação, não há espaço para a criação de identidades múltiplas – além da manutenção da norma há o apagamento das subjetividades marginais – para além do que as estruturas do poder permitem, então como seria possível pensar a agência a partir do pensamento foucaultiano?

Segundo McNay, uma resposta a esta pergunta ainda não é suficiente para pensar a agência como possibilidade múltipla nas obras de Foucault.²⁰ Ainda que o autor tenha, em suas últimas obras, procurado pensar a agência a partir da ideia da *estética da existência*²¹, McNay considera que este conceito não foi articulado com

²⁰ MCNAY, Lois. **Gender and Agency**: Reconfiguring the Subject in Feminist and Social Theory. Cambridge: Polity Press. 2000. P.14-15.

²¹ De maneira muito simplificada, a ideia foucaultiana de **estética da existência** se pauta na retomada que o autor faz do conceito de ética da Antiguidade, onde pelo menos os indivíduos da elite viviam sem passar por um sistema de autorregulação, fazendo com que seu modo de vida reflita escolhas deliberadas. Ainda que existissem formas de dominação, Foucault enfatiza de que maneira a liberdade é construída a partir dos próprios sujeitos, subvertendo as normas no dia a dia e reinventando-se constantemente. Cf FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II : Curso no Collège de France: 1983-1984. São Paulo: WMF Martins Fontes,

as obras iniciais do autor, se tornando um conceito muito mais colocado do que explicado. A solução para isso, segundo McNay, é pensar o conceito de agência dentro de uma perspectiva feminista e também pós-estruturalista, mas que entende a formação dos sujeitos como algo generativo e não negativo. Generativo, nesse sentido, explica como o gênero é uma categoria constante – que modifica a experiência dos indivíduos – mas não fixa – porque é dotada de uma marca de historicidade que muda ao longo do tempo. Segundo a autora,

A instabilidade das normas de gênero decorre da historicidade inerente das práticas sociais. Há uma mudança, portanto, da compreensão do sistema sexo-gênero como uma estrutura atemporal para um conceito alternativo de uma série de regimes interligados cujas relações são historicamente variáveis e dinâmicas. Esta ideia de gênero como matriz histórica, ao invés de uma estrutura estática, é considerada como oferecendo um relato mais substancial de agência.²²

A agência, portanto, é entendida não apenas como o ato de agir, mas sim de entender como as relações se estabelecem e de que maneira os sujeitos utilizam-se de diversas ferramentas para que construam suas próprias liberdades. Neste sentido, ao ligar o conceito de agência às questões de gênero, é possível compreender como os sujeitos, ainda que em uma conjuntura desfavorável, são dotados de um espaço de ação, a partir do qual é possível questionar a ordem normatizadora vigente. A agência feminina se configura também como as práticas exercidas por mulheres para que seus direitos sejam reconhecidos nos mais variados contextos históricos. Estas ações podem ter vários objetivos: salvaguardar a integridade física, moral ou psicológica ao buscar ajuda nos órgãos legais e ter escolhas efetivas que podem mudar o futuro.

Ainda que seja reconhecido o fato de muitas mulheres não deixarem relatos sobre suas experiências de vida (e, conseqüentemente, de agência) ou que algumas não puderam agir em determinadas conjunturas, é importante entender as mulheres enquanto sujeitos históricos dotados de agência, ou seja, de capacidade de poder

2011; FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

²² MCNAY, Lois. Idem, P. 18. No original: “*The instability of gender norms arises from the inherent historicity of social practices. There is a shift, therefore, from understanding the sex-gender system as an atemporal structure towards an alternative concept of a series of interconnected regimes whose relations are historically variable and dynamic. This idea of gender as a historical matrix, rather than a static structure, is regarded as offering a more substantive account of agency*”. Tradução da autora. Todas as traduções apresentadas neste e nos capítulos seguintes foram feitas pela autora e é dela a responsabilidade por estas.

tomar decisões mesmo em uma estrutura desfavorável para tal. Mais importante do que isso é entender que houve um processo silenciamento das mulheres pela historiografia, e que resgatar estas trajetórias dentro de seus contextos é de suma importância para construir narrativas sobre o passado mais plurais e que levem em consideração as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos podem se relacionar entre si mesmos.

Gostaria de trazer também neste capítulo a filósofa Rosi Braidotti, que tem um trabalho significativo no campo da subjetividade e dos estudos feministas. A autora defende um ativismo contra o conservadorismo, que se pauta em um ideal de nomadismo e de oposição ao modelo iluminista de homem universal. A ideia do nomadismo é repensar, a partir dos pressupostos feministas, o conceito de agência como ponto central para desenvolver uma subjetividade que vá além das identidades fixas e normatizantes. O nomadismo é um processo de tornar-se algo diferente, mas este método é constante e se pauta em experiências práticas e individuais.

Para Braidotti, isto só é possível em virtude das aberturas que o pós-estruturalismo traz na desconstrução do discurso, visto que, ainda que seja um conjunto de ideias pautado na crise de valores hegemônicos, é possível subverter ordens canônicas e abrir um campo de novas possibilidades. Neste contexto, nota-se a importância dos processos de subjetivação na formação de diferentes mulheres, que são transpassadas por categorias além do gênero.

O nomadismo, portanto, se configura enquanto um meio de desterritorialização: não é um ideal de estar sempre em trânsito, mas sim de não aceitar categorias que possam tornar os indivíduos rígidos e estanques em algum lugar. O lugar aqui é uma figuração simbólica, visto que ele não é necessariamente algo de natureza espacial (o lugar onde nascemos ou onde moramos)²³, mas sim a maneira pela qual nos relacionamos com as estruturas do poder. Esta é também uma forma de resistência política, em virtude do questionamento que se faz aos limites das disciplinas e das concepções de sujeito.

Neste sentido, o posicionamento feminista a partir destes conceitos se dá enquanto um novo campo de possibilidades para ir além de categorias de análise

²³ Ainda que, como cita Braidotti, as mudanças espaciais possam levar a um processo de nomadismo. Quando os indivíduos transitam entre diferentes espaços e culturas, há um deslocamento da noção de identidade fixa. Cf BRAIDOTTI, Rosi. **Sujetos nómades**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

estanques, permitindo que discursos acadêmicos sejam desconstruídos e repensados, para então ressaltar a diferença e a não-fixação como algo positivo ao invés de negativo. Este tipo de ideia auxilia na compreensão de novos sujeitos dentro das ciências sociais, a partir dos quais é possível construir uma análise para além dos discursos normatizantes. O nomadismo enquanto prática é um constante devir, que ataca as identidades fixas ligadas ao poder, em geral o homem europeu, branco e pertencente a um determinado status econômico e social.

Para finalizar, considero importante reforçar a opinião de Braidotti acerca do processo de tornar-se nômade, que é necessário para compreender as novas formas de se pensar as mulheres enquanto sujeitos que buscam, a partir de determinadas ações, subverter o poder normatizante. Segundo a autora²⁴,

Tornar-se nômade trabalha em uma sequência temporal que não é nem linear nem sequencial, porque eles não dependem de um Eu estável e linear que supervisa seus desdobramentos. Eles preferem se apoiar em uma visão não-unitária, multifacetada e dinâmica do sujeito. (...) Não é sobre metáfora, mas sim sobre experimentalmente desfazer os limites da alteridade ao permitir que os outros possam expressar sua singularidade e especificidade fora de qualquer esquema dialético de redução e consumo metafísico. Devires são itinerários sem metas ou destinos fixos, mas são pontuados com constantes encontros com alteridade como uma paisagem multifacetada e multidirecional. Todos os devires são minoritários, isto é, eles inevitavelmente e necessariamente se movem na direção dos 'outros' da dialética clássica, mas não com o intuito de consumi-los. 'Devir' é um desafio constante e uma oposição às identidades unitárias dominantes e às oposições dialéticas externas e modelos teleológicos²⁵

A partir dos autores apresentados, o questionamento que pretendo seguir diz respeito à aplicabilidade do conceito de agência feminina nos estudos sobre a Antiguidade. Sabe-se que há um caráter bastante conservador dentro dos estudos sobre Roma Antiga, o que manteve certas categorias de análise distantes da área.

²⁴ BRAIDOTTI, Rosi. **Metamorphic other and Nomadic Subjects**. Disponível em: <http://www.argekunst.it/wp-content/uploads/2014/11/Metamorphic-Others-and-Nomadic-Subjects1.pdf>

²⁵ *"Becoming nomadic works on a time sequence that is neither linear nor sequential, because they are not predicated upon a stable, centralized Self who supervises their unfolding. They rather rest on a non-unitary, multi-layered, dynamic vision of the subject. (...) It is not about metaphors, but about experientially undoing the boundaries of otherness by allowing the others to express their singularity and specificity outside of any dialectical scheme of reduction and metaphysical consumption. Becomings are itineraries without fixed targets or destinations, but are punctuated by constant encounters with otherness as a multi-layered and multi-directional landscape. (...) All becomings are minoritarian, that is to say they inevitably and necessarily move in the direction of the "others" of classical dialectics but not in order to consume them. (...) 'Becoming' is a persistent challenge and an opposition to dominant unitary identities and outside dialectical oppositions and teleological models".*

Quando se pergunta qual a razão disso, alguns pesquisadores ressaltam a falta de fontes ou ainda a falta de interesse em estudar certas temáticas – como gênero e sexualidade – a fundo. De maneira geral, os estudos da Antiguidade, ainda que tenham mudado ao longo do século, são permeados de um imaginário ligado aos grandes feitos de grandes homens, ideário reforçado na maneira que se ensina História Antiga nas escolas e que se repete em algumas universidades. De que maneira seria então possível subverter este discurso marcadamente elitista para mudar a perspectiva sobre a Antiguidade? Como fazer isso sem cair em anacronismos? De todas as contribuições teóricas abordadas durante este capítulo, seria possível repensar as mulheres da Antiguidade a partir de um viés da agência? Se a resposta for positiva, de que maneira é possível fazê-lo? O primeiro ponto que considero relevante para a resolução destas questões reside no fato de que a partir dos diversos processos de subjetivação que ocorrem na contemporaneidade, torna-se viável uma discussão política que prioriza sujeitos então marginalizados.

O pós-estruturalismo oferece ferramentas que auxiliam em uma compreensão mais plural dos sujeitos históricos e da maneira pela qual as disciplinas e os discursos científicos são construídos. Dito isto, é importante salientar que, ao questionar o limite discursivo das disciplinas, o pós-estruturalismo oferece uma ferramenta de ação prática para a análise da História Antiga: é necessário argumentar de que modo a disciplina da História Antiga é construída, recortada por questões de poder e nacionalistas. Estas questões serão discutidas com mais intensidades no próximo capítulo, mas, em geral, dizem respeito ao caráter imperialista no qual há a construção de um caráter científico na História, na Arqueologia e na Papirologia. A História Antiga, neste sentido, serviria enquanto um argumento para a legitimação da dominação europeia – a reconstituição de um legado clássico na contemporaneidade.

Questionar o limite teórico das disciplinas, em especial da História Antiga, abre espaço para pensar outros objetos que podem subverter a ordem discursiva vigente. Uma análise que enriquece os estudos sobre a Antiguidade certamente deriva da categoria gênero, por entender não apenas as mulheres enquanto sujeitos marginalizados na construção do discurso oficial sobre o que é o passado clássico, como também por problematizar as relações entre homens e mulheres em diferentes

contextos, para além de uma posição de vitimização das mulheres – elas se tornam agentes dentro das possibilidades de ação que possuem.

Neste sentido, não apenas é preciso empregar de categorias transversais da análise das próprias fontes produzidas na Antiguidade, como também estes questionamentos trazidos pelo pós-estruturalismo mudam o olhar a partir do qual o historiador observa suas fontes, seus objetos e a historiografia que abrange seu tema. Os processos de subjetivação, nomadismo e desterritorialização discutidos neste capítulo mudam a perspectiva pela qual nós, historiadores e historiadoras, observamos nossos objetos de estudo. As perguntas feitas são diferentes, pois levam em consideração uma ideia de descontinuidade e não fixação a um contexto específico, no qual os documentos analisados devem ser encaixados para que uma narrativa totalizante seja corroborada.

Esta dissertação não deve ser entendida enquanto uma ferramenta de construção de um contexto acerca do passado, mas sim como algo que abre possibilidades de enxergar novas narrativas para além de um discurso unitário. A diferença reside não apenas no olhar sobre o passado, mas também na prática de construir diferentes perspectivas de análise, que se pautam em estruturas além daquelas normatizantes. Ao se pensar a questão das mulheres a partir da perspectiva da agência, é possível analisar de que maneira, nos mais variados contextos, as mulheres foram sujeitos marcados pela diferença em relação ao outro, mas que ainda assim buscavam seus direitos e conseguiam utilizar as estruturas existentes a seu favor, pensando seu espaço social e reforçando as próprias identidades. Ainda que a violência fosse uma prática cotidiana, ela não era necessariamente vista como normal, e a busca na legislação pela garantia de preservação da dignidade demonstra um ponto de subversão do discurso sobre a Antiguidade, que usualmente coloca as mulheres em posição de submissão. Neste sentido, não se pretende, com esta dissertação, deixar de lado como o contexto pode definir o espaço social das mulheres, mas sim pensar de que maneira estas mulheres utilizavam-se de diversos recursos retóricos – e aí estão também incluídas as categorias sociais – para que seus direitos fossem respeitados.

Chocar-se com a estrutura discursiva existente, que posiciona as mulheres em uma situação constante de opressão e de nulidade quanto a suas próprias vidas é uma perspectiva também política, ligada consequentemente ao feminismo, por

entender que as mulheres sempre foram dotadas de agência nos mais diversos contextos históricos, e que a ideia de submissão é uma construção discursiva que visa também manter um tipo de controle sobre as mulheres e sobre o corpo feminino.

1.3 Antiguidade e diálogos feministas

É importante salientar que a História das Mulheres da década de 1970 provocou mudanças epistemológicas nos mais diversos campos das ciências sociais, em especial na História. Mesmo assim, alguns campos tiveram discussões muito tardias o que diz respeito às mulheres na História. Este é o caso dos estudos clássicos, área notadamente conservadora, na qual discussões sobre gênero e etnia surgiram muito posteriormente. Vale lembrar que o campo dos estudos clássicos sempre foi marcado por intenções políticas no intuito da manutenção do poder de grandes nações, com preceitos imperialistas e colonialistas, como será discutido no próximo capítulo. Além disso, a construção do conhecimento sobre o passado clássico seguiu ideais também racistas, visto que, a partir de um imaginário do século XVIII, que ressaltava características europeias e nacionalistas, o passado africano da Grécia foi sumariamente apagado e reconstruído.²⁶ Estas discussões surgem no contexto da crítica pós-colonialista, caracterizada como o modelo teórico utilizado para questionar de que maneira o Ocidente estrutura um conhecimento sobre o Oriente, usualmente recortado por relações de poder e na tentativa de legitimar os atos de dominação. Além disso, o Oriente é criado enquanto o outro – místico, sensual, bárbaro, feminino – em contraponto a um Ocidente masculino e civilizado.

O que deve ser pensado, no que diz respeito ao feminismo dentro dos estudos sobre a Antiguidade, é a viabilidade de aplicação de epistemologias feministas em contextos tão distintos temporal e especialmente e de que maneira é possível visibilizar as mulheres enquanto sujeitos históricos nestas conjunturas. As mulheres foram consideradas silenciosas durante a História, mas especialmente na Antiguidade elas parecem não existir: suas vozes nunca dizem algo que ecoa no

²⁶ Para contrapor este tipo de análise, Martin Bernal escreve um livro no qual traça o passado grego e de que maneira este foi construído a partir de perspectivas europeias dominantes na academia a partir do século XVIII. Ver BERNAL, Martin. **Black Athena: the afroasiatic roots of classical civilization**. New Brunswick: Rutgers University Press, c1987.

futuro, seus anseios não chegam aos historiadores, sua importância nunca é afirmada.²⁷ De que maneira seria possível, então, observar estas mulheres? Elas de fato existiram ou foram apenas sombras dos grandes homens do passado clássico?

Fortemente influenciada pelo movimento de emancipação das mulheres, a historiadora americana Sarah Pomeroy surge como uma das pioneiras a pensar as mulheres na Antiguidade.²⁸ Inspirada pela História Social das Mulheres, Pomeroy reconstrói, a partir dos códigos de leis, o direito greco-romano e a maneira pela qual as mulheres da Antiguidade eram amparadas pela legislação em casos de divórcio e violência. Não apenas seu posicionamento político dentro do feminismo fica evidente com a escolha de sua temática, como também o motivo pelo qual a autora pretende analisar este tema. Já no início de sua obra mais famosa, *Goddesses, Whores, Wives and Slaves: Women in Classical Antiquity*, a autora sumariza o que procura observar no passado e qual sua relação com o presente. Segundo a autora,

A história das mulheres da Antiguidade deve ser contada agora, não apenas por ser um aspecto legítimo da História Social, mas porque o passado ilumina problemas contemporâneos nos relacionamentos entre homens e mulheres. Ainda que a tecnologia científica e a perspectiva religiosa claramente distingam a cultura antiga da moderna, é mais significativo notar a consistência com a qual algumas atitudes com respeito às mulheres e aos papéis que as mulheres representam na sociedade ocidental tenham resistido através dos séculos.²⁹

Sarah Pomeroy possui uma importante atuação na História Antiga por ressaltar as mulheres enquanto objeto de estudo; entretanto, sua constante preocupação em reforçar a opressão sofrida pelas mulheres no passado fazem com que sua obra seja lida de maneira a subjugar as mulheres, colocando-as sempre como vítimas dentro de situações de violência. A crítica aqui tem dois sentidos: o primeiro, mais geral, reafirma que as mulheres também cometiam violência nos mais

²⁷ Moses Finley, considerado um dos maiores historiadores do mundo antigo, tendo estudado principalmente a economia greco-romana, afirma categoricamente o silêncio das mulheres romanas. Para tal, ver FINLEY, Moses I. **As Silenciosas Mulheres de Roma**. In: _____. Aspectos da Antiguidade. São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 149-164.

²⁸ Certamente outros historiadores já observavam as mulheres da Antiguidade, mas o impacto do feminismo está em justamente vê-las enquanto uma categoria de análise digna de um estudo completo, não apenas como coadjuvantes nos processos históricos.

²⁹ POMEROY, Sarah. **Goddesses, Whores, Wives and Slaves – Women in Classical Antiquity**. Baltimore: John Hopkins, 1989. P. XVII. No original: “*The story of the women of antiquity should be told now, not only because it is a legitimate aspect of social history, but because the past illuminates contemporary problems in relationships between men and women. Even though scientific technology and religious outlook clearly distinguish ancient culture for modern, it is most significant to note the consistency with which some attitudes toward women and the roles women play in the Western society have endured through centuries*”.

variados contextos; o segundo questiona de que maneira se constrói uma imagem das mulheres muito pautada na submissão, sem espaço para que as mesmas sejam dotadas de alguma ação em face daqueles que perpetraram os mais variados tipos de violência. Além disso, a autora se concentra em apenas um tipo de fonte, as legislativas, que não apenas tem um caráter oficial que nem sempre representa como as relações entre os sujeitos se davam na vida cotidiana, como também não busca problematizar grupos excluídos dentro da própria categoria mulher na Antiguidade, como as escravas e filhas adotivas.

Ainda que possam ser feitas várias críticas ao trabalho de Sarah Pomeroy, sua obra foi de fundamental importância para a consolidação dos estudos sobre as mulheres na Antiguidade. É a partir dela que modelos explicativos são construídos para analisar a vida das mulheres na Antiguidade e seus anseios são colocados em pauta. Considero completamente compreensível a ênfase de Pomeroy aos processos de violência e submissão feminina, afinal, ainda é importante ressaltar que as mulheres sofreram um apagamento e um silenciamento, muitas vezes justificado em virtude de uma sociedade machista e misógina que perdura até a atualidade. Por outro lado, é também interessante ressaltar as mulheres, sempre que possível, agiram para que suas vozes fossem ouvidas, ainda que em contextos muito adversos para tal; a ênfase desta dissertação está nos relatos que destoam da narrativa convencional, muito ligada ao senso comum acadêmico, de que as mulheres da Antiguidade não deixaram escritos e sempre foram vítimas de violência.

Neste sentido, considero importante salientar também outros autores que, influenciados por diferentes perspectivas – como o uso de análises advindas do pós-estruturalismo na Arqueologia, por exemplo –, buscaram também repensar a ação de mulheres no passado, observando as fontes de maneira distinta. Ressalto aqui um curto artigo de extrema relevância na historiografia nacional, escrito por Pedro Paulo Funari³⁰, no qual ressalta os documentos escritos por mulheres romanas e que demonstravam como estas estavam inseridas na vida social para além do ambiente privado, ressaltando a voz destas e sua maneira de ação dentro do espaço que lhes era reservado.³¹

³⁰ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. "Romanas por elas mesmas". In: **Cadernos Pagu**, nº 5, 1995.

³¹ A influência das questões pós-estruturalistas na Arqueologia são também valiosas para as análises históricas, visto que repensam como as disciplinas são estruturadas e de que maneira isso afeta no conhecimento produzido. Nesse sentido, ver também GILCHRIST, Roberta. **Gender and Archaeology: Contesting the Past**. London: Routledge, 1999; especialmente os capítulos 1-

Ainda pensando nas influências pós-estruturalistas na construção do conhecimento histórico, em um estudo mais recente, Suzanne Dixon propõe que a análise das fontes do mundo antigo seja feita além do olhar contemporâneo – ou seja, não se pode apenas observar questões que pautam a luta das mulheres, mas deve-se atentar para a ideologia que os textos antigos tentam propor ao serem construídos. Ao observar que tipo de mensagem acerca das construções sociais de gênero são explicitadas nas fontes, é possível inferir de que maneira os antigos procuravam reafirmar modos de ser específicos para as mulheres, mostrando o que pode ser considerado positivo ou negativo no comportamento feminino dentro das sociedades clássicas.³²

É importante salientar que Dixon foi fortemente influenciada não apenas pelo movimento feminista, mas também pelo impacto destes em outros campos teóricos, como nos estudos literários e na História da Arte. Uma das críticas feitas pela autora aos estudos sobre a Antiguidade diz respeito ao fato de que, enquanto em outros campos a influência do feminismo redefiniu os horizontes teóricos das disciplinas, as pesquisas sobre o passado clássico buscavam observar as mulheres do passado a partir de um viés empiricista, sem questionar os limites tradicionais desta disciplina.³³

Com o que foi acima exposto, como seria possível pensar diferentes perspectivas históricas para que uma análise mais plural sobre a história das mulheres na Antiguidade seja possível? O que considero importante de salientar é que, ao trazer as historiadoras da História Social, a ideia não foi desqualificá-las – nem seria possível, visto que são consagradas em suas respectivas áreas – mas sim apresentá-las para mostrar uma perspectiva distinta de análise que será discutida adiante, ao considerar o deslocamento de categorias estanques para pensar a diferença de práticas entre as mulheres que sofrem violência na Antiguidade e, aqui especificamente, no Egito Romano. Neste sentido, procuro reforçar que a História Social oferece ferramentas interessantes para pensar as mulheres na Antiguidade – não há dúvidas de que é necessário compreender os espaços ocupados pelas mulheres nas esferas econômicas e jurídicas – mas o deslocamento permite uma análise em que estas categorias são pensadas a partir da própria narrativa das mulheres – no caso, nas petições. Com isso, o objetivo é

5.

³² DIXON, Suzanne. **Reading Roman Women**. London: Bristol Classical Press, 2001.

³³ Idem, p. 3-15.

demonstrar como é possível, a partir de uma perspectiva teórica diversa, mudar o olhar a perceber as mulheres enquanto agentes dentro de seus contextos e em um tipo de documentação em que suas vozes são mais presentes.

1.4 Mulheres e Egito Romano: perspectivas teóricas

Na parte final deste capítulo, me proponho a analisar a historiografia existente sobre mulheres no Egito Romano e de que maneira esta pesquisa se diferencia em alguns aspectos teóricos. A maior parte dos documentos sobre o Egito Romano foram encontrados durante o século XIX em diversas expedições comandadas pelos países europeus, em especial França e Inglaterra. Para além do caráter imperialista, que será discutido no próximo capítulo, é importante ressaltar a tipologia destas fontes: prevalecem registros escritos e em papiro, uma planta comumente utilizada como papel na Antiguidade. Os papiros retratavam um aspecto até então desconhecido pela maioria dos estudiosos, visto que descreviam majoritariamente cenas cotidianas, como a cobrança de impostos, censos, reclamações jurídicas, cartas e livros de ensino.

O interesse nesse tipo de documentação era latente, não apenas pelo aspecto da dominação – afinal, seria um privilégio de poucos estudiosos de alguns países ter acesso a fontes tão diversas –, mas também pelo fato de exemplificarem um mundo até então desconhecido ou negligenciado – o Egito depois dos faraós. Foi também uma maneira de compreender efetivamente como a legislação romana se aplicava para além dos domínios germânicos, entendendo assim um contexto muito mais diverso – vale ressaltar que o Egito tinha também influência helênica, ao que soma-se o passado faraônico e, posteriormente, a interferência bizantina e árabe.

Nos vários documentos encontrados, muitos retratam a vida cotidiana das mulheres – questões jurídicas, religiosas e pessoais –, o que foi de imediato traduzido.³⁴ Ainda assim, pouco interesse foi dado à temática específica das mulheres, que se perdia em meio ao interesse latente pela economia e pelo direito. Vale ressaltar também que, no início do século XX, os estudos sobre a Antiguidade

³⁴ Vale ressaltar que não foram traduzidos por se tratar de documentos nos quais as mulheres tinham voz, mas sim porque a maioria das fontes foi traduzida pela perspectiva de analisar a vida cotidiana.

ainda estavam carregados de um viés imperialista, eurocêntrico e masculino, basta analisar a obra de um importante classicista, Jérôme Carcopino, no qual o autor afirma que as mulheres romanas eram, durante a república, dotada de mais liberdade que suas contemporâneas feministas e que a causa do fim do Império Romano teriam sido as mulheres, constantemente desrespeitosas nas suas relações matrimoniais, levando a um legado de devassidão que culminou na ruína do Império.³⁵

Assim sendo, pouco foi considerado em relação às mulheres citadas nas fontes do Egito pós-faraônico³⁶, esta documentação começou a ser analisada com mais atenção a partir da década de 1980, período no qual os estudos baseados em papiros passaram a ter relevância para se construir uma história social da Antiguidade.³⁷ A própria Sarah Pomeroy, já citada anteriormente neste capítulo, escreve um breve artigo sobre mulheres no Egito Romano³⁸, indicando como as questões relacionadas às mulheres finalmente encontram nestas fontes, descobertas no fim do século XIX e início do século XX e prontamente traduzidas, um eco dos seus questionamentos.

Inicialmente, as mulheres passaram a ser pensadas nos papiros a partir de uma visão de *status*, ou seja, de que maneira elas eram legalmente reconhecidas nos espaços que ocupavam. Uma das novidades deste tipo de estudo, além das fontes, é o uso da antropologia social para entender de que maneira as mulheres eram legalmente representadas na documentação. Duas obras que pensam o status feminino no Egito Helenístico – *Etudes sur la condition juridique et sociale de la femme grecque en Égypte gréco-romaine*, de 1939 e *Le statut de la femme à l'époque hellénistique, principalement en Égypte*, de 1959 – foram produzidas por

³⁵ CARCOPINO, J. **A vida quotidiana em Roma no Apogeu do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁶ A utilização do termo pós-faraônico se dá pela multiplicidade de fontes encontradas: o milênio da papirologia é descrito como sendo do século III a. C. até o século VIII.

³⁷ É necessário salientar um dos problemas no uso de papiros encontrados no Egito, visto que existem dois tipos de interpretação desta documentação: a primeira analisa os papiros enquanto representantes fiéis da aplicabilidade das leis romanas em territórios dominados; a segunda examina as fontes como uma exceção, não apenas para se pensar a legislação romana, como também pelo fato de que, em um universo numeroso, apenas uma quantidade reduzida de relatos foi descoberta. Nesta pesquisa, considero que a legislação romana pode ter sua aplicabilidade analisada a partir das fontes encontradas no Egito, ainda que não se possa generalizar para outras regiões do império, em razão do Egito se configurar como um espaço de trocas muito ricas entre helenos, judeus, romanos e nativos. Bagnall propõe algumas respostas a esta reflexão em BAGNALL, Roger S.. **Reading Papyri, Writing Ancient History**. London: Routledge, 1995.

³⁸ POMEROY, Sarah. **Women in Roman Egypt: A Preliminary Study based on Papyri**. ANRW II, 1988.

mulheres (Izabela Biezunska e Claire Préaux, respectivamente), o que demonstra um avanço no acesso aos documentos e na própria constituição da papirologia como disciplina, mas mesmo nestes estudos, o foco maior é na cultura grega.³⁹

Posteriormente, com o impacto do feminismo entre as décadas de 1980 e 1990, foi possível observar a vida das mulheres no Egito através dos papiros a partir de um viés que prioriza unicamente as experiências femininas. Neste sentido, foi importante analisar de que maneira a vida social das mulheres era regulada no contexto e como os papiros auxiliavam na compreensão das dinâmicas sociais do Egito pós-faraônico. De maneira geral, a maioria dos estudos que envolve os papiros se pauta na análise econômica – em virtude do alto número de registros ligados à compra e venda de terras e cereais⁴⁰ –, jurídica – pela quantidade de petições e requerimentos oficiais⁴¹ – e demográfica – devido o número considerável de censos.⁴² As pesquisadoras foram bastante presentes nas diversas produções sobre o Egito Romano, especialmente a partir da década de 1980, na qual passaram a observar as fontes analisando uma perspectiva de gênero. As obras, neste sentido, passam a “descobrir” as mulheres nos papiros e no Egito Romano, enfatizando de que maneira elas se relacionavam e como se organizava a vida pública.

Atualmente, a maior parte da historiografia sobre mulheres no Egito Romano se concentra nos *sourcebooks*, livros que contêm diferentes fontes, geralmente divididas por grupos temáticos – aqui claramente o interesse são mulheres – que buscam contextualizar a origem destes documentos e criar uma narrativa que dê sentido a estes documentos. Ainda assim, é importante salientar que, mesmo com o crescente número de estudos sobre mulheres no Egito Romano, poucos são aqueles que vão além de uma mudança na figura do sujeito histórico – se antes eram os homens, agora são as mulheres. Certamente o impacto destes estudos auxiliou na construção de diversos artigos e livros que atualmente popularizam as questões sobre Egito Romano e colocam luz sobre aspectos até então

³⁹ PARCA, Maryline G. **Papyrology, Gender, and Diversity: A natural ménage à trois**. In: *Gender and Diversity in Place: Proceedings of the Fourth Conference on Feminism and Classics* May 27-30, 2004, University of Arizona Tucson, Arizona. Disponível em: <<http://www.stoa.org/diotima/essays/fc04/Parca.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

⁴⁰ Cf ROWLANDSON, Jane. **Landowners and Tenants in Roman Egypt. The Social Relations of Agriculture in the Oxyrhynchite Nome**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

⁴¹ Cf GRUBBS, Judith E. **Law and Family in Late Antiquity: The Emperor Constantine's Marriage Legislation**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

⁴² Cf BAGNALL, Roger S; FRIER, Bruce W.. **The Demography of Roman Egypt**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

negligenciados, mas muito destes estudos, em virtude de uma ligação com certos aspectos da História Social, ressaltam a dicotomia entre o que é feminino e o que é masculino, relegando às mulheres um espaço de ação diminuído e, na maioria das vezes, ligado a questões familiares.⁴³

Além disso, as narrativas construídas sobre mulheres no Egito Romano usualmente se pautam na organização de um contexto que explica certas atitudes tomadas – as liberdades, a aplicabilidade da lei, a organização social – sem levar em consideração as mulheres enquanto sujeitos que agem em seus próprios contextos. Neste sentido, muda-se a ênfase nos autores, mas a perspectiva de construção do discurso continua aplicando a causa e consequência: o contexto explica porque todos os atos aconteceram.

Uma das principais críticas feitas à utilização das questões próprias aos estudos de gênero na análise sobre a Antiguidade questiona como é possível pensar o mundo antigo apenas através de categorias transversais, sem levar em consideração questões estruturais, como as mudanças econômicas e políticas pela qual o Egito Romano passou. Esta crítica fica bastante clara em La'da, quando este afirma que

Os problemas metodológicos, que incorrem em qualquer investigação entre relações econômicas e o papel das mulheres no Egito Helenístico, Romano e Bizantino, são variados e devem ser levados em consideração. Primeiramente, este papel foi definido por uma variedade de fatores sociais, culturais, econômicos e legais que refletem a complexidade e diversidade da sociedade e da cultura do Egito pós-faraônico. A questão está, portanto, intimamente ligada aos desenvolvimentos gerais que o Egito passou durante estes períodos. Logo, de forma nenhuma deve ser vista de forma isolada uma destas linhas de desenvolvimento, para que se evite um erro que ocorre infelizmente com muita frequência nos “estudos de gênero”.⁴⁴

⁴³ Cf BAGNALL, Roger S, CRIBIORE, Raffaella. **Women's Letters from Ancient Egypt: 300 B. C. - A. D. 800**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006 e ROWLANDSON, Jane (Ed.). **Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

⁴⁴ LA'DA, Csaba. **Die wirtschaftliche Stellung der Frau im hellenistischen, römischen und byzantinischen Ägypten (332 v. Chr. - 642 n. Chr.)**. In: FROSCHAUER, Harald, HARRAUER, Hermann. *Emanzipation am Nil: Frauenleben und Frauenrecht in den Papyri*. Wien: Phoibos, 2005, p 35-36. No original: “Die methodischen Problemen, die jede Untersuchung der wirtschaftliche Verhältnisse und Rolle der Frauen im hellenistischen, römischen und byzantinischen ägypten zu gewärtigen hat, sind vielfältig und in der Tat beträchtlich. Erstens war diese Rolle von einer Vielfalt gesellschaftlicher, wirtschaftlicher, rechtlicher und kulturellen Faktoren bestimmt, welche die Vielschichtigkeit und Mannigfaltigkeit der Gesellschaft und der Kultur des nach-pharaonischen Ägypten widerspiegeln. Das Thema ist daher auf das engste mit dem allgemeinen Entwicklungen verknüpft, die Ägypten in diesen Zeitabschnitten durchlaufen hat. Es darf daher in keiner Weise von diesen Entwicklungslinien losgelöst betrachtet werden, will man einen Fehler vermeiden, an dem "gender studies" leider nur allzu oft leiden”.

Certamente as mudanças estruturais influem na sociedade e, desta maneira, provocam diferentes modos de ação, mas é importante salientar que esta pesquisa se pauta na mudança do foco no discurso historiográfico. A ideia de se basear em um contexto explicativo, que pode solucionar o problema pretendido nesta dissertação, não faz sentido quando a principal contribuição da base teórica aqui utilizada prioriza a diferença e o deslocamento. A partir disso, estas perspectivas procuram se desvincular de narrativas totalizantes, incluindo a construção de um contexto, visto que não faz sentido colocar um problema dentro de uma explicação fechada – pelo contrário, o que se pretende aqui é, a partir dos questionamentos, construir os argumentos que sustentem estas perguntas.

Este tipo de posicionamento também evidencia uma posição política de buscar ir além do *status quo*, ou seja, ir além das narrativas que buscam dar uma reação de causa e efeito nos estudos históricos – o que se assemelha muito a um caráter cientificista buscado pela historiografia do século XIX – e problematizar a maneira pela qual o discurso acadêmico é construído, recortado por diferentes agências de poder. Buscar deslocar um discurso acadêmico sobre o passado é o que permeia esta pesquisa que, o próximo capítulo, discutirá mais a fundo de que maneira os papiros utilizados enquanto fontes foram descobertos em um contexto de dominação imperialista em solo egípcio.

2. ENTRE TEORIA PÓS-COLONIAL, EGITO E PAPIROS

Neste segundo capítulo, pretendo apresentar as fontes, traduzi-las e trazer alguns pressupostos teóricos que norteiam minhas escolhas. Neste sentido, alguns pontos principais serão indicados: o primeiro diz respeito à Papirologia enquanto disciplina e o início dos estudos com papiros. É importante salientar de que maneira os documentos são retirados de seus lugares originais e passam a ser disponibilizados e analisados, construindo assim um campo de estudo com perspectivas teóricas que serão esmiuçadas ao longo deste capítulo, mas que compreendem de maneira geral uma visão mais ligada às questões históricas e outra relacionada às questões linguísticas.

O segundo ponto concerne como, partindo dos estudos pós-coloniais, é possível repensar em alguma medida o processo no qual os papiros foram descobertos e encontram-se atualmente distribuídos. Sabe-se que grande parte dos papiros – assim como vários artefatos arqueológicos de grande magnitude, como a tumba de Ramsés II – foram escavados durante um período de dominação europeia em território egípcio. Além disso, considero importante ressaltar de que maneira os estudos pós-coloniais auxiliam na construção do conhecimento sobre o passado, oferecendo uma abordagem distinta nas dinâmicas entre centro e periferia, o que também pode ser aplicado ao contexto aqui estudado, ao pensar de que maneira o Egito Romano é um espaço de trocas culturais que vão além da dicotomia dominadores/dominados. Por fim, serão apresentados os documentos utilizados nesta pesquisa e uma breve explicação de sua origem, pautando-se na aplicabilidade de certos tipos de narrativas (jurídicas/peticionárias) em seus respectivos períodos.

2.1 O Início da Papirologia

Antes de se pensar a Papirologia como uma disciplina e sua institucionalização, considero importante analisar em qual contexto os estudos sobre papiros são iniciados e sobre quais premissas. Além disso, a partir desta breve explicação será possível, por meio do debate pós-colonial, questionar os saberes construídos a partir das instituições europeias e de como estas utilizaram-se de

formas repressivas violentas para a consolidação de seus ideais civilizatórios perante outros continentes.

É sabido que, com a expedição de Napoleão ao Egito em 1798, não apenas forças militares foram convocadas, como também acadêmicos das mais diversas áreas. Neste contexto, estudos de diferentes áreas foram feitos: botânicos, geográficos, históricos, químicos, entre outros. No que tange aos papiros, esta primeira expedição não se interessou, pois a maioria dos textos fora escrito em grego e o que fascinava os franceses na ocasião eram os hieróglifos e as peças do Egito Antigo.

Ainda assim, após a invasão napoleônica, o Egito, na figura de seu governante Muhammad Ali, abriu-se à influência internacional, a partir da qual França e Inglaterra passaram a travar uma constante batalha sobre influência no local, para legitimar também suas pretensões imperialistas. A mando dos governos francês e britânico, muitos artefatos foram destruídos na busca por algo de maior valor mercantil – em geral, artefatos grandiosos do Egito Antigo ou com ouro e pedras preciosas. Ainda que no Egito houvesse um grande número de arqueólogos e antiquaristas das mais variadas nacionalidades, a maior parte destes tinha uma intenção puramente comercial de encontrar objetos de grande valor, sem uma preocupação com a preservação de documentos do passado ou de seu contexto arqueológico. Evidentemente, não se pode comparar a ciência histórica e arqueológica do início século XIX com as discussões atuais, que procuram ressaltar o valor histórico das peças encontradas em escavações e reconstruir um passado arqueológico a partir dos locais em que estavam inseridas.⁴⁵

Segundo Cuvigny, no ano de 1835, Muhammad Ali suspendeu as escavações em solo egípcio e proibiu o mercado de venda de antiguidades que então existia, o que provou-se pouco efetivo, em virtude da alta demanda por artefatos antigos existente. Em 1858 cria-se o primeiro serviço de conservação especializado em artefatos egípcios, o *Service de la Conservation des Antiquités de l'Égypte*, encabeçado por Antoine Mariette, que mostrava-se realmente consternado com as pilhagens ocorridas aos artefatos egípcios. É importante ressaltar que esta associação procurava uma forma de manter a influências francesa no Egito, e

⁴⁵ CUVIGNY, Hélène. *The Finds Of The Papyri: The Archaeology Of The Papyri*. In: BAGNALL, Roger (Ed.). **The Oxford Handbook of Papyrology**. Oxford: Oxfrd University Press, 2009. Cap. 2, p. 31.

permaneceu ativa até o ano de 1952, demonstrando assim o caráter de dominação imperialista existente nesta empreitada, que permeia em grande maneira os estudos papirológicos em geral.⁴⁶

Muhammad Ali iniciou um projeto de modernização no Egito que, após sua morte em 1849, foi continuado pelos seus sucessores. O que liga este processo de modernização à Papirologia são os novos métodos de irrigação empregados: ao modificar o sistema das antigas bacias d'água e trocá-las por canais, houve um aumento nas terras que poderiam ser cultivadas. Além disso, em virtude da demanda por fertilizantes, houve uma intensa busca por *sebâkh*, um adubo natural com salitre que era produzido a partir das antigas construções egípcias. Na busca por *sebâkh* muitos artefatos foram destruídos, além das paredes das antigas cidades, que certamente possuíam um valor histórico bastante importante.⁴⁷

Neste contexto, entre 1877 e 1878 foi encontrado o maior número de papiros em larga escala, no *Fayyum* em Arsinoite, em virtude da procura por *sebâkh*, o que iniciou as buscas ilícitas na região. Esta primeira coleção foi comprada pelo austríaco Theodor Graf e doada ao arquiduque Rainer em 1884. É importante notar que as escavações por *sebâkh* só foram consideradas ilegais na década de 1930, o que pode ter levado a perda de muitos artefatos importantes na compreensão do passado egípcio. Além disso, no início do século XX houve a modernização do sistema de carregamento de *sebâkh*, que, se antes era carregado por camelos, a partir de então passaram a ser levados aos locais de destino via trens, o que inviabilizou grande parte da busca por artefatos históricos que estavam contidos dentro do fertilizante. Neste sentido, as buscas arqueológicas podem ser compreendidas como “escavações de resgate”, que procuravam encontrar os artefatos antes que eles fossem destruídos por interesses econômicos maiores.⁴⁸

No ano de 1882 ocorreu a ocupação inglesa do Egito, levada a cabo em virtude de razões políticas e nacionalistas, para que também fosse mantido um maior controle sobre o que ocorria em território egípcio. Pouco antes disso, no mesmo ano, foi fundado o *Egyptian Exploration Fund*, uma associação privada que tinha como principais contribuintes pessoas ligadas à religião – o que fez com que esta sociedade buscasse, principalmente, artefatos do cristianismo primitivo, para

⁴⁶ Idem, p. 31.

⁴⁷ Idem, p. 32.

⁴⁸ Idem, p. 32-36.

que assim pudesse atrair mais colaboradores. Os exploradores posteriores, em especial Grenfell e Hunt⁴⁹, também procuravam papiros cristãos, deixando até mesmo de lado um riquíssimo sítio arqueológico bizantino, por este não satisfazer às expectativas de um cristianismo ocidental.⁵⁰

Em relação aos métodos utilizados, segundo Cuvigny,

Eles [Grenfell e Hunt] observavam a cor da terra ou a sensação desta sob as botas, o que pode indicar a presença de uma camada de *afsh*, uma mistura de terra com palha e outra matéria seca, vegetal, o que a experiência os ensinou que frequentemente continha papiros (Grenfell e Hunt, um tanto pomposamente, chamavam estes indicadores de ‘os princípios de *afsh*’). A visão global deles do local era vaga, e eles não tinham ideia precisa da posição das valas. (...) Plantas de construções são raras e não são indicadas numa planta geral porque estas nunca foram feitas. Além disso, objetos não inscritos não eram colocados em um contexto e o conceito de estratigrafia estava ausente”.⁵¹

Cuvigny ressalta que os métodos de Grenfell e Hunt não eram os mais corretos na visão dos arqueólogos atuais, mas é necessário considerar que, em fins do século XIX, a arqueologia ainda era muito ligada à filologia e, com isso, uma importância maior era dada aos documentos escritos em detrimento da cultura material. Além disso, com a mudança de métodos arqueológicos e o desenvolvimento de escavações egípcias na década de 1920, houve uma maior preocupação com dados estratigráficos e mapeamento de lugares mais ou menos povoados. Isso fica claro com a escavação de Karanis, iniciada em 1935, na qual foi analisado o grau de ocupação dos diferentes locais da cidade, o que auxilia na compreensão dos artefatos encontrados em cada lugar, aumentando assim as possibilidades de uma análise mais complexa sobre o passado.⁵²

⁴⁹ A importância de Grenfell e Hunt se dá por estes terem descoberto, em 1897, os papiros de Oxirrinco: uma coleção com aproximadamente dois mil papiros documentais (taxações, textos jurídicos, petições) e trezentos papiros literários, em um depósito de lixo, local incomum de escavações.

⁵⁰ Idem, p. 34-37.

⁵¹ Idem, p. 36. No original: “*They [Grenfell e Hunt] observed the color of the earth or the feel of it under the boots, which can indicate the presence of a layer of afsh, a mixture of earth with straw and other dry, vegetable matter, which experience had taught them often contained papyri (Grenfell and Hunt somewhat pompously called these indicator “the principles of afsh”). Their global view of the site was vague, and they had no precise idea of the position of their ditches. (...) Plans of buildings are rare and are not indicated in a general plan because those were never made. Moreover, uninscribed objects were not placed in a context, and the concept of stratigraphy was absent*”

⁵² Idem, p. 39.

2.2 A Papirologia enquanto disciplina

Nesta parte do capítulo, pretendo abordar a institucionalização da Papirologia enquanto disciplina científica e de que maneira ela é discutida atualmente, frente aos avanços da Arqueologia, da História e da Linguística. Esta discussão, que se pretende teórica, busca relacionar os aspectos já discutidos na seção anterior – como o contexto de surgimento da Papirologia – aos questionamentos presentes nas diversas maneiras de se fazer a Papirologia, seja em um âmbito mais técnico, que ressalta a leitura e transcrição dos textos, seja em um caráter mais analítico, que busca problematizar junto aos documentos questões sociais, econômicas e históricas da conjuntura das fontes.

Em uma espécie de protohistória da Papirologia, pode-se citar as traduções de fins do século XVIII, que foram pontuais e estavam ligadas a documentos encontrados em pequena quantidade (e não em série), que usualmente estavam juntos de objetos de maior valor. O número de papiros encontrados aumenta apenas na década de 1870, com a modernização do Egito, conforme anteriormente mencionado. Com isso, os papiros passaram a ser objetos de valor por si próprios, como documentos que atestavam uma faceta do passado.⁵³

Sobre a consolidação da Papirologia enquanto disciplina, Keenan⁵⁴ afirma que

No início, papirologia denotava especificamente decifração e apresentação de textos escritos em papiro (ou ostraca), especialmente em grego. Textos em língua egípcia em qualquer escrita – hieroglífico, hierático, demótico – permaneciam preservados do campo que veio a ser chamado Egíptologia. Assim como os textos escritos em copta (egípcio escrito predominantemente em escrita grega), pelo menos até recentemente, quando papirologistas (e estudiosos do Novo Testamento) tem constantemente tentado estudar copta sem ter a experiência do tradicional, e alguns pensam essencial, iniciação às formas iniciais de língua e escrita egípcios. A papirologia, apesar disso, logo também desenvolveu o sentido que se estende além da edição dos textos em papiro para incluir seu uso no estudo da história sociedade e economia do Egito de aproximadamente o século III antes da era cristã até o início do século VIII da era cristã. Este é às vezes referenciado como ‘o milênio papirológico’.⁵⁵

⁵³ KEENAN, James G.. *The History of the Discipline*. In: BAGNALL, Roger (Ed.). **The Oxford Handbook Of Papyrology**. Oxford: Oxford University Press, 2009. Cap. 3, p. 59-60.

⁵⁴ Idem, p. 61.

⁵⁵ No original: “*At first papyrology denoted specifically the decipherment and presentation of texts written on papyrus (and ostraca), specially in Greek. Texts in the Egyptian language in whatever script – hieroglyphic, hieratic, demotic – remained the preserve of the field that came to be called Egyptology. So did the texts in Coptic (Egyptian written in predominantly Greek script), at least until*

Isto ocorre já em fins do século XIX, com o grande número de papiros encontrados nas escavações de Oxirrinco. Sobre as publicações feitas por Grenfell e Hunt, é importante salientar que estas seguiram um rigor bastante científico: tinham um caráter fortemente filológico e tipológico, que não dava ênfase aos valores históricos e econômicos do contexto. Além disso, como já citado, a maioria destes papiros não trazia consigo uma discussão arqueológica do seu lugar dentro das escavações, o que também dificultava a associação de papiros do mesmo século ou de um mesmo conteúdo.⁵⁶

Keenan afirma que, enquanto Grenfell e Hunt estavam viajando entre a Inglaterra e o Egito, em escavações e publicando seus textos, um discípulo de Theodor Mommsen estava fortemente interessado nos papiros e na cultura material que permitia analisar o Egito pós-faraônico. Este estudioso era Ulrich Wilcken que, em 1900, funda a primeira revista exclusiva à Papirologia – *Archiv für Papyrusforschung* – para reunir pesquisadores da área de Papirologia, mas também de história antiga, epigrafia, filologia, numismática. Este é um passo importante na institucionalização da disciplina, visto que Wilcken procurava um caráter internacional na disciplina (com vários colaboradores não-alemães) e discussões que iam além da catalogação e transcrição dos papiros.⁵⁷

Wilcken organizou, em parceria com Ludwig von Mitteis no ano de 1912, uma coletânea dos papiros publicados até então, conhecida como *Grundzüge und Chrestomatie der Papyruskunde*. Não apenas a obra é grande em seu tamanho, mas ela trouxe uma das concepções de Wilcken acerca do Egito que provocou várias discussões posteriores na Papirologia e nos estudos sobre o mundo antigo. Segundo Wilcken, o Egito era um lugar especial no período helenístico, ptolomaico e também romano. Com isso, não seria possível tirar conclusões generalistas baseadas apenas na documentação egípcia, por esta ser considerada um “caso a parte” nas relações entre helenos e romanos. Isto fez com que muitos estudiosos, especialmente da história do mundo romano, deixassem de utilizar exemplos

recent times, when papyrologists (and New Testament scholars) have increasingly tried to master Coptic without experiencing the traditional, and some think essential, initiation to the earlier forms of Egyptian language and scripts. Papyrology, however, soon also developed a meaning that extends beyond the editing of papyrus texts to include their use in the study of Egyptian history, society and economy from approximately the third century BCE until the early eighth century CE. This is sometimes referred to as “the papyrological millennium”

⁵⁶ Aqui vale ressaltar que a catalogação dos papiros de Oxirrinco não obedece a ordens cronológicas, apenas espaciais (todos foram encontrados no mesmo depósito de lixo).

⁵⁷ Idem, p. 63.

egípcios em virtude deste ser categorizado como um lugar que não tinha padrões aplicáveis ao resto do Império.⁵⁸

Neste sentido, é importante salientar que, devido às condições climáticas do Egito, muitos documentos foram conservados, a partir dos quais atualmente podem ser feitas pesquisas sobre vários temas pertinentes ao Egito Romano – questões identitárias, demográficas, jurídicas. Em outros lugares do Império Romano, não há uma concentração tão grande de documentação para além dos registros literários⁵⁹, fazendo com que o Egito Romano passasse a ser pensado de duas formas pela historiografia: a primeira coloca que as questões colocadas pelas fontes literárias – em especial aquelas de caráter jurídico – poderiam ser, em alguma medida, corroboradas pelos papiros, deixando de lado os aspectos dinâmicos da sociedade. O segundo ponto consiste em colocar o Egito pós-faraônico em um “lugar especial”, a partir do qual não seria possível estabelecer continuidades com o Império Romano, visto que, como não existem registros sobre outros espaços dentro do Império, o exemplo do Egito – um local majoritariamente agrário - não poderia ser “aplicado” para outras realidades.

Pensar o Egito pós-faraônico por si só, ainda que exista uma extensa documentação, provou-se algo complexo até mesmo para os estudiosos. Nesta perspectiva, Keenan aponta que há um modelo de divisão do mundo mediterrâneo antigo, que separa em uma linha imaginária o mundo greco-romano do Egito e do Oriente Próximo. A maioria dos historiadores tende a optar pelo estudo do passado clássico, enquanto que aqueles que se propõem a estudar o Egito comumente focam suas análises no período faraônico, deixando de lado o que se entende por período tardio da história egípcia, ou seja, a partir do domínio dos ptolomaicos.⁶⁰

Esta divisão, ainda segundo o autor, fez com que apenas os papirologistas mais inclinados a uma visão histórica e contextual se debruçassem sobre a miríade de papiros encontrados no Egito, enquanto que, mesmo os estudiosos que buscam

⁵⁸ Idem, p. 64-65.

⁵⁹ A definição de fonte literária aqui não está relacionada com a ideia de literatura clássica. Sua diferença em relação aos outros documentos se dá em virtude de ser um corpus de fontes que, em virtude de sua importância no contexto, foi transmitida para a posteridade na forma de manuscritos copiados, enquanto as fontes não-literárias são aquelas consideradas ordinárias, como registros de nascimento, morte, reclamações jurídicas, cartas, exercícios de alfabetização, etc.

⁶⁰ KEENAN, James G. *Egypt's "Special Place"*. In: CUEVA, Edmund P.; BYRNE, Shannon N.; BENDA, Frederick. **Jesuit Education and the Classics**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2009. P. 178-179.

analisar o Oriente Próximo, relevam o Egito tardo a um lugar de menos importância, geralmente justificando suas escolhas em virtude da peculiaridade das fontes encontradas no Egito. Wilcken e Mitteis, responsáveis pela *Grundzüge und Chrestomatie der Papyruskunde* – uma das primeiras e mais notáveis coletâneas de papiros, explicando os aspectos legais e sociais dos documentos – reafirmam que o espaço possível de análise dos papiros é muito restrito, em virtude especialmente de seu lugar de origem. Esta posição foi continuada pelos papirologistas e serviu também como justificativa para os historiadores do mundo romano, que excluem o Egito devido ao seu *Sonderstellung*⁶¹, alegando que os modelos explicativos utilizados em outros lugares do Império não se aplicam em virtude das peculiaridades do Egito – excesso de documentação que não existe em outras regiões, contato anterior com os helenos, cultura antiga bastante desenvolvida, o problema entre a noção de continuidade/descontinuidade no Império Romano.⁶² Até mesmo o conhecido historiador do pensamento econômico do mundo antigo, Moses Finley, acreditava que, mesmo com a abundante quantidade de documentos sobre a vida cotidiana do Egito, ele ocupava um lugar diferente dos outros territórios ocupados pelos romanos, e isto fazia com que sua economia não pudesse ser utilizada como base para compreender a organização e administração de recursos em outros espaços do Império Romano.⁶³

Outro ponto interessante de ressaltar quanto à Papirologia diz respeito às discussões que perpassam a disciplina atualmente, mas que iniciam-se na década de 1960. Estas discussões baseiam-se em duas posições distintas quanto ao que é a Papirologia e quem a faz. Herbert Youtie é um papirologista que defende que os verdadeiros estudiosos da Papirologia são aqueles interessados na transcrição e interpretação de textos, sem fazer grandes contribuições ao contexto histórico e cultural no qual os papiros foram escritos. Além disso, a posição de Youtie demonstra uma separação evidente entre as disciplinas e uma valoração excessiva a narrativa e à construção do discurso que está presentes nos papiros, sem fazer uma ligação com uma conjuntura mais complexa.⁶⁴

⁶¹ Lugar especial, em tradução do alemão. A expressão é utilizada inicialmente por Wilcken.

⁶² Idem, p. 183-184.

⁶³ Idem, p. 179-182. Vale lembrar que Finley se concentrava em pensar grandes modelos interpretativos e não os espaços de diferença.

⁶⁴ KEENAN, *Op. Cit.*, p. 72.

Por outro lado, C. Bradford Welles segue um caminho completamente oposto. Seu principal foco com os papiros era uma análise histórica que se utilizasse dos documentos como fontes, dando uma nova possibilidade de estudar o passado clássico. A partir desta perspectiva, os papiros serviriam muito mais dentro de um contexto histórico, econômico e social do que como documentos a serem estudados por si próprios, ou enquanto uma série, sem ligação com suas conjunturas originais. Além disso, os papiros demonstram uma vida cotidiana muitas vezes desconhecida aos estudiosos do mundo antigo, que estão acostumados às grandes narrativas vinculadas ao poder.⁶⁵

Assim como afirma Bagnall, muitas vezes a metodologia da Papirologia não é discutida em virtude desta ser uma disciplina extremamente técnica, na qual é necessário um rigor científico para que seja feita a análise da materialidade do papiro – a transcrição e interpretação do autor do idioma antigo para algum contemporâneo, as quebras de linhas e o efeito que estas tinham na construção do texto. Com isso, sobraria pouco tempo para uma reflexão do que é a Papirologia e quais são seus anseios reais: a transcrição dos textos ou a contextualização destes em um horizonte maior de perspectivas.⁶⁶

Ainda assim, mesmo que a diferença entre estes dois modos de fazer papirologia exista, é importante salientar que isto ocorre muito em virtude do contexto de produção deste tipo de conhecimento: de início, com o número massivo de papiros descobertos, era necessário que estes fossem traduzidos e publicados, esforço este feito também em virtude da formação em filologia, bastante comum no início do século XX. Neste sentido, o esforço de papirologistas como Youtie, Wilcken e Mitteis na edição e publicação destes materiais no início do século XX é de fundamental importância para que não apenas a Papirologia se consolidasse enquanto uma disciplina científica, como também pela ênfase que foi dada a outros períodos históricos do Egito e de outros espaços dentro do Império Romano.

A partir do que foi acima exposto, considero importante analisar a Papirologia como uma disciplina que, diante das questões levantadas pela contemporaneidade, se pretende multidisciplinar – ou assim deveria ser. Ao se utilizar o estudo dos papiros para construir um passado com discussões mais

⁶⁵ Idem, p. 74.

⁶⁶ BAGNALL, Roger S.. **Reading Papyri, Writing Ancient History**. London: Routledge, 1995. 145 p.

complexas, podemos também analisar questões como a materialidade do documento e seu contexto arqueológico geral.

Não considero necessário tomar uma ou outra posição, ou seja, analisar a Papirologia apenas pelo viés da transcrição e pelo documento em si, ou ainda analisar os papiros como fontes dentro de um contexto maior. Acredito ser possível ter as duas para que o trabalho do historiador seja mais complexo e, com isso, mais completo, no sentido de ser necessário fazer uma análise da materialidade do texto para se pensar em uma tradução de termos antigos e do que o conteúdo propõe, além de também ser extremamente necessário pensar cada documento em seu contexto maior de produção, de maneira a historicizá-lo.

Desta maneira, é possível concluir que é necessário um rigor com a documentação – especialmente com as traduções – para que as narrativas sejam entendidas de maneira a pensar como os termos se encaixavam e qual significado exerciam dentro dos textos. Considero importante também analisar que estes termos precisam ser historicizados, ou seja, eles carregam significados específicos dos seus contextos que precisam ser explicados para que a análise possa compreender como a sua utilização afeta a dinâmica da narrativa⁶⁷.

Neste sentido, é possível pensar que os papiros não podem ser entendidos apenas no interior de suas próprias narrativas, visto que é necessário compreender como estas narrativas são construídas dentro de um contexto específico. Isto não significa ou justifica a construção de metanarrativas para explicar os questionamentos que surgem quando pensamos no Egito Romano, mas sim o entendimento de que estes documentos só surgem em virtude das estruturas já existentes nesta conjuntura específica. Como esta dissertação trata especificamente de petições, fica claro que estas só são utilizados enquanto instrumento legal para a manutenção dos direitos das petionárias porque há todo um contexto que permite a aplicabilidade das leis em território egípcio, além de outras questões ligadas à tradição egípcia que dá certa autonomia às mulheres.

⁶⁷ Por exemplo, há uma diferença de significado entre *ὑβρις* e *βία*: ainda que os dois termos possam ser traduzidos por violência, cada um denota um tipo distinto de violência. Sua utilização nos papiros, neste sentido, demonstra de qual tipo específico de violência se trata e o modo pelo qual as petionárias utilizam um dos termos determina a sua relação com a violência sofrida (seja por si mesma ou pelos pares).

2.3 Diálogos Pós-Coloniais

Ao longo da parte inicial deste capítulo, procurei elucidar de que maneira a Papirologia surge e seu caráter enquanto disciplina. Considero isto importante pelo fato de que é necessário analisar o contexto no qual estes estudos estão inseridos e suas pretensões que, como foi mencionado, eram de início em sua grande maioria imperialistas. É importante ressaltar esta conjuntura visto que outras disciplinas também surgiam neste momento – notadamente a Arqueologia e a Egíptologia – e buscavam juntas legitimar uma procura constante em territórios dominados por objetos extravagantes de um passado distante, que serviriam também para demonstrar a dominação cultural imposta aos povos marginalizados – vistos como atrasados e exóticos – pelos grandes impérios europeus. Além disso, é necessário ressaltar que a criação da diferença entre a Europa e os lugares dominados durante fins do século XIX e o início do século XX (com a ascensão do Imperialismo) é de fundamental importância para criar uma identidade nacional europeia pautada na alteridade em relação aos outros lugares – comumente colocados em lugares de subordinação ante os impérios ditos civilizados. Neste sentido, a utilização da História Antiga se dá enquanto um elemento que propicia a ideia de legado cultural europeu – que deveria “levar a civilização” aos dominados –, legitimando assim a dominação imposta de maneira violenta nestes territórios.

O surgimento da Papirologia deve sim ser considerado como de suma importância para a sobrevivência dos arquivos que, atualmente, podem ser consultados *online* e trabalhados pelos mais diversos estudiosos, mas não se pode esquecer o processo de dominação dentro do Egito para que estes documentos fossem retirados de seu contexto arqueológico original e levados para exposições e estudos apenas na Europa e na América do Norte. Além disso, foi apenas recentemente, com a teoria pós-colonial, que certas questões passaram a ser discutidas a partir do viés dos povos dominados e das relações estabelecidas com os grandes Impérios, não necessariamente levando em consideração o discurso hegemônico dos dominadores.

Neste sentido, é importante salientar como as discussões pós-coloniais surgem e seu novo olhar sobre o conhecimento histórico. Segundo Ashcroft, em uma afirmação mais genérica, pode-se afirmar que a teoria pós-colonial discute de que

maneira se dá o impacto da colonização em diferentes sociedades e culturas.⁶⁸ Enquanto uma teoria contemporânea, começa a se configurar a partir de meados do século XX para pensar os processos de descolonização da África e da Ásia, sendo fortemente influenciada pelas questões pós-estruturalistas. Ao pensar a diferença entre o Ocidente e o Oriente, Edward Said⁶⁹ – um dos principais expoentes da teoria pós-colonial – questiona de que maneira o Oriente é, na verdade, criado a partir de construções de discursos por um Ocidente que se pretende totalmente diferente – mais culto, menos exótico, mais civilizado.

O discurso foi uma das várias maneiras encontradas para exercer a dominação dos territórios e construir um imaginário sobre as diferenças entre Ocidente e Oriente. Além disso, Ashcroft, Griffiths e Tiffin salientam que

'Pós-colonialismo/póscolonialismo' é agora usado em amplas e diversas maneiras para incluir o estudo e análise das conquistas territoriais europeias, as várias instituições dos colonialismos europeu, as operações discursivas do império, as sutilezas das construções dos sujeitos no discurso colonial e a resistência destes sujeitos e, talvez mais importante, as diferentes respostas a estas incursões e seus legados coloniais contemporâneos em nações e comunidades pré e pós-independência. Ainda que seu uso tendeu a focar-se na produção cultural de tais comunidades, está se tornando amplamente usado em análises históricas, políticas, econômicas e sociológicas, visto que estas disciplinas continuam a ocupar-se do impacto do imperialismo europeu nas sociedades do mundo.⁷⁰

A partir destas reflexões, a pergunta que segue diz respeito à validade deste tipo de teoria para os estudos aqui apresentados. Se a teoria pós-colonial se configura enquanto fenômeno contemporâneo que discute as relações de poder entre territórios dominados, seus dominadores e as formas de dominação, de que maneira seria possível levar este tipo de discussão para a Antiguidade?

⁶⁸ ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Post-Colonial Studies: The Key Concepts**. Londres: Routledge. 2008. P. 168.

⁶⁹ Cf SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras/Companhia de Bolso, 2007. 525p.

⁷⁰ Idem, p. 169. No original: “‘Post-colonialism/postcolonialism’ is now used in wide and diverse ways to include the study and analysis of European territorial conquests, the various institutions of European colonialisms, the discursive operations of empire, the subtleties of subject construction in colonial discourse and the resistance of those subjects, and, most importantly perhaps, the differing responses to such incursions and their contemporary colonial legacies in both pre-and post-independence nations and communities. While its use has tended to focus on the cultural production of such communities, it is becoming widely used in historical, political, sociological and economic analyses, as these disciplines continue to engage with the impact of European imperialism upon world societies”

É a partir da crítica pós-colonial que a ideia do legado cultural de Roma enquanto passado glorioso que foi transmitido para a posteridade e que deveria continuar sendo levado aos lugares incivilizados/bárbaros é questionada. É importante retomar algumas considerações sobre como o Imperialismo está ligado à construção das disciplinas acadêmicas do século XIX, especialmente na Inglaterra⁷¹, e de que maneira o conceito de Romanização, explorado neste contexto, foi usado como pressuposto teórico para a manutenção dos interesses imperialistas.

Segundo Hingley, ainda que a ideia do legado romano seja comum a vários períodos históricos e utilizada por diferentes detentores do poder (desde Carlos Magno a Elizabeth I), é entre fins do século XIX e o início do século XX que esta ideia se reformula e passa a ser utilizada como um paralelo para a dominação de outros territórios, pautando-se na noção de projeto moral, ou seja, a disseminação da cultura ocidental para povos reconhecidos como inferiores. Especialmente na Inglaterra, podem ser colocados duas influências principais para que este tipo de pensamento florescesse: primeiramente, a educação clássica da elite britânica, comumente pautada na literatura clássica e nos conceitos greco-romanos, influenciou a maneira que os homens britânicos observavam o mundo; em segundo lugar, a relação nada amistosa da Grã-Bretanha com a Alemanha, esta que ocupava cada vez mais territórios e aparecia como uma espécie de “rival” imperialista.⁷²

Com isso, seria necessário construir um imaginário que promovesse algo de positivo na invasão dos territórios, sendo este momento oportunamente o mesmo em que as disciplinas científicas como a História e a Arqueologia passam a se constituir. É neste sentido que consolida-se a ideia de um legado cultural que, advindo dos romanos, deveria ser levado aos lugares dominados do Império. Esta é uma via de mão dupla: é a partir de uma educação fortemente marcada pela leitura dos clássicos e pela ênfase no passado greco-romano como algo positivo que a ideia do legado cultural como missão civilizadora ganha força, influenciada também pelos estudos sobre a Bretanha romana feitos no início do século, que ressaltavam a

⁷¹ Outras nações europeias também são consideradas imperialistas neste contexto, mas a ênfase na Inglaterra se dá pela maneira que o discurso é construído e apropriado para a utilização em diferentes colônias (como o Egito e a Índia, por exemplo).

⁷² HINGLEY, Richard. **O Imperialismo romano**: novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010, p. 28-31.

maneira pela qual os nativos aceitavam a cultura romana passivamente – do mesmo modo deveria ser feito com os territórios ocupados pela Inglaterra.⁷³

Dois pontos parecem de maior interesse para esta discussão. O primeiro diz respeito à própria construção do saber acadêmico: ao se questionar como o discurso colonialista impactou na formação das disciplinas, especialmente da História e da Arqueologia, é interessante notar que certamente o processo de legitimação buscado pelas potências europeias do século XIX teve um impacto grande no que deveria ser aceito ou não aceito como verdade histórica, ou seja, algumas narrativas – como as que ressaltam a grandiosidade do Império Romano e a dominação exercida em povos ditos menos avançados social e culturalmente – foram preteridas em relação a outras. Isto se relaciona especialmente no que diz respeito ao tema desta pesquisa, visto que o Egito foi comumente descrito, desde o início do século XIX, como um local que perdera a grandiosidade do passado e que foi facilmente “aculturado” por gregos e, posteriormente, romanos.

Outro ponto interessante de ser ressaltado diz respeito às trocas culturais existentes no passado, que podem ser repensadas a partir das teorias pós-coloniais. Ao invés de utilizar um modelo analítico que coloca Roma como o centro e os outros territórios como sendo periféricos e colonizados, é possível repensar como as relações se estabeleciam entre os sujeitos, ressaltando os diálogos possíveis entre romanos e povos nativos. Quando o modelo – criado no século XIX – de um Império Romano conquistador das mais variadas localidades e que levava a cultura a povos não civilizados é questionado, criam-se possibilidades novas de pensar na agência dos povos nativos, a maneira pela qual questões ligadas à legislação e ao costume se aplicam e como os indivíduos se utilizam de diferentes mecanismos (nativos e romanos) em favor próprio.

Ao pensar as questões pós-coloniais no Egito Romano, desfazem-se dicotomias que colocam os nativos como um povo incivilizado, oprimido e passivo enquanto os romanos levariam a civilização, que salvaria os nativos da ignorância. Ainda que uma ideia geral sobre o Egito violento exista desde a Antiguidade, quando os romanos reforçam este imaginário a partir dos escritos de autores como Juvenal e Tácito⁷⁴, os papiros demonstram uma ideia de uma população que utilizava a

⁷³ Idem, p. 32-37.

⁷⁴ BRYEN, Ari Z. **Violence in Roman Egypt: A Study in Legal Interpretation**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 30-31.

legislação de maneira ampla e, neste sentido, se integrava ao império de uma forma plural. Como afirma Bryen, *“mais do que uma história de opressão e resistência, as realidades do imperialismo no Egito fizeram um regime administrativo dinâmico e produtivo”*⁷⁵.

Neste sentido, os papiros escolhidos para análise nesta dissertação podem ser considerados um ponto interessante de convergência dos questionamentos pós-coloniais, visto que são narrativas construídas em um contexto de ampla troca cultural e, ainda que tratem da violência – e possam corroborar a ideia do Egito enquanto lugar violento –, são uma ferramenta utilizada pelas requerentes para a manutenção de seus direitos, demonstrando que a violência, quando ocorria, não era naturalizada. Ao pensar na conexão entre esta documentação e as questões contemporâneas sobre o pós-colonialismo, que abrangem a relação entre o poder das nações imperialistas do século XIX e a construção do discurso acadêmico, ela oferece uma perspectiva diferente por salientar a experiência das mulheres, demonstrando assim um deslocamento de um discurso eurocêntrico e masculino para enfatizar como as mulheres viviam e agiam nas situações de violência, possibilitando, desta maneira, a construção de uma narrativa mais plural sobre o passado.

2.4 Legislação e documentação

Os documentos aqui utilizados são papiros encontrados em diferentes partes do Egito Romano. O recorte temporal utilizado é do século III ao século V d. C., ou seja, do Édito de Caracala de 212, que concede cidadania romana a todos os habitantes do Império, até o século V, período de consolidação de mudanças estruturais no Egito Romano, como a institucionalização da cristandade. Ainda assim, o maior foco aqui é o século IV, que representa mudanças interessantes no contexto: a cristianização do Império, o uso constante da legislação como meio de resolver disputas, o impacto da organização imperial na agricultura do Egito.⁷⁶

Como já citado anteriormente, não pretendo com esta dissertação construir metanarrativas sobre este período, mas considero necessário ressaltar de que

⁷⁵ Idem, p. 48.

⁷⁶ O tema é tratado exaustivamente em BAGNALL, Roger S. **Egypt in Late Antiquity**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

maneira as peticionárias dispunham de certo respaldo legal para que seus requerimentos fossem atendidos. Nesse sentido, é preciso compreender quais categorias convergem para que as mulheres representadas nestes documentos possam utilizá-las e de que maneira esta prática está pautada, para além da ação individual, no entendimento do lugar social ocupado pelas requerentes. O foco será, então, na ideia de costume, pautada na manutenção de algumas categorias que oferecem instrumentos para o processo de agência que é consolidado na narrativa dos papiros.

Em um primeiro momento, é preciso ressaltar de que maneira as tradições egípcia e grega dialogaram quando do início do período ptolomaico no Egito, visto que, desta maneira, é possível compreender como se dão as primeiras diferenças no tratamento das mulheres e como isso afeta, posteriormente, questões legais no período romano. Segundo Wandorpe e Waebens, as mulheres egípcias, antes da chegada dos ptolomaicos, detinham um alto grau de autonomia: o casamento só ocorria quando havia consentimento feminino, elas não precisavam de um guardião legal e mantinham suas propriedades mesmo durante o casamento. Por outro lado, as mulheres gregas eram dotadas de pouca independência e, a partir do contato com a cultura egípcia, novas possibilidades quanto às questões legais foram abertas. Ainda segundo as autoras, os ptolomaicos buscaram a manutenção das duas legislações diferentes: uma egípcia, que garantia os direitos femininos, e uma helênica, que se utilizaria de alguns elementos egípcios para garantir outros direitos. Neste sentido, os egípcios tinham o poder de escolha do idioma de suas questões legais, podendo utilizar tanto o grego quanto o demótico, sinalizando assim uma integração entre as funções administrativas egípcias e gregas.⁷⁷

As autoras afirmam que, ainda que o processo de agregação das questões administrativas e legais entre egípcios e gregos tenha ocorrido de forma positiva, garantindo a manutenção da língua e da cultura, o mesmo não poderia ser dito em relação ao domínio dos romanos, visto que estes lidariam com um sistema não apenas bilíngue, mas que tinha diferenciações especialmente nas questões jurídicas no que concerne as mulheres, como já citado anteriormente. Houve uma diminuição no uso do demótico enquanto idioma oficial, em especial pela necessidade, a partir

⁷⁷ VANDORPE, Katelijjn; WAEBENS, Sofie. "Women and Gender in Roman Egypt: The Impact of Roman Rule". In: LEMBKE, Katja; MINAS-NERPEL, Martina; PFEIFFER, Stefan. **Tradition and Transformation: Egypt under Roman rule**. Leiden: Brill, 2010. P. 416-417.

do domínio romano, de que alguns tipos de contratos fossem redigidos com um sumário grego, provavelmente pago, o que desencorajava o uso do demótico. Neste contexto, segundo as autoras, o desaparecimento do demótico fez com que também as tradições egípcias fossem, em partes, perdidas, especialmente aquelas que diziam respeito à autonomia feminina.⁷⁸

Mesmo com o édito de Caracala, que tornava todos os cidadãos do Império em romanos e, desta maneira, garantia a manutenção de alguns direitos para mulheres que moravam na *chora*, as autoras afirmam que

A tutela romana favorável era um forte fator emancipador, mas não conseguia convencer totalmente as mulheres locais do Egito do terceiro século. A tradição grega de tutela, que entrou no Egito sob os Ptolomeus e se espalhou sob o domínio romano por 200 anos desde o desaparecimento de contratos demóticos e das tradições egípcias, tornou-se demasiado forte.
79

Fica claro que as autoras veem de forma negativa as mudanças trazidas tanto pela contato ptolomaico como pelo domínio romano. Seguindo a lógica das autoras, enquanto no Egito Antigo as mulheres tinham um alto grau de autonomia, isto vai se perdendo ao longo das dominações gregas e romanas, reduzindo a independência feminina e subjugando as mulheres à necessidade de uma tutela masculina. O que é interessante no posicionamento das autoras é a maneira pela qual a tradição egípcia desaparece e, neste sentido, as mulheres passam a ser sempre subjugadas pelas leis (primeiramente gregas e depois romanas), perdendo o seu espaço de ação e sua autonomia no contexto. Como este não é o tipo de posicionamento que assumo nesta dissertação, por compreender que as estruturas sociais do Egito Romano – em especial a legislação – oferecem meios que são utilizados pelas petionárias para a manutenção de seus direitos nos casos de violência, considero importante salientar um ponto de vista diferente, que leva em conta a análise de diversos papiros para pensar a vida das mulheres no Egito Romano. Segundo Rowlandson,

⁷⁸ Idem, p. 418.

⁷⁹ Idem, p. 421. No original: *“the favourable Roman guardianship was a strong emancipating factor, but could not entirely convince the local women of third-century Egypt. The Greek tradition of guardianship, which entered Egypt under the Ptolemies and spread under Roman rule for 200 years since the disappearance of Demotic contracts and Egyptian traditions, had become too strong”*.

Apesar das restrições à independência feminina no direito privado costumário dos gregos e nas leis civis de Roma, os papiros criam uma ideia de crescente extensão das liberdades femininas tanto na esfera privada quanto na esfera pública quando Roma passa para seu período tardio.(...) Com maior liberdade legal e responsabilidade pública veio maior proteção pessoal. Os contratos matrimoniais, anteriormente quase exclusivamente relacionados com arranjos de propriedade, incluíam agora uma especificação mais elaborada dos deveres conjugais, consagrando o direito das mulheres a um tratamento adequado no casamento, talvez porque isso já não pudesse ser dado como certo.⁸⁰

Neste sentido, como afirma Rowlandson, os papiros demonstram um ponto de divergência em relação ao discurso jurídico, ressaltando o caráter das práticas sociais e dos costumes para repensar como as próprias mulheres entendiam a legislação e de que maneira se utilizavam desta para os mais variados assuntos. Ainda que o propósito desta dissertação seja falar sobre violência, é necessário salientar que há uma vasta documentação papirológica do Egito Romano na qual é possível encontrar mulheres donas de terras e exercendo funções econômicas, demonstrando assim que estas mulheres eram moldadas pelo seu contexto, mas também negociavam seus espaços de ação, ainda que a legislação e algumas interpretações desta possam parecer desfavoráveis.

É necessário também fazer uma consideração sobre o número relativamente pequeno de documentos aqui analisados. Primeiramente, optou-se por fazer um recorte transversal em todas as coleções de papiro, visto que as coleções se configuram posteriormente e não necessariamente obedecem ordens de localização e data. Neste sentido, foram buscados papiros em que mulheres, independente de sua origem, fazem reclamações contra situações de violência – seja esta física ou moral. Aqui optei por não excluir reclamações nas quais mulheres também são perpetradoras da violência, visto que a análise pretendida procura desmistificar exatamente a figura das mulheres enquanto vítimas ou algozes, salientando que, enquanto sujeitos históricos, as mulheres agiram das mais variadas formas nos mais variados contextos.

⁸⁰ ROWLANDSON, Jane (Ed.). **Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998. P. 195-196. No original: *“Despite restrictions on women’s private-law independence in both Greek customary and Roman civil law, the papyri created a sense of growing extension of women’s freedom in both the private and the public spheres as the Roman passes into the late Roman period. (...) With added legal freedom and public responsibility came greater personal protection. Marriage contracts, earlier almost exclusively concerned with property arrangements, now included more elaborate specification of marital duties, enshrining the women’s right to proper treatment in marriage, perhaps because this could no longer be taken for granted”.*

Segundo Bagnall, não há uma diminuição considerável no número de requerimentos feitos por mulheres no século IV: entre 283 e 400, há registro de 52 petições feitas por mulheres em um universo de 192 petições, a partir do levantamento feito por Gascou e Fournet⁸¹. Isto significa que cerca de 26% do número total de petições do período foram produzidas por mulheres e, em virtude do número limitado e do já explicado recorte, foram catalogadas oito que trazem diferentes pontos de vista sobre a violência sofrida por mulheres.

Por meio desta perspectiva, é possível situar os papiros aqui estudados, por se tratarem de requerimentos feitos por mulheres a autoridades locais em virtude da violência praticada contra si e contra seus pares. A criação deste tipo de narrativa pode ser entendida enquanto uma busca por um mecanismo de poder para a resolução de uma situação conflituosa, além de um modo de construir a própria identidade no âmbito público – se há uma situação de desrespeito em relação à integridade destas mulheres, é necessário que elas demonstrem como devem ser tratadas pelos seus pares e que a violência sofrida é negativa.

A partir disso, é necessário pensar os espaços de ação propostos não apenas nas fontes oficiais – que podem sim ser um embasamento para a construção de uma história social das mulheres na Antiguidade – mas também na construção que os papiros fazem de narrativas cotidianas que retratam e categorizam os tipos de violência. Outro aspecto importante de ser pensado quanto à violência diz respeito a banalidade destas práticas: uma sociedade que tem um considerável número⁸² de registros de violência, ao mesmo tempo que condena estes feitos, também tem nestas questões uma prática costumeira.

Neste sentido, pensar as fontes oficiais também é importante para compreender de que maneira o discurso sobre a legislação romana muda com a influência de outras teorias sociais. O primeiro ponto a ser salientado é a maneira pela qual o direito romano foi estudado desde o século XIX: grandes nomes da historiografia, especialmente a alemã, se debruçaram sobre a questão do direito enquanto um legado cultural do Império Romano. Theodor Mommsen, discípulo de

⁸¹ BAGNALL, Roger. *Women's Petition in Late Antique Egypt*. In: FEISSEL, D.; GASCOU, J. **La pétition à Byzance**. Paris: Peters Bvba, 2004. P. 53-60.

⁸² Vários documentos demonstram a violência enquanto exercício cotidiano da Antiguidade, mas com esta afirmação não pretendo analisar a antiguidade como um período de barbárie enquanto a contemporaneidade seria contrária a estas práticas – a violência, especialmente contra mulheres, ainda é considerada comum em vários contextos, embasada por uma cultura estruturada de forma sexista e misógina.

Leopold von Ranke, escreveu uma vastíssima obra sobre a História de Roma e sobre o Direito Romano, motivado também pelos processos políticos de seu próprio contexto – a busca pela unificação alemã e o ideário de uma cultura em comum, que remontaria ao passado romano-germânico. Seus pupilos já anteriormente citados, Ulrich Wilcken e Ludwig Mitteis, também editaram e publicaram um número considerável de papíros, sempre os relacionando com o contexto jurídico. A relação entre História e o Direito Romano é extensa e, neste sentido, considero ser de maior interesse pontuar de que maneira o feminismo exerce um impacto significativo no modo pelo qual as mulheres são pensadas dentro da legislação romana.

Sarah Pomeroy, por exemplo, concentra seus estudos nas fontes legais para reconstruir de que maneira as mulheres eram vistas e agiam dentro da sociedade romana. Como já citado no capítulo anterior, a autora foi fortemente influenciada pelo feminismo da década de 1960 e pela História Social das mulheres, ressaltando na maioria das vezes o caráter negativo que a legislação romana colocava sobre a vida das mulheres. Isto fica evidente na ênfase que a autora dá ao falar do conceito de *infirmitas sexus* e no poder que o *pater familias* exercia sobre as mulheres da casa:

A fraqueza e a excentricidade do sexo feminino (*infirmitas sexus* e *levitas animi*) eram os princípios subjacentes da teoria legal romana que obrigava todas as mulheres a estarem sob a custódia dos homens. Na infância, uma filha enquadrava-se na custódia do mais velho ascendente masculino, o *pater familias*. O poder do *pater familias* (...) estendia-se à vida ou morte de todos os membros da casa. Descendentes do sexo masculino de qualquer idade também estavam sujeitos à autoridade do *pater familias*, mas como adultos eles eram automaticamente emancipados após sua morte (...). Entre as mulheres, entretanto, a única isenção legal automática do poder do *pater familias* era concedida àquelas que se tornavam Virgens Vestais, um papel cultural reservado para poucas.⁸³

A partir da análise proposta por Pomeroy, as mulheres tinham um espaço de ação limitado dentro do mundo romano e sempre eram tuteladas pelos homens, fazendo com que seus anseios não fossem atendidos e, desta maneira, ocupassem

⁸³ POMEROY, Sarah B. *Op. Cit.*, p. 150-151. No original: “The weakness and light-mindedness of the female sex (*infirmitas sexus* and *levitas animi*) were the underlying principles of Roman legal theory that mandated all women to be under the custody of males. In childhood, a daughter fell under the custody of the eldest male ascendant in her family, the *pater familias*. The power of the *pater familias* (...) extended to the life or death for all members of the household. Male offspring of any age were also subject to the authority of the *pater familias*, but as adults they were automatically emancipated upon his death (...). Among females, however, the only automatic legal exemption from the power of the *pater familias* was accorded to those who became Vestal Virgins, a cultic role reserved for a very few”.

um lugar inferior na sociedade romana. Quando a autora cita os papiros do Egito Romano para explicar os casos de *jus liberorum*⁸⁴, a ênfase é colocada em como mesmo com esta prática as mulheres ainda utilizavam da tutela masculina para conduzir determinadas transações, não considerando esta legislação como uma mudança efetiva na maneira que as mulheres se relacionavam na sociedade romana.⁸⁵

Para contrapor este tipo de visão, considero interessante trazer o trabalho de Suzanne Dixon, autora já citada anteriormente, para pensar de que maneira a própria legislação romana é baseada em compilações posteriores que poderiam carregar traços de como os juristas enxergavam as mulheres em determinados períodos, diferentemente dos contextos originais em que as leis surgiram e eram aplicadas. Além disso, a autora ressalta também como o discurso sobre a lei se modifica com o passar do tempo: de *tutela mulierum* (a necessidade de que as mulheres tivessem uma tutela masculina para a manutenção da propriedade) para *infirmitas sexus* (a fragilidade feminina).⁸⁶

A análise de Dixon, neste sentido, ainda que utilize de maneira geral apenas as fontes oficiais, procura traçar um paralelo para compreender as mudanças na legislação e como elas afetavam a vida das mulheres, sem pensar apenas por um viés que coloca as mulheres como submissas de um sistema imutável. Segundo a autora, a ideia de uma fraqueza feminina na legislação advém de uma mudança na questão da tutela feminina: muitas vezes, a propriedade passava de uma mulher para seu marido e, neste sentido, saía de uma esfera familiar específica para outra. A tutela feminina, então, era uma espécie de domínio sobre a propriedade e não necessariamente sobre as mulheres, visto que estas eram ativas em processos legais sobre empréstimos e negócios. A diminuição da tutela feminina em virtude de um discurso de fragilidade demonstra um desejo de afastar as mulheres de certas esferas e, além disso, de um ideário misógino que coloca as mulheres como extremamente sentimentais, em oposição à racionalidade masculina. Ainda assim, é importante salientar que mesmo neste contexto de legislação, as mulheres ainda tinham espaço para continuar suas relações de negócio.⁸⁷

⁸⁴ *Jus Liberorum* é o direito feminino garantido a mulheres livres que tiveram três filhos ou a mulheres libertas que tiveram quatro filhos a não estar mais sob tutela masculina.

⁸⁵ Idem, p. 151-152.

⁸⁶ DIXON, Suzanne. *Op. Cit.*, p. 76.

⁸⁷ Idem, p. 73-89.

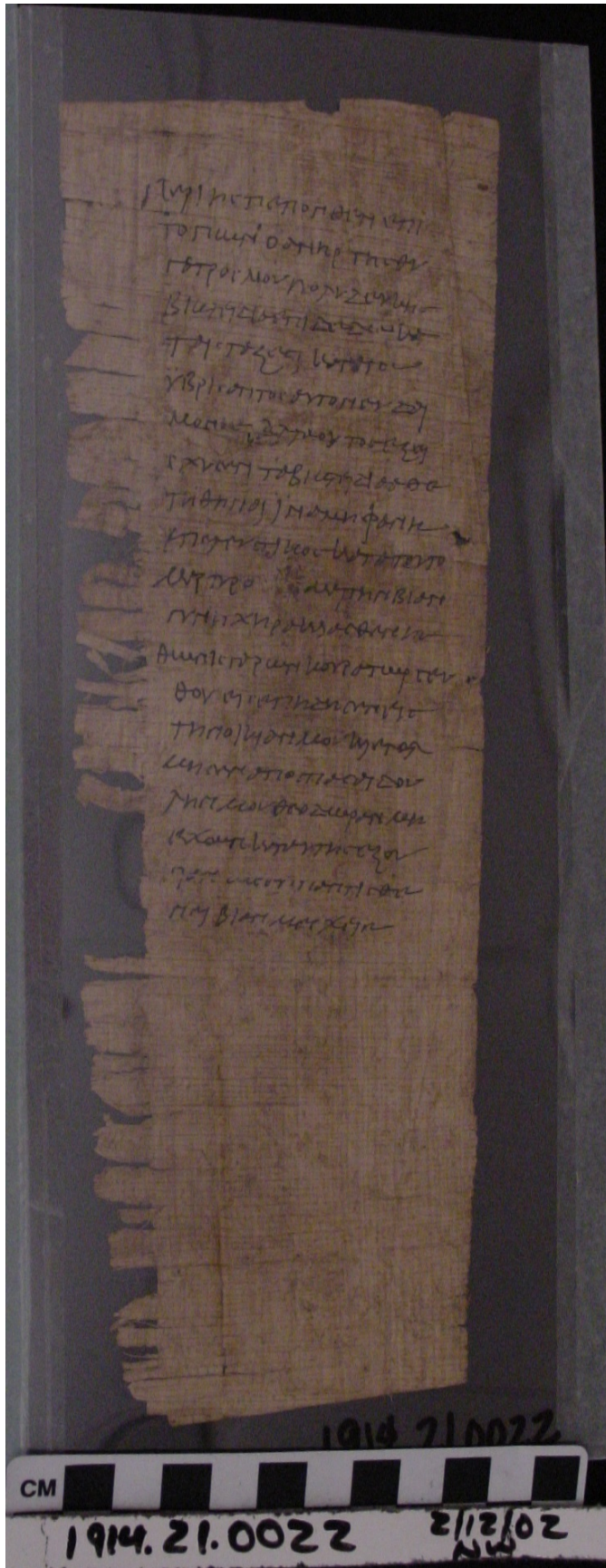
A partir disto, é importante repensar a legislação romana no que tange as mulheres como uma multiplicidade de práticas que envolvem transformações sociais e culturais. Se apegar a um caráter meramente opressor é simplificar em demasia as relações que se estabeleciam na sociedade romana, motivadas pelos mais variados fins. Ainda que existisse um caráter fortemente marcado pelas relações de gênero, é necessário também analisar que muitas vezes foi construído um discurso *a posteriori* acerca das mulheres dentro da esfera legislativa romana, e que isto influencia a maneira que as mulheres da Antiguidade são vistas e descritas.

Por fim, passando para questões mais técnicas quanto aos documentos, estes foram apresentados com informações disponibilizadas no site *papyri.info*, um banco de dados das coleções de papiros de todo o mundo. Quando possível, foi colocada uma imagem dos papiros, seu endereço, a data em que foi escrito, sua primeira publicação e o local onde foi escrito e onde foi encontrado. No texto em grego, algumas palavras entre parênteses representam a leitura feita por aqueles que transcreveram o texto do grego antigo, facilitando assim sua compreensão. Por fim, é importante ressaltar que as traduções feitas são de minha autoria, baseadas nas transcrições encontradas no site *papyri.info*. Algumas traduções do inglês também auxiliaram este processo, especialmente quando dificuldades em entender termos em grego antigo surgiram – pode-se citar aqui Bryen⁸⁸ e Rowlandson⁸⁹.

⁸⁸ BRYEN, Ari Z. **Violence in Roman Egypt: A Study in Legal Interpretation**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

⁸⁹ ROWLANDSON, Jane (Ed.). **Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Ficha 01 – P. Oxy. VIII 1120



Ficha 01 – P. Oxy. VIII 1120

Imagem disponível em:

<http://www.spurlock.illinois.edu/collections/search-collection/details.php?a=1914.21.0022>

Data: Início do século III**Origem:** Oxirrincos**Primeira publicação:** 1911**Local onde foi encontrado:** Oxirrincos**Texto original:**

περὶ ἧς πέπονθεν ἐπὶ
τόπων ὁ ἀνὴρ τῆς θυ-
γατρὸς μου Πολυδεύκης
βιβλίδια (βιβλίδια) ἐπιδέδωκα
ταῖς τάξεσι κατὰ τοῦ
ὑβρίσαντος (ὑβρισαντος) αὐτὸν Εὐ-
δαίμονος, ἀλλὰ οὗτος ἐξεί-
σχυσεν (ἐξίσχυσεν) τὰ βιβλίδια (βιβλίδια) ἄθε-
τηθῆναι, ἵνα (ἵνα) μὴ φανῆ
ἐπελευστικός. κατὰ τοῦτο
μαρτύρομαι τὴν βίαν
γυνὴ χήρα καὶ ἀσθενής.
Θῶνις γὰρ ὦν κουράτωρ Σεύ-
θου εἰσεπήδησεν εἰς
τὴν οἰκίαν μου καὶ ἐτόλ-
μησεν ἀποσπάσαι δού-
λην μου Θεοδώραν μὴ
ἔχων (εχον) κατ' αὐτῆς ἐξου-
σίαν, ὡς ἐν παντὶ σθέ-
νει βίαν με σχεῖν.

Tradução:

No que diz respeito ao ultraje sofrido por meu genro Polideuces em sua residência, eu apresentei aos oficiais uma petição contra o autor, Eudemon; entretanto, a influência deste fez com que ele não pudesse ser acusado, sendo a petição sem utilidade. Portanto, eu testemunho sobre sua violência, porque sou uma mulher viúva e fraca. Thonis, o curador de Seuthe, invadiu minha casa e ousou levar minha escrava Theodora, ainda que não tivesse poder sobre ela, de modo que estou sujeita a absoluta violência.

ΠΕΡΙ ΠΑΝΤΩΝ ΕΙΠΕΝ ΚΑΤΕΜΟΥ ΥΒΡΕΩΝ
 ΕΝΕΚΛΕΙΘΕΝΤΟΥΣ ΤΟΥ ΔΟΥΛΟΥΣ ΚΑΙ ΤΟΥΣ
 ΕΜΟΥ ΔΙΑ ΤΩΝ ΤΡΟΦΙΜΩΝ ΜΟΥ ΚΑΙ ΤΟΝ ΠΡΟΝΟΗΤΗΝ ΚΑΙ ΤΟΝ
 ΥΙΟΝ ΑΥΤΟΥ ΘΕΙΟΝ ΛΑΟΝ ΗΜΕΡΑΣ ΒΙΟΤΑ ΚΑΤΑ ΤΗΝ ΔΕΥΤΕΡΑΝ
 ΤΟΥΣ ΜΕΝ ΔΟΥΛΟΥΣ ΑΥΤΩΝ ΑΙΤΗΝΕΜΩΝ ΔΟΥΛΩΝ ΚΑΙ ΚΟΙΝΗΝ ΥΒΡΕΩΝ
 ΑΠΟΚΤΙΝΑΣΑΥΤΟΥΣ ΤΙΣ ΗΓΟΝ ΚΑΙ ΠΥΡ ΠΡΟΣΗΜΕΤ ΚΑΙ ΤΙΣ ΤΡΟ
 ΦΙΜΑΙΣ ΜΟΥ ΓΗΜΝΟΥΣΑΥΤΩΝ ΕΠΑΝΤΕΛΩΣ ΔΟΥΤΟΡΟΙΝΟΜΟΚΑΙ
 ΛΕΓΟΝΤΟΙ ΔΑΥΤΟΙΣ ΤΡΟΦΙΜΟΙΣ ΤΙΣ ΔΟΥΤΟΡΟΙΝΟΜΟΚΑΙ
 ΟΠΟΥ ΔΕΝ ΒΧΕΙΤΑΡΗΜΩΝ ΤΙΣ ΔΕ ΔΟΥΛΟΙΣ ΧΕΤΟΝ ΜΑΣ ΤΙΣ ΤΟ ΜΕΝΟΙΣ
 ΤΗ ΗΚΕΝ ΕΚ ΤΗΣ ΚΙΣ ΜΟΥ ΣΑΝ ΤΡΟΜΕΝΟΙ ΟΥΝ ΕΡΠΑΝΟΤΙ ΟΥΔΕΝ
 ΤΩΝ ΕΥΝΗΡΚΕΝ ΑΛΛΑ ΕΡΤΙΝΤΑΝΤΑ ΤΑ ΣΑ
 ΑΠΗΡΤΑ ΕΝ ΔΕ ΑΥΤΩ ΤΟ ΣΑ ΙΟΤΙ ΚΑΙ ΤΟΝ ΤΡΟΦΙΜΟΝ ΑΥΤΟΥ ΕΝΕ
 ΚΛΕΙΘΕΝ ΚΑΙ ΕΙΠΕΝ ΑΥΤΩ ΤΟΝ ΤΡΟΦΙΜΟΝ ΟΥΝ ΗΛΘΕΝ Η ΔΙΑΤΗΝ
 ΤΟΙΣ ΗΛΘΕΝ ΧΑΙΡΕΤΙΣ ΤΑΝ ΑΥΤΗΣ
 ΚΑΙ ΑΙ ΔΕ ΕΝ ΕΠΙΠΑΡΟΧΟΙΣ ΑΝΘΡΩΠΩΝ ΚΑΙ ΤΩΝ ΔΕ ΕΧΘΡΩΝ ΑΥΤΟΥ
 ΟΤΙ ΑΠΕΝΤΕΥΘΕΝ ΟΥΚ ΗΚΕΝ ΑΥΤΗ ΠΑΡΑΔΙΟΥΤΙΣ ΚΑΙ ΕΚΛΕΙΘΕΝ
 ΟΥΤΕΝ ΥΒΡΕΩΝ ΑΥΤΗΝ ΔΕ ΕΝΤΑ ΕΝ ΚΑΙ ΓΑΜΙΚΟΝ ΓΕΙΤΟΝΕΝ ΚΑΙ ΜΕΤΑ
 ΤΑΣ ΟΥΝ ΟΗΚΑΣ ΤΑΥΤΑΣ ΚΑΙ ΕΥΘΕΡΟΚΟΝ ΕΚΡΥΦΕΝ ΤΑ ΜΕΜΕΤΑΣΚΛΕΙΘ
 ΕΙΣ ΕΜΕ ΚΑΙ ΑΠΕΛΘΕΝ ΤΟ ΚΥΡΙΑΚΟΝ ΕΝ ΟΜΑΙ ΔΕ ΚΑΙ ΘΕΤΟΙ ΗΝ
 ΤΑΣ ΕΞ ΘΡΑΣ ΑΥΤΟΥ ΕΝ ΚΑΙ ΤΗΝ ΕΡΠΑΝΟΜΟΥΣ ΤΕΤΟΝ ΤΑΥΤΑ
 ΘΑΣ ΕΙΣ ΤΟ ΚΥΡΙΑΚΟΝ ΚΑΙ ΤΟ ΛΛΑ ΕΧΘΡΩΜΑΤΑ ΛΕΤΟΝ ΕΙΣ ΤΡΟΠΟΝ
 ΜΟΥ ΚΑΙ ΔΙΑ ΤΗΡΙΝ ΑΥΤΩ ΚΑΙ ΠΕΡΙ ΤΑΥΤΩ ΤΟΥ ΣΑ ΜΑΣ ΟΥΤΩΝ
 ΟΝ ΟΜΑΤΕ ΜΟΥ ΜΗ ΔΕΝ ΔΕΣ ΚΑΙ ΜΗ ΔΕ ΑΡΤΑ ΒΜΙΝ ΕΝΕΚΛΕΙΘΕΝ Ε
 ΤΟΥΣ ΕΜΟΥΣ ΚΑΙ ΗΚΕΝ ΑΥΤΩ ΕΩΤΙ ΔΟΥΤΕ ΤΗΝ ΤΙΜΗΝ ΤΩΝ ΕΡΠΑΝΕΝ
 ΔΕ ΔΟΥ ΤΡΟΠΟΝ ΚΑΙ ΤΕΝ ΤΟΙΣ ΔΟΥΤΟΙΣ ΑΥΤΟΥ ΤΙ ΔΟΥΤΕ ΟΥΜΙ
 ΧΕΤΟΙΝ ΑΚΕΝ ΑΥΤΩΝ ΚΑΙ ΤΩΣ ΚΑΙ ΕΚΡΥΦΕΝ ΤΗΣ ΕΝΕΣ ΒΟΗΘΟ ΣΑΥΤΩ
 ΕΙΣ ΤΑ ΗΜΟΣ ΟΥΤΩΝ ΠΑΡΕΙΝΑΥΤΩ ΕΥΘΑΛΑ ΜΟΣ ΕΝΕΧΡΥΦΕΝ ΚΑΙ ΟΥΚ ΗΚΕΝ
 ΗΡΚΑ ΚΑΙ ΠΑΛΛΟΜΙΚΡΟΝ ΚΑΙ ΠΑΡΕΧΟΝ ΤΑ ΑΥΤΩ ΟΥΤΙ ΑΠΑΝΤΗ ΣΑ ΔΕ
 ΑΥΤΩ Η ΕΛΑΝΤΗΝ ΟΥ ΕΧΟΝ ΤΟ ΤΡΟΒΑΛΛΑΝ ΟΜΟΝ ΜΕΘΟΝ ΕΧΘΡΩΜΑΤΑ
 ΔΙΟΝ ΚΑΙ ΕΤΕΝ ΜΟΙ ΟΤΙ ΕΠΙΧΕΙΜΕΤΕ ΟΥ ΑΙΡΩ ΔΙΑ ΑΡΔΕΥΚΕΣ ΕΝ
 ΒΟΗΘΟ ΜΟΥ ΧΕΙΟΝ ΕΝ ΕΧΡΩΝ ΔΙΑ ΤΑ ΗΜΟΣΙΑ ΑΥΤΟΥ ΜΑΡΤΥΡΙΑ ΔΕ
 ΠΕΡΙ ΤΩΝ ΤΕ ΑΝΤΩΝ ΗΜΕΣ ΠΡΑΤΟΥ ΚΑΙ ΠΟΡΙΑΝ ΚΑΙ ΤΗΝ ΟΥΤΩ
 ΑΥΤΟΥ ΕΜΕΙΝ ΕΝ ΟΥΤΩΝ ΤΗ ΤΥΧΗΝ ΜΟΥ ΚΑΙ ΕΝ ΤΗ ΑΝΤΙΝΟΘΚΑΙ ΕΝ ΤΑΝ
 ΟΤΕ ΒΑΛΕΤΗΝ ΔΟΥΧΗΝ ΤΥΧΗΝ ΕΠΙ ΔΗ ΑΥΤΗ ΔΕΝ Ο ΣΑ ΚΕ ΚΑΙ ΤΑ
 ΘΕΛΟΝ ΜΟΙ ΚΑΤΑ ΤΑ ΕΞΑΙΡΗΤΗ Η ΠΡΟΦΑΣΕΙ ΑΡΗ ΕΙΤΕ ΕΧΘΡΩΜΑΤΑ
 ΗΝ ΕΙΣ ΧΟΜΗΝ ΕΧΘΡΩΜΑΤΩΝ ΚΑΙ ΕΜΕΙΝ ΗΚΕΝ ΤΟΝ ΟΤΙ ΜΕΤΑ ΜΗΝ
 ΛΑΜΒΑΝΟΜΕΝ ΗΝ ΕΜΑΤΑ ΤΑΥΤΑ ΕΦΟΔΕΝ ΟΥ

Ficha 02 – P. Oxy. VI 903

Data: Século IV

Origem: Oxirrincos

Primeira publicação: 1908

Lugar em que foi encontrado: Oxirrincos

Texto original:

περὶ πάντων ὧν εἶπεν κατ' ἐμοῦ ὑβρεων (ὑβρεων).
 ἐνέκλεισεν τοὺς ἐ[α]υτοῦ δούλους καὶ τοὺς
 ἐμοῦ ἅμα των (ταῖς) τροφιμ[ω]ν (τροφίμ[αι]ς) μου καὶ τὸν προνοητὴν καὶ τὸν
 υἱὸν (ὑιον) αὐτοῦ ἐπὶ ὅλας ἐ[π]τ[ῆ]ράς ἡμέρας εἰς τὰ κατάγια αὐτοῦ,
 τοὺς μὲν δούλους αὐτ[οῦ] κ[αὶ] τὴν ἐμὴν δούλην Ζωὴν ὑβρίσας
 ἀποκτίνας (ἀποκτείνας) αὐτοὺς τῶν π[λ]ηγῶν, καὶ πῦρ προσήνεγ' κεν ταῖς τρο-
 φίμαις μου γυμνώσας αὐτὰς παντελῶς ἃ οὐ πολιοῦσι οἱ νόμοι, καὶ
 λέγων τοῖς (ταῖς) αὐτοῖς (αὐταῖς) τροφίμοις (τροφίμαις) ὅτι δότε πάντα τὰ αὐτῆς, καὶ
 εἶπαν
 ὅτι οὐδὲν ἔχει παρ' ἡμῶν, τοῖς δὲ δούλοις λέγων μαστιγ' ὄμοιοι
 (μαστιγο<u>μένοι<ς>) ὅτι
 τί ἦρκεν ἐκ τῆς οἰκίας μου; βασανιζόμενοι οὖν εἶπαν ὅτι οὐδὲν
 τῶν σῶν ἦρκεν ἀλλὰ σῶά ἐστιν πάντα τὰ σά.
 ἀπήντησεν δὲ αὐτῷ Ζω[ί]λος ὅτι καὶ τὸν τρόφιμον αὐτοῦ ἐνέ-
 κλισεν (ἐνέ-κλεισεν), καὶ εἶπεν αὐτῷ ὅτι διὰ τὸν τρόφιμόν σου ἦλθας ἢ διὰ τὴν
 τοίαν ἦλθας λαλῆσαι ἐπάνω αὐτῆς;
 καὶ ὡμοσεν ἐπὶ παρουσίᾳ τῶν ἐπισκόπων καὶ τῶν ἀδελφῶν αὐτοῦ
 ὅτι ἀπεντεῦθεν οὐ μὴ κρύψω αὐτὴ (αὐτῆ<v>) πάσας μου τὰς κλεῖς καὶ ἐπέχω \κ
 τοῖς δούλοις/
 \αὐτοῦ ἐπίστευσεν κάμοι (καὶ ἐμοὶ) οὐκ ἐπίστευσεν/ οὔτε ὑβρίζω (ὑβρίζω) αὐτὴν
 ἀπεντεῦθεν. καὶ γαμικὸν γέγονεν, καὶ μετὰ
 τὰς συνθήκας ταύτας καὶ τοὺς ὄρκους ἔκρυψεν πάλιν ἐμὲ τὰς κλεῖς
 εἰς ἐμέ. καὶ ἀπελθοῦσα [εἰ]ς τὸ κυριακὸν ἐν σαμβάθῳ (σαββάτῳ), καὶ ἐποίησεν
 τὰς ἔξω θύρας αὐτοῦ ἐνκλισθῆναι (ἐγκλεισθῆναι) ἐπάνω μου λέγων ὅτι διὰ τί ἀπήλ-
 θας εἰς τὸ κυριακόν; καὶ πολλὰ ἀσελήματα λέγων εἰς πρόσωπόν
 μου καὶ διὰ τῆς ῥινόδος αὐτοῦ, καὶ περὶ σίτου (πιτου) (ἀρτάβας) ρ τοῦ δημοσίου τοῦ
 ὀνόματός μου μηδὲν δεδωκῶς μηδὲ ἀρτάβ(ην) μίαν . ἐνέκλεισεν δὲ
 τοὺς τόμους κρατήσας αὐτ[οῦ] ὅτι δότε τὴν τιμὴν τῶν (ἀρταβῶν) ρ, μηδὲν
 δεδω[κῶς] ὡς προεἶπον. καὶ εἶπεν τοῖς δούλοις αὐτοῦ ὅτι δότε συμμά-
 χους ἵνα (ἵνα) καὶ αὐτὴν ἐνκλείσωσι. καὶ ἐκρατήθη Χωοῦς ὁ βοηθὸς αὐτοῦ
 εἰς τὸ δημόσιον καὶ παρέσχεν αὐτῷ Εὐθάλαμος ἐνέχυρον καὶ οὐκ ἠρκέσθη.
 ἦρκα κάγῳ (καὶ ἐγῶ) ἄλλο μικρὸν καὶ παρέσχον τῷ αὐτῷ Χωοῦτι. ἀπαντησας
 (ἀπήνησα) δὲ
 αὐτῷ εἰς Ἀντινόου ἔχουσα τὸ πρὸς βαλανῖόν (βαλανεῖόν) μου μεθ' ὧν ἔχω κοσμηρι-
 δίων, καὶ εἶπέν μοι ὅτι εἴ τι ἔχεις μετ' ἐσοῦ αἴρω αὐτὰ δι' ὃ δέδωκες τῷ
 βοηθῷ μου Χωοῦτι ἐνέχυρον διὰ τὰ δημόσια αὐτοῦ. μαρτυρῆσαι (μαρτυρήσει) δὲ
 περὶ τούτων πάντων ἢ μήτηρ αὐτοῦ. καὶ περὶ Ἀνίλλας τῆς δούλης
 αὐτοῦ ἔμεινεν θλίβων τὴν ψυχὴν μου καὶ ἐν τῇ Ἀντινόου (αντινοῦ) καὶ ἐνταῦθα
 ὅτι ἐκβαλε τὴν δούλην ταύτην ἐπειδὴ αὐτὴ οἶδεν ὅσα κέκτηται, ἴσως (ἴσως)
 θέλων μοι (με) καταπλέξαι \καὶ/ ταύτη τῇ προφάσει ἄραι (αρ) εἴ τι ἔχω· κάγῳ (καὶ
 ἐγῶ) οὐκ
 ἠνεσχόμην ἐκβαλεῖν αὐτήν. καὶ ἔμεινεν λέγων ὅτι μετὰ μηναν(μῆνα)
 λαμβάνω πολιτικ/ὴν ἐμαυτῷ. ταῦτα δὲ οἶδεν ὁ θεός).

Ficha 02 – P. Oxy. VI 903

Tradução:

No que diz respeito a todos os insultos pronunciados por ele contra mim:

Ele trancou seus próprios escravos e os meus com minhas filhas adotivas e seu agente e seu filho por sete dias inteiros no porão, tendo insultado seu escravo e minha escrava Zoe e quase os matado com golpes, e ele se utilizou de fogo para castigar minhas filhas adotivas, deixando-as quase nuas, o que é contrário às leis.

Ele também disse às mesmas filhas adotivas, “me deem tudo que é dela”, e elas disseram, “Ela não tem nada conosco”; e aos escravos enquanto eles apanhavam ele disse “O que ela pegou da minha casa?” e eles sob tortura disseram “Ela não pegou nada seu, mas toda a sua propriedade está segura”.

Zoilus o encontrou porque ele trancou seu filho adotivo, ao que ele disse, “Você veio por causa do seu filho adotivo ou por aquela mulher, para falar sobre ela?”.

Ele jurou na presença dos bispos e dos seus próprios irmãos “Daí em diante não mais esconderei todas as minhas chaves dela [ele confiava em seus escravos mas não confiava em mim]; irei parar e não insultá-la”.

Diante disso, uma escritura de casamento foi feita, e depois de seu acordo e seus juramentos, ele novamente escondeu as chaves de mim;

E quando eu fui à igreja no sábado, ele trancou as portas para mim dizendo “Por que você foi à igreja?” e usando várias grosserias contra mim, de maneira ríspida.⁹⁰

Havia 100 *artabae*⁹¹ de milho devido ao Estado em minha conta da qual ele não pagou, nenhuma *artaba*. Ele obteve a posse dos livros, e os trancou dizendo, “Pague o preço das 100 *artabae*”, sendo que ele não pagou, como eu disse anteriormente; e ele disse aos seus escravos “Forneçam ajudantes, para trancá-la também”.

Choous seu assistente foi levado à prisão, e Euthalamus deu garantia para ele, o que era insuficiente, então eu peguei um pouco mais e dei para o referido Choous.

Quando eu o encontrei em Antinópolis tendo meus ornamentos, ele me disse: “Eu tomarei tudo que está com você por conta da garantia que você deu ao meu assistente Choous pelas suas dívidas com o Estado”. Para tudo isso sua mãe é testemunha.

Ele também persistiu em me aborrecer sobre sua escrava Anilla, tanto em Antinópolis como aqui, dizendo “Mande embora esta escrava, pois ela sabe o quanto apoderou-se”, provavelmente querendo que eu me envolvesse, e neste pretexto para tirar tudo que eu tenho.

Mas eu me recusei a mandá-la embora, e ele continuou dizendo “Daqui a um mês eu arranjaréi uma amante”. Mas dessas coisas sabe Deus.

⁹⁰ A tradução original seria “através de seu nariz”. A escolha pela adjetivação da ação é puramente estilística, para tornar o texto mais coeso e de fácil leitura.

⁹¹ Unidade de medida de vários grãos, aproximadamente 38 quilos. Cf BAGNALL, Roger S. **Egypt In Late Antiquity**. Princeton: Princeton University Press, 1993. P. 332.

Ficha 03 – P. Abinn. 51

Data: 26 de Agosto de 346

Origem: Hermopolis

Local em que foi encontrado: Philadelphia

Texto original:

Φλαυίῳ (φλαυίῳ) Ἀβιννέῳ ἐπάρχῳ εἴλεις (εἴλης) στρατιωτῶν
 διακιμένων (διακειμένων) ἐν κάστροις Διονυσιάδος
 παρὰ Αὐρηλίας Ἀτᾶρις θυγῆρ (θυγ<ατ>ρὸς) Μέλανος οὐετρανο(ῦ)
 γεουχουσα (γεουχούσης) ἐν κώμῃ Ἑρμοῦ πόλει. κατὰ τὴν
 τρίτην τῶν ἐπαγωμένων (ἐπαγομένων), οὐκ ὕδα (οἶδα) τίνι λόγῳ
 καὶ λιστ[ρ]ικῶ (ληστ[ρ]ικῶ) τρώπῳ (τρόπῳ) χρησάμενοι, πρὸς ὥραν δε-
 κάτην, ἐμοῦ ἀπετοῦντός (ἀπαιτοῦντός) μου τῷ (τὸ) χρεως (χρέος) τῶν χρεωσ-
 τῆ (χρεωστῆ) μοι, ἀπεκλίσεν (ἀπέκλεισέν) με ἐν τῇ οἰκίᾳ αὐτοῦ Πολείον
 ἄμμα τοῦ (τῷ) υἱοῦ (υἱῷ) Ὀρίωνος τοῦ ἡρηνάρχου (εἰρηνάρχου) Ἀπειόν (Ἀπίωνι)
 καὶ τῆς (τῆ) ἀδελφῆς (ἀδελφῆ) τοῦ Πολ(είονος) Κυριακῆς (Κυριακῆ) καὶ ἀπέκτεινάν
 (ἀπέκτεινάν)
 με τῆς (ταῖς) πληγῆς (πληγαῖς)· φυγῆν (φυγῆ) ἐχρησάμην ἀπὸ τῆς οἰκίας αὐτοῦ
 καὶ ἀπέβαλα ματῆν (ἐμαυτὴν) ἀπάνωθεν ἀπὸ τῆς ὕβρεως (ὑβρεως)
 αὐτῶν καὶ τῆς βίας ἣν ἔπαθα ἀπὸ αὐτῶν (αὐτῶν) καὶ
 πρὸς θάνατων (θάνατον) ἀνάκιμαι (ἀνάκειμαι). δι' αὐτῷ (αὐτὸ) τουτῷ (τοῦτο) ἀξιῶ
 καὶ
 δέωμαί (δέομαί) σου τῆς φιλανθρωπίας, κύριε, τούτους συνλα-
 βέσθαι καὶ παραπέμψ[αι] αὐτοὺς τοῦ (τῷ) κυρίῳ μου δουκως (δουκί)·
 αὐτοῦ γάρ ἐστιν τοὺς τὰ τοιαῦτα τωλοῦντες (τολμῶντας) ἐκδικῆν (ἐκδικεῖν)·
 καὶ τούτῳ (τούτου) τυχῶν χάριτά σοι ὠμολογήσομε (ὁμολογήσομαι), κύριε.
 διευτύχει.
 Αὐρηλία Ἀτᾶρις ἐπιδέδωκα.
 ὑπατείας τῶν δεσπ[ο]τῶν ἡμῶν Κωσταντίου (Κωνσταντίου)
 τὸ δ καὶ Κώσταντο[ς] (Κώνσταντο[ς]) [τὸ γ] Ἀγούστων (Αὐγούστων),
 ἐπ[α]γομέ[ν]ων γ.

Tradução:

Para Flavius Abinneus, comandante dos soldados nas fortalezas de Dyonisias,

De Aurelia Ataris, filha de Melas, o veterano, proprietária de terras em Hermopolis. No terceiro dia intercalado, às dez horas, aparentemente sem motivos, e agindo como ladrões, enquanto eu coletava que ele me devia, Poleion trancou-me em sua casa, e, juntamente com Apion, o filho de Horion o irenarca, e a irmã de Poleion, Kyriake, eles praticamente me bateram até a morte.

Eu fugi da casa dele e fui embora disto, escapando a violência e o dano que sofri nas mãos dele. Agora estou perto da morte. Portanto, eu peço a você e imploro por sua benevolência, senhor: prenda estes homens e mande-os para o meu senhor, o *dux*⁹², porque é seu trabalho punir pessoas que ousam fazer estas coisas. Uma vez que eu consiga isto, eu lhe deverei agradecimento, senhor.

Adeus.

Eu, Aurelia Ataris, submeti isto. No governo de nosso senhor Constantius pela quarta vez e Constans pela terceira vez. Agosto, terceiro dia intercalado.

⁹² Governador das províncias romanas.

Ficha 04 – P. Abinn. 52

Data: 29 de Agosto de 346

Origem: Hermopolis

Local onde foi encontrado: Philadelphia

Texto original:

Φλαουίω Ἀβινναίω ἐπάρχῳ εἵλης
 στρατιωτῶν κάστρων {κάστρων} Διονυ-
 σιάδος παρὰ Αὐρηλίας Ἀτᾶρις θυγατήρ (θυγατρὸς)
 Μέλα (Μέλα<νος>) οὐετρανοῦ γεουχουσα (γεουχούσης) ἐν κώμῃ
 Ἐρμοῦ πόλεως. κατὰ τὴν τρίτην ἐπαγο-
 μένων, οὐκ ὕδ' (οἶδα) τίνι λόγου (λόγῳ) καὶ ληστροικῶ
 τρόπῳ χρησάμενοι, πρὸς ὥραν δεκα (δεκά<την>),
 ἔμοῦ ἀπαιτοῦντός μου τὸ χρεωστί (χρεωστεῖ) μου
 χρέως (χρέος), ἀπέκλισεν (ἀπέκλεισεν) <με> τῇ οἰκίᾳ αὐτοῦ ἄμ (ἄμ<α>)
 τοῦ (τῶ) υἱοῦ (υἱῶ) Ὀρίωνος (Ὀρίωνος), τοῦ ὄνομα Ἀπίων,
 καὶ ὁ αὐτὸς [ς] Πόλ' ἐπὶ κλην Ὀβελλοῦ (Ὀβελλος) καὶ ἡ
 τούτου ἀδελφῆς (ἀδελφῆ) Κυριακῆ· καὶ φυγην (φυγῆ)
 ἐχρησάμην ἀπὸ τῆς οἰκίας αὐτοῦ. < >
 σαν ἐμ[α]μτὴν πρὸς θάνατον εἰκλασας
 ὄν ἀνάκιμε (ἀνάκειμαι). διὰ αὐτὸ τοῦτο ἀξιῶ καὶ
 δέομ[α]ί σ[ου] τῆς φιλανθρωπίας
 ὅπως τούτους συνλαβόμενος (συλλαβόμενος) {καὶ} παρ-
 ἀπέμψης πρὸς τὸν κύριόν {μου} ἡμῶν
 δοῦκαν (δοῦκα)· αὐτοῦ γάρ ἐστιν <τοῦς>τὰ τοιαῦτα τολ-
 μοῦντες (τολμῶντας) ἐκδικῖν (ἐκδικεῖν). καὶ τούτο (τούτου) τυχῶν
 χάριτά σοι ὁμολογήσα (ὁμολογήσω), κύριε. διευτύχει.
 (hand 2) Αὐρηλία Ἀτᾶρις ἐπιδέδωκα.
 ὑπατείας τῶν δεσποτῶν ἡμῶν
 Κωνσταντινου (Κωνσταντίου) τὸ δ καὶ Κώσταντος (Κώνσταντος)
 τὸ γ Ἀγούστῳν (Αὐγούστῳν), Θῶθ α.

Tradução:

Para Flavius Abinneus, comandante dos soldados nas fortalezas de Dyoniasias,

De Aurelia Ataris, filha de Melas, o veterano, proprietária de terras em Hermopolis. No terceiro dia intercalado, às dez horas, aparentemente sem motivo, e agindo como ladrões, quando eu coletava a dívida que ele me deve, Poloi, de sobrenome Obellos, e o filho de Horion, de nome Apion, e sua irmã Kyriake prenderam-me em sua casa.

Eu escapei da casa dele... Agora estou perto da morte. Portanto, eu peço a você isso, e imploro por sua benevolência: prenda estas pessoas, e mande-os para nosso senhor, o *dux*, porque é seu trabalho punir pessoas que ousam fazer estas coisas. Uma vez que eu consiga isto, eu lhe deverei agradecimento, senhor.

Adeus.

(mão 2) Eu, Aurelia Ataris, submeti isto. No governo de nosso senhor Constantius pela quarta vez e Constans pela terceira vez. Thoth, 1.

Ficha 05 – P. Amh. II 141	
Data: Depois de 7 de Abril de 350	Origem: Hermopolites
Local onde foi encontrado: Hermopolites	
<p>Texto original: [Αύρ]ηλίω Δι[οκλεῖ] πρα[ιπ(οσίτω)][ιβ πάγου] νομοῦ [Ἐρμπολεῖ]του [πα]ρὰ Αύρηλία[ς Θαῆσ]ιος Παθερμουθί[ο]υ ἀπ[ὸ] [κώμ]ης Πεννη[. τοῦ] λύ/πὸ σὲ πάγου. ὁ ὁμο- [γνήσ]ιός μου ἀδελφ[ὸς . .]σσοσ συνοικ[εῖ] [μοι] καὶ μηδεμιᾶ[ς ἀμ]φιζβητήσεως ([ἀμ]φισβητήσεως) [οὔσης] πρὸς ἀλλήλ[ους ἐ]ξ ([ἐ]κ) [τ]υκόντων ([τ]υχόντων) ἐπῆλ- [θέν] μοι μετὰ τῆς [συ]μβίου αὐτοῦ Ῥίας, καὶ [κατε]νεγκόντες εἰς τὸ ἔδαφος πληγαῖς ἱκαναῖς με κατέκτι[να]ν (κατέκτει[να]ν) γρόνθοις τε καὶ λακτί- [σ]μασιν καθ' ὅλων τῶν σωμάτων ὡς καὶ ἐπὶ τῶν ὄψεών μου τὰ οἰδήματα φαίνεται, ἡμιθανῆ καταστήσαντες, οὐδὲν ἦπτον [κα]ὶ τὴν περὶ ἐμὲ ἐσθῆτα περιέσχισαν (περιέσχισαν). [ὄθ]εν οὐ δυναμένη ἀφησυχάσαι γυνὴ [ἀσθε]νῆς καὶ χήρα ἐπιδίδωμι τῇ ἐπιεικείᾳ [σο]υ τάδε τὰ βιβλία [μο]υ τοσοῦτο μαρτυραμένη [κα]ὶ ἀξιοῦσα τῆς παρὰ σοῦ ἐκδικείας (ἐκδικίας) τυχεῖν. διευτύχει. [ύ]πατείας Σεργίου καὶ Νιγρινιανοῦ τῶν λαμπροτάτων Φ[αρ]μοῦθι ιβ. Αύρηλία Θαῆσις Παθερμουθίου ἐπιδῆδωκα. Φλ(αούιος) Ἀμμώνιος οὔετρανὸς ἀξιωθ(εῖς) ἔγραψα ὑπ(ἐρ) αὐτῆς γράμμα[τα] μὴ εἰδυῖης (εἰδυῖησ).</p>	
<p>Tradução: Para Aurelius Diokles, <i>praepositus</i>⁹³ da 12ª aldeia do nome de Hermopolite, De Aurelia Thaesis, filha de Pathermouthis, da cidade de Penne---- na sua aldeia. Meu irmão, -----ssos, vive comigo e nunca houve qualquer disputa entre nós. Inesperadamente ele me atacou com sua mulher Rhia. Eles me empurraram ao chão e me atacaram com um número considerável de golpes e com socos e chutes em todo o meu corpo, e agora meu rosto está inchado. Eles me bateram quase até a morte, e até mesmo rasgaram minhas roupas. Portanto, como eu, uma mulher viúva e fraca, não posso ser passiva quanto a isso, submeto à sua clemência esta petição atestando isto e pedindo para ser vingada por você. Adeus. No governo do mais glorioso Sergius e Nigrianus, Pharmouthi 12. Eu, Aurelia Thaesis, filha de Pathermouthis, submeti isto. Eu, Flavius Amnonius, o veterano, escrevi por ela como pedido, visto que ela é analfabeta.</p>	

⁹³ Membro da cúria que supervisionava, entre outras funções legais, o recolhimento de taxas. Idem, p. 62.

Ficha 06 – P. Mich. XVIII 793

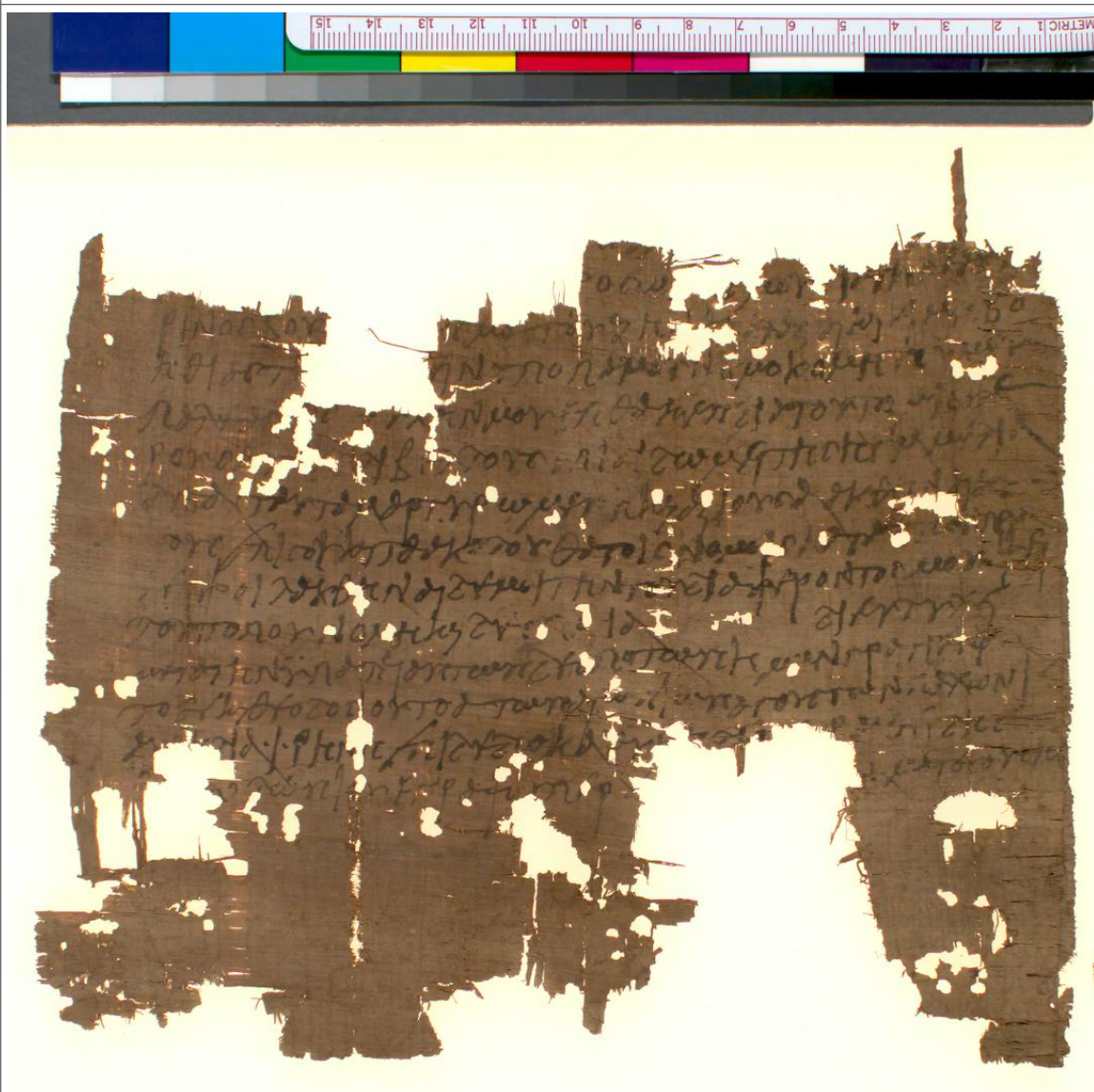


Imagem disponível em: <http://quod.lib.umich.edu/cgi/i/image/api/image/apis/X-1506/1681R.TIF/full/large/0/native.jpg>

Data: 5 de Maio de 381

Texto original:

[- ca.9 - λέγων εἰς π]ρόσωπ[όν] μου διὰ τῆς ἑαυτο[ῦ]
 ρίνος βουλ[όμε]νος με τοῦ ζῆν ἀπαλλάξει (ἀπαλλάξει), καὶ εἰ μὴ βο-
 ηθείας (βοηθείας) τε[τυχ]ήκειν ὑπὸ Παμοῦν ὁμοκομήτου (ὁμοκωμήτου) μου
 πάλε (πάλαι) ἂν εἰς ψυχὴν μου ἔφθακεν (ἔφθακεν). διὰ τοῦτο διαφέ-
 ρουσα τοὺς λιβέλλους ἐπιδίδωμι (ἐπιδίδωμι) τῇ σῆ ἔμμελία (ἔμμελεια)
 αὐτὰ ταῦτα μαρτυρωμένα καὶ ἀξιοῦσα ἀκθῆναι (ἀκθῆναι) αὐ-
 τοὺς ἐπὶ σοὶ (σου) καὶ τὰ ἀκόλουθα τοῖς νόμοις κατ' αὐτῶν πρᾶ-
 ξε (πρᾶξι), φοιλακθῆναι (φυλακθῆναι) δὲ μοὶ τὴν τοῦ διαφέροντός μου ψει-
 λοῦ (ψιλοῦ) τόπου νομῆ<v> καὶ δεσποτία<v>. vac. ? διευτύχει.
 μετὰ τὴν ὑπατείαν τῶν δεσποτῶν ἡμῶν Γρατιανοῦ

Ficha 06 – P. Mich. XVIII 793

τὸ ε καὶ Θεοδοσίου τὸ α τῶν αἰωνίων Ἀγούστων (Αὐγούστων) Παχῶν ι.
 Αὐρηλία ἰρήνη (Εἰρήνη) ἐπιδέδωκα. Αὐρήλιος Ἡρακλείδης
 Ἀ[πο]λλωνίου ἔγραψα ὑπὲρ αὐ[τῆς ἀγρα]μμάτου οὔσης.

Tradução:

[...] bafejando⁹⁴, querendo acabar com a minha vida, e se eu não tivesse obtido a ajuda de Pamoun, do mesmo vilarejo, ele teria dado cabo à minha vida. Tendo suportado isto, eu submeto o pedido à sua diligência, testemunhando a estas coisas e pedindo que eles sejam levados perante vós, e (que) realizem as consequências legais contra eles e que a posse e propriedade do lote que pertence a mim seja preservada para mim. Adeus;

No ano depois do consulado dos nossos senhores Gratian pela quinta vez e Theodosius pela primeira vez, *Augusti* eternos, Pachon 10.

Eu, Aurelia Eirene, submeti isto.

Eu, Aurelius Herakleides, escrevi por ela, visto que ela é analfabeta.

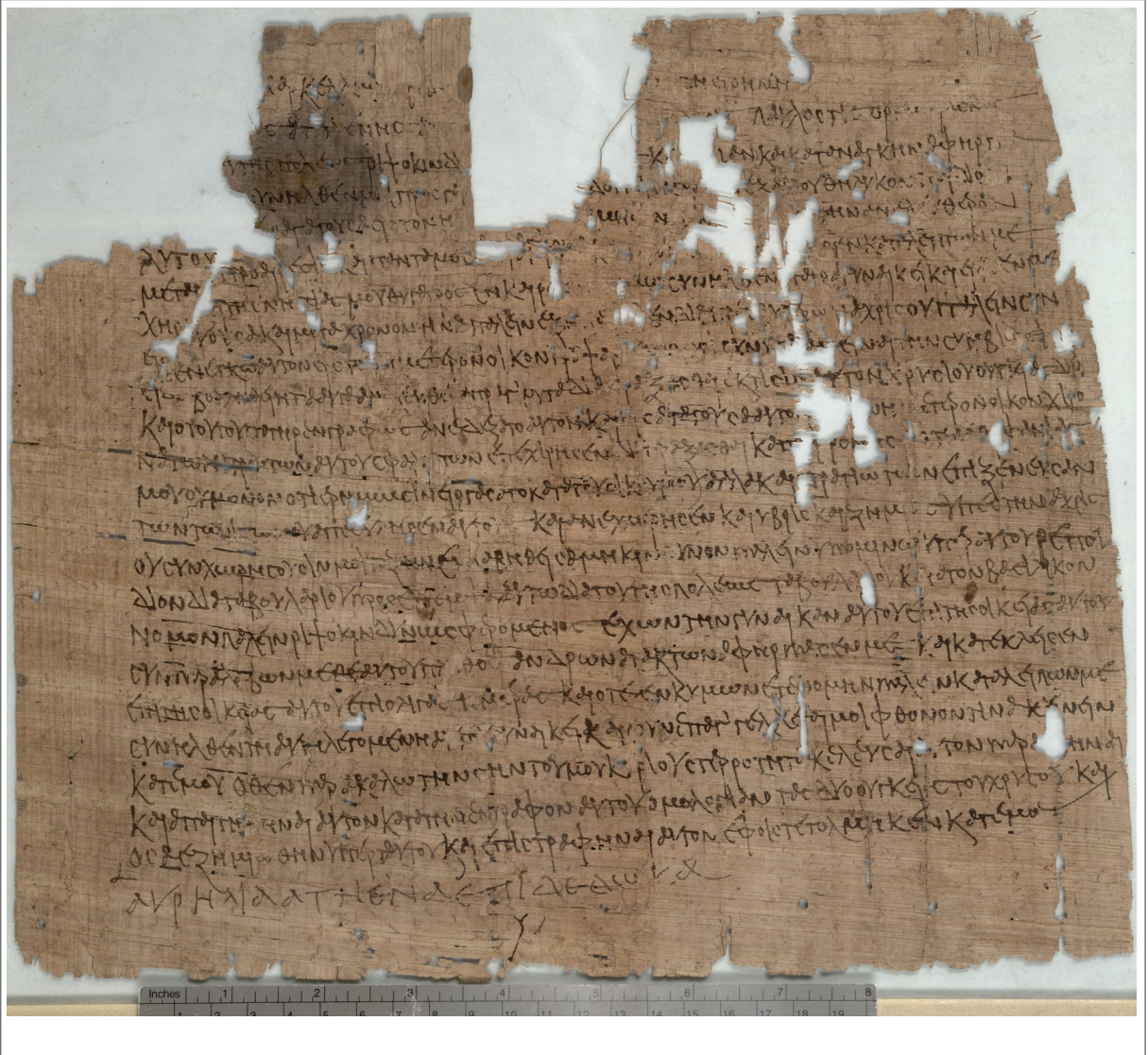
⁹⁴ Aqui também se repete o “falar pelo nariz”.

Ficha 07 – P. Lips. I 39	
Data: 23 de Dezembro de 390	Origem: Hermopolis
Local onde foi encontrado: Hermopolis	
<p>Texto original: ὑπατ[είας το]ῦ δεσπότητος [ῥήμ]ων Οὐαλεν[τι]νιανοῦ τοῦ αἰωνίου Αὐγούστου τὸ δ καὶ Φ[λαυίου Ν]εωτερίου [τοῦ] λαμπροτά[το]υ Χοίακ κζ. Αὐρηλίω Κύρω Φ[ιλάμμ]ωνος ἐνάρχω νυκτοστρ[ατ]ήγῳ Ἑρμο[ῦ] πόλεως τῆς λ[α]μπροτάτης παρὰ Αὐρηλίας Δημητρίας Εὐγενίου[υ] ἀπὸ τῆς αὐτῆς πόλεως. ἐχρῆν [τ]οὺς [ἄ]πας πειραθέν[τ]ες (πειραθέντας) ἐπιστρ[εφεί]ας καὶ ἄρχοντος φόβου [τ]οῦ λοιποῦ σω[φρο]νεῖν καὶ μ[η]κέτι κατὰ μηδεγὸς ἀτόπημα διαπράξασθαι. κάλ[α]νδος (καλ[α]ντος) τοῖνυν, τὰ [ἐ]ναντία τούτου μελετῶν, ἐξ ὧν ἐτόλμ[ησ]εν κατ' [ἐ]μοῦ[υ] μετὰ [τ]ὴν [ἄ]νοδον τοῦ κυρ[ί]ου μου τοῦ κόμιτος, [μ]ετὰ τὸ δοθῆν αὐτῷ ῥιπουῖδιον [ὑ]π' ἐμοῦ μετὰ [τ]ὴν γεν[ο]μένην μεταξύ διάλυσιν εἰσέ[φ]ρησεν ἑαυτὸν εἰς τὴν ἐμὴν ἐστίαν, [ὡς] ἐν βαρβάροις παρ' οὐδὲν [ῥ]ηγεῖται τὴν τῶν νόμων ἐπιστρέφει[αν] τύψας με [ἀν]ελεῶς κλά[σα]ς καὶ χεῖρά (χεῖρά) μου ὡς καὶ τὰ ὑπώπια (υπωπεια) ἔχω ἀφ' ὅλων τῶν ὧ. [. . .] [καὶ] τῶν πρὸς[.] διὰ τ[ο]ῦτο ἐπι[δ]ίδωμι τῇ σῆ] ἐπιεικεία τάδε μου(τὰς ἐμοῦ)</p>	
<p>Tradução: No consulado do nosso senhor, Valentiniano, eterno Augusto, pela quarta vez, e do mais glorioso Flávio Neoterio, Choiak 27. Para Aurelius Cyrus, filho de Philammon, que serve como <i>nyktostrategos</i>⁹⁵ da gloriosa cidade de Hermopolis. De Aurelia Demetria, filha de Eugenio, da mesma cidade. Faz-se necessário que aqueles que uma vez instigaram o rigor e o medo dos que comandam sejam encarcerados pelo resto de seu tempo, e não mais machuquem outrem. Apesar disso, Kalandos faz o contrário. Entre as coisas que ele se atreveu a me fazer: depois da entrada do meu senhor, o <i>comes</i>⁹⁶; depois que a ele foi dada a escritura do divórcio por mim; depois que os arranjos foram feitos entre nós – depois de tudo isso, ele veio ao meu lar – visto que entre os bárbaros não há respeito pela pelo rigor da lei – e me bateu impiedosamente e quebrou minhas mãos e como resultado eu também tenho olhos roxos por todos os golpes... Portanto eu submeto para sua clemência minha petição... Pedindo...</p>	

⁹⁵ Gerais responsáveis pela vigilância ininterrupta. Idem, p. 164.

⁹⁶ Termo generalista que denomina funcionários do alto escalão dos sistemas imperiais.

Ficha 08 – P. Oxy L 3581



Ficha 08 – P. Oxy L 3581

Texto original:

[Φλαουίω] Μαρκέλλω τριβο[ύνω ἐπιτεταγμέν]ω τῆ εἰρήνη vac. ?

[παρὰ Αὐρηλίας Ἀτιένης ἀπὸ [τῆς Ὁξυρυγχειτῶ]ν πόλεως. Παῦλος τις ὀρμώμενος [ἀπὸ τῆς] αὐτῆς πόλεως ῥιψοκινδύ[νως φερόμενος]ς κα[τὰ βί]αν καὶ κατ' ἀνάγκην ἀφήρπα-

[σέν με καὶ] συνῆλθεν μοι πρὸς γάμ[ον] .δομ[.]. ἐξ αὐτοῦ θηλυκὸν παιδίον

[.] ε[ι]σαγαγοῦσα εἰς τὸν ἡμ[έτε]ρ[ον οἶκο]ν μη[.].νπον[.].[.].[.]. τὴν ἀνελεύθερον

αὐτοῦ προαίρεσιν καὶ πάντα μου τὰ πράγματα κ[.]. .ιον .κ[. . .] .[. . .] .σεν καταλείπων με

μετὰ καὶ τῆς νηπίας μου θυγατρὸς ἐν καιρ[. . .] .μω συνῆλθεν [ἐ]ταίρα ([ἐ]τέρα) γυναικί (γυναικί) καὶ εἶσέν με

χηρεύουσα<v>. καὶ μετὰ χρόνον τινὰ πάλειν (πάλιν) ἐξηπά[τησ]εν διὰ πρεσβυτέρων ἄχρισ οὗ πάλειν (πάλιν) συν-

εισενέγκω αὐτὸν εἰς τὸν ἡμέτερον οἶκον γραψάμενός μοι συνπα[ρ]αμεῖναι τὴν συμβίωσιν

εἰ δὲ βουληθεῖη τὰ αὐτὰ ἀνελεύθερα πράγματα διαπράξασθαι ἐκτίσιν (ἐκτίσειν) αὐτὸν χρυσοῦ οὐγκίας δύο

καὶ ὁ τούτου πατήρ ἐνγράφως ἀνεδέξατο αὐτόν. καὶ εἰσαγαγοῦσα αὐτὸν [εἰς] τ[ὸ]ν ἡμέτερον οἶκον χίρο-

να (χείρο|να) τῶν πρώτων αὐτοῦ σφαλμάτων ἐπεχείρησεν διαπράξασθαι καταφρονήσας τῆς ὀρφανίας

μου οὐ μόνον ὅτι ἐρήμωσιν εἰργάσατο κατὰ τοῦ οἴκου μου ἀλλὰ καὶ στρατιωτῶν ἐπιξενευσάν-

των τῶ οἴκῳ μου ἀπεσύλησεν αὐτοὺς καὶ ἀνεχώρησεν καὶ ὕβρεις καὶ ζημίας ὑπέστην ἄχρισ

οὐ συνχωρήσουσιν (συγχωρήσωσιν) μοι τὸ ζῆν. εὐλαβηθεῖσα μὴ κίνδυνον πάλειν (πάλιν) ὑπομίνω (ὑπομείνω) ὑπὲρ αὐτοῦ ῥεπτού-

διον διὰ ταβουλαρίου προσέπεμψα αὐτῷ διὰ τοῦ τῆς πόλεως ταβουλαρίου κατὰ τὸν βασιλικὸν

νόμον. πάλειν (πάλιν) ῥιψοκινδύνας φερόμενος ἔχων τὴν γυναῖκαν (γυναῖκα) αὐτοῦ ἐπὶ τῆς οἰκείας (οἰκίας) αὐτοῦ

συνπαραλαβὼν μεθ' ἑαυτοῦ πλῆθος ἀνδρῶν ἀτάκτων ἀφήρπασέν με καὶ κατέκλεισεν ἐπὶ τῆς οἰκείας (οἰκίας) αὐτοῦ ἐπὶ <οὐκ(?)> ὀλίγας ἡμέρας καὶ ὅτε ἐνκύμων ἐγενόμην

πάλειν (πάλιν) καταλείπων με συνῆλθεν τῆ αὐτῆ λεγομένη αὐτοῦ γυναικί (γυναικί) καὶ νῦν ἐπαγ'γέλλεται μοι φθόνον τινὰ κεινεῖν (κινεῖν)

κατ' ἐμοῦ. ὅθεν παρακαλῶ τὴν σὴν τούμοῦ (τοῦ ἐμοῦ) στερρότητα κελεῦσαι αὐτὸν παρα[σ]τῆναι

καὶ ἀπαιτηθῆναι αὐτὸν κατὰ τὴν ἔνγραφον αὐτοῦ ὁμολογίαν τὰς δύο οὐγκείας (οὐγκίας) τοῦ χρυσοῦ καὶ

ὅσα ἐζημιώθην ὑπὲρ αὐτοῦ καὶ ἐπιστραφῆναι αὐτὸν ἐφ' οἷς τετόλμηκεν κατ' ἐμοῦ.

(hand 2) Αὐρηλία Ἀτίενα ἐπιδέδωκα

Tradução:

Ficha 08 – P. Oxy L 3581

Para Flavius Marcellus, tribuno e oficial encarregado pela paz, de Aurelia Attiana da cidade de Oxirrínco. Um certo Paulo, vindo da mesma cidade, comportando-se de maneira imprudente, levou-me à força e coabitou comigo em casamento... uma filha dele... trazendo-o para nossa casa... as ações censuráveis dele e toda minha propriedade... deixando-me junto de minha filha recém-nascida... ele coabitou com outra mulher e deixou-me abandonada. E depois de algum tempo ele novamente me iludiu através dos presbíteros até que eu novamente levei-o para nossa casa, declarando por escrito para mim que o casamento era permanente e que, se ele quisesse agir da mesma maneira censurável, ele pagaria duas onças de ouro, e o pai dele escreveu a fiança para ele. E quando eu o levei para nossa casa, ele tentou se comportar de uma maneira pior que a anterior, desprezando meu estado de órfã e perpetrando a devastação da minha casa, mas também quando os soldados estavam aquartelados em minha casa, ele os roubou e fugiu, e eu suportei insultos e punições. Então, preocupada em não mais correr tais riscos novamente em virtude dele, eu mandei para ele uma escritura de divórcio através do *tabularius*⁹⁷, de acordo com a lei imperial. Novamente comportando-se de maneira imprudente, e com a mulher dele em sua casa, ele trouxe junto de si um grupo de homens sem lei e levou-me e trancou-me em sua casa por alguns dias, e quando fiquei grávida, ele novamente partiu e coabitou com a mesma dita esposa; e ele diz que vai incitar maldade contra mim. Portanto, eu apelo à firmeza do meu senhor para ordená-lo a aparecer na corte e exigir dele, de acordo com seu contrato escrito, as duas onças de ouro e quaisquer danos que eu tenha sofrido em virtude dele, e que ele seja punido por suas ofensas contra mim.

(mão 2) Eu, Aurelia Atiana, submeti isto.

⁹⁷ Tabelião.

3. NARRATIVA E AGÊNCIA NO EGITO ROMANO

Neste capítulo, procuro analisar os documentos apresentados anteriormente, pensando de que maneira foi possível para as mulheres que fizeram as reclamações contidas nos papiros buscar a manutenção de seus direitos a partir da utilização do sistema jurídico. O foco deste último capítulo será pensar quais as categorias de violência estavam contidas nas reclamações e como a construção dos requerimentos configura também um processo de como as mulheres queriam ser vistas pela sociedade.

Em um primeiro momento, os documentos serão analisados individualmente, pontuando quais tipos de violência são descritos nas narrativas e de que maneira há uma constante busca por algum tipo de reparação. Ao utilizar este par discursivo (violência/reparação) para examinar os papiros, pretendo partir da ideia de que, quando há algum tipo de violência – física ou moral –, ela é levada às autoridades para que, em contrapartida, haja a reparação e, neste sentido, a manutenção da estima pública das mulheres que sofreram violência.

Posteriormente, analisarei como as narrativas dos papiros configuram o meio utilizado pelas mulheres para a construção da própria identidade pública em um contexto no qual as posições sociais são flutuantes e passam sempre pelo crivo e pela aprovação dos pares. Este processo de construir uma narrativa sobre a violência sofrida carrega também a ideia de quem estas mulheres entendem que são e quais papéis ocupam perante a esfera pública no Egito Romano. É neste sentido que procuro compreender de que maneira o conceito de agência pode ser uma alternativa para pensar estes discursos sobre violência. Ao buscar a reparação, as mulheres constroem uma narrativa que pode ser analisada além do discurso simples da ação: elas utilizam os meios possíveis, ainda que improváveis, para que seus direitos sejam garantidos, mas elas também se constituem enquanto sujeitos na esfera pública a partir destas narrativas – ou seja, constroem suas identidades a partir deste processo.

O modo pelo qual estas narrativas são construídas – não apenas como um requerimento público, mas com elementos que buscam legitimar a identidade destas mulheres – será pensado a partir de uma perspectiva da diferença, levando em consideração como este tipo de documentação pode auxiliar na análise do Egito

Romano, deslocando de uma interpretação pautada na submissão feminina ou nas estruturas econômicas e sociais, conforme já discutido anteriormente, para pensar como as mulheres utilizavam estes requerimentos para procurar salvaguardar a própria dignidade, utilizando-se também de suas posições dentro da sociedade para construir uma identidade para si mesmas.

3.1 Violência nos papiros

As fontes utilizadas nesta pesquisa são papiros, mais especificamente petições, encontrados desde o Egito Antigo mas que, nesta análise, se concentram nos séculos III a V depois da era cristã. Pretendo iniciar esta parte do capítulo explicando o que eram os papiros na sua materialidade para, posteriormente, desenvolver o conteúdo das petições aqui estudadas e examinar de que maneira existe um modelo destas ao longo dos séculos, que permite a utilização do sistema jurídico por mulheres para relatar agressões dos mais variados tipos.

Os papiros eram produzidos a partir de uma planta chamada *cyperus papyrus*, encontrada abundantemente (mas não apenas) na região do delta do Nilo e no nome de Arsinoite. Os caules triangulares da planta eram cortados em tiras, colocados em duas camadas cruzadas, pressionados juntos para que a própria seiva do papiro pudesse uni-los e, depois de secos, eram vendidos em rolos que poderiam ser utilizados individualmente, sendo este material empregado para registrar os mais variados tipos de textos.⁹⁸

Os documentos aqui analisados, para além de sua materialidade, também seguiam uma certa fórmula jurídica que envolvia, na ordem 1) o nome e o título do oficial para quem era endereçada a petição, seguida do nome do peticionário; 2) a exposição da queixa e do culpado pelo ocorrido; 3) a indicação de um meio de reparação, solicitado pelo requerente; 4) despedida, assinatura (do solicitante ou do escriba) e data.⁹⁹

⁹⁸ ROWLANDSON, Jane (Ed.). **Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 18-19.

⁹⁹ WHITE apud VANZO, Claudia. **What do petitions on papyrus from Roman Egypt add to our understanding of the general nature of government in the Roman World?** Disponível em: <https://www.academia.edu/7181702/What_do_petitions_on_papyrus_from_Roman_Egypt_add_to_our_understanding_of_the_general_nature_of_government_in_the_Roman_world>. Acesso em: 20/11/2016.

Este tipo de estrutura documental também pode ser encontrada em outros documentos do período que não tratam necessariamente de petições contra atos de violência. Um exemplo é o *Das Aurelia Charite Archiv*, uma série de documentos submetidos a Aurelia Charite, uma mulher que viveu no século IV na cidade de Hermopolites e fazia parte da elite. Os documentos são relacionados, em sua maioria, à quitação de débitos e questões econômicas, utilizando a mesma fórmula de primeiramente endereçar o destinatário do documento, apresentar-se, resolver as questões à que se propõe em um texto relativamente simples e em primeira pessoa e despedir-se.¹⁰⁰ Outro tipo de documento que segue esta mesma estrutura são os *libelli*, declarações do século III que atestavam o sacrifício pagão feito pelos cidadãos. É importante lembrar que, até o início do século IV, o cristianismo era uma religião proibida – deixa e ser proibida durante o governo de Constantino – e fazia-se necessário prestar contas ao imperador (os *libelli* encontrados datam especialmente do governo de Décio, imperador que perseguiu os cristãos) em relação aos sacrifícios pagãos feitos, que eram obrigatórios e, quando não executados, poderiam ser punidos com a morte.¹⁰¹

É importante lembrar que nem todos os documentos aqui analisados mantiveram estas estruturas, visto que os papiros se deterioraram e alguns simplesmente não citam alguns nomes, mas de maneira geral é possível observar, nos oito papiros selecionados para esta pesquisa, a busca pelo reconhecimento dos direitos das petionárias, usualmente pautada na ideia de um par discursivo específico. Este par discursivo se baseia na ideia de que, a partir do momento em que é feito um requerimento formal, espera-se da esfera legal uma espécie de reparação em relação à violência sofrida. Esta violência é multifacetada – podendo ser física ou moral – e sua reparação também assume diferentes formas; entretanto, faz-se necessário salientar que, mesmo quando não há uma reparação específica descrita nos papiros (como um pedido de ressarcimento econômico em virtude de danos causados, por exemplo), a utilização da autoridade e das normas jurídicas já configura por si só uma busca por indenização ante a violência sofrida.

Desta maneira, será possível analisar os documentos escolhidos para esta pesquisa a partir do par discursivo violência/reparação, buscando pensar de que

¹⁰⁰ Cf WORP, Klaus A. *Das Aurelia Charite Archiv*. Zutphen: Terra. 1980.

¹⁰¹ Cf WESSELY, C. **Les plus anciens monuments du christianisme écrits sur papyrus**. In: GRAFFIN, R. *Patrologia Orientalis*. Tomo IV, fascículo II. Disponível em: <http://www.coptica.ch/Wessely-Monuments.pdf>. Acesso em: 12/11/2016.

maneira as mulheres que fizeram requerimentos eram cientes dos seus direitos. Neste sentido, cada ficha dos documentos terá seu conteúdo detalhado, explorando os termos utilizados e qual seu sentido no contexto, ressaltando de que maneira as mulheres buscaram a manutenção dos seus direitos ante casos de violência que nem sempre era infligida necessariamente contra elas, mas, em alguns casos, às pessoas do ambiente doméstico, contrapondo uma ideia de submissão feminina e de silenciamento diante de casos de violência. Para além disso, serão analisadas também algumas formas discursivas que aparecem constantemente e até em outros tipos de documento, resignificando as maneiras pelas quais as mulheres agiam e utilizavam-se de diferentes meios para que seus direitos fossem preservados.

Ainda assim, é importante salientar que as narrativas dos papiros são uma mediação a partir da experiência de sofrer a violência e a materialização em um discurso que, na maioria dos casos, passa pelo crivo jurídico. Neste sentido, é tentador pensar até que ponto os documentos aqui analisados são retratos fiéis do que efetivamente aconteceu no Egito Romano – a experiência das mulheres que sofreram violência – ou apenas uma formulação jurídica abstrata, que pouco se assemelha com a realidade. Bryen¹⁰² atenta para o papel da construção de narrativas dentro dos papiros – em especial nas petições. Segundo o autor,

Ao narrar novamente os eventos em questão, os peticionários apresentam as informações que eles veem como relevantes para o seu caso, bem como o que eles acham que vai ser convincente para as autoridades legais. Os registros que preservam estas ficções refletem um equilíbrio delicado entre descrever o sofrimento individual em um sentido geral e fazer uma reclamação específica formal e legal (sobre violência, roubo ou transgressão, por exemplo). Os peticionários precisavam compor dentro dos limites de um determinado gênero de reclamação específico e apresentar questões legalmente acionáveis para que os magistrados levassem suas queixas a sério. Ao mesmo tempo, suas narrativas precisavam ser retoricamente eficazes, transmitindo emoções suficientes para fundamentar as alegações dos peticionários de que eles, de fato, precisam de assistência jurídica.¹⁰³

¹⁰² BRYEN, Ari. Z. **Visibility and Violence in Petitions from Roman Egypt**. 2008. Disponível em: <http://grbs.library.duke.edu/article/view/891/971>. Acesso em: 21 mai. 2015.

¹⁰³ No original: “*Through retelling the events in question, petitioners present the information that they see as relevant to their case, as well as what they think will be convincing to legal authorities. The records that preserve these fictions reflect a delicate balance between describing individual suffering in a general sense and making a formal and specific legal complaint (about violence, theft, or trespass, for example). Petitioners had to compose within the bounds of a certain legal genre and present legally actionable issues if magistrates were to take their complaints seriously. At the same time, their narratives had to be rhetorically effective, conveying sufficient pathos to substantiate petitioners’ claims that they did, in fact, need immediate legal attention.*”

Os documentos aqui apresentados, para além da busca por uma verdade escondida em sua análise, representam o encontro entre a vida cotidiana e as estruturas jurídicas: quando a experiência da violência é levada às autoridades, com o intuito da reparação, a narrativa dos papiros é criada. O poder, mediado e constantemente negociado entre os pares na sociedade, ou seja, entre as requerentes e seus agressores, é transformado em narrativa quando há a contestação da posição em que as mulheres são colocadas quando sofrem algum tipo de violência. Assim sendo, as informações contidas nestes papiros são permeadas pelo desejo de retratação por parte das peticionárias, pela maneira que o discurso funciona melhor para definir e categorizar a violência em termos legais e pelo trabalho dos escribas. Aqui, considero importante analisar um texto de Michel Foucault, no qual o filósofo francês discute de que maneira é possível extrair destes pequenos contatos da vida cotidiana com o poder narrativas que descrevem, ainda que de maneira sucinta, as pessoas comuns. Neste sentido, falar de **pessoas comuns** é pensar nos indivíduos normalmente deixados de lado pela historiografia tradicional, que vão além dos grandes homens e dos grandes feitos.

A partir da análise do filósofo francês Michel Foucault em seu texto “A Vida dos Homens Infames”, é possível realizar algumas reflexões acerca do papel jurídico na construção de um discurso que reverbera na posteridade – no caso, os papiros estudados¹⁰⁴. Além disso, é necessário pensar também nos mecanismos de poder que se inserem neste contexto, possibilitando a construção da narrativa dos papiros.

No texto citado, Michel Foucault procura relatos bastante curtos, que estavam na Biblioteca Nacional, de solicitações feitas ao rei, ou ainda de decisões tomadas pelo poder jurídico, todas vindas de pessoas comuns nos séculos XVII e XVIII. Para o filósofo, a contribuição de seu texto se dá por trazer à luz indivíduos que teriam passado uma existência sem que deles nunca se tivesse ouvido, passariam pela história como desconhecidos – ou, ainda, não passariam, visto que não seriam lembrados na posteridade. Neste texto, Foucault pauta sua análise em pequenos relatos, não mais do que cinco linhas descrevendo características de presos, ou os crimes cometidos de maneira bárbara por alguém, que não teriam chegado à Foucault e, conseqüentemente, aos que leem o seu texto, se não

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. P. 203-222.

tivessem sido tocados pelo aparelho de poder do Estado que, em alguma instância, julgou suas vidas e concedeu-as algum valor.

Ainda que o contexto abordado por Foucault seja a França entre os séculos XVII e XVIII, é possível fazer uma reflexão acerca do papel que o aparelho jurídico exerce nas sociedades e sobre os sujeitos de vida comum. Mesmo que a conjuntura aqui estudada seja o Egito Romano, os mecanismos da justiça estavam presentes neste contexto em virtude também da ocupação romana, o que oferece uma perspectiva ainda mais rica diante das questões abordadas, na qual podem ser inquiridas questões como a prevalência de uma tradição egípcia e de que maneira há uma aplicabilidade da legislação romana. Como salienta McNay, *“narrativa é o instrumento central pelo qual valores e objetivos são inscritos em estruturas situacionais de sentido e pelo qual reivindicações conflitantes do imaginário e do real são mediadas, arbitradas e resolvidas”*.¹⁰⁵

A partir disso, é possível fazer uma ligação direta aos papiros aqui estudados, por estes se configurarem como requerimentos feitos por mulheres a uma autoridade local em virtude da violência praticada por diferentes pessoas. Não apenas estes documentos são apenas conhecidos atualmente pelo fato de terem sobrevivido durante séculos enterrados no Egito, mas também estas narrativas criadas só podem ser entendidas enquanto uma busca pelo mecanismo jurídico para a resolução de uma situação conflituosa. Ainda que os sujeitos analisados por Foucault passem por um processo de assujeitamento (no qual sua agência é retirada), enquanto as petionárias cujos documentos são analisados nesta dissertação utilizem-se de forma diversa das estruturas jurídicas, levando em consideração questões como a mediação de seus interesses e a negociação dos espaços de poder na sociedade, considero a ideia de pensar documentos que só são conhecidos a partir do contato com o crivo jurídico – ainda que em perspectivas diferentes, como já citado – profícua, por compreender que isto abre diferentes possibilidades de análise de contextos muitas vezes pouco estudados. Além disso, traz à tona sujeitos até então marginalizados por uma construção historiográfica que privilegia metanarrativas.

¹⁰⁵ MCNAY, Lois. **Gender and Agency**: Reconfiguring the Subject in Feminist and Social Theory. Cambridge: Polity Press. 2000. P. 68. No original: *“Narrative is the central instrument through which values and goals are inscribed into situational structures of meaning and through which conflicting claims of imaginary and real are mediated, arbitrated and resolved”*.

Considero esta narrativa uma criação por alguns pontos que podem ser salientados. Em primeiro lugar, a narrativa é contada à autoridade após o ocorrido (o que, no caso dos papiros, são vários acontecimentos), ressaltando algumas características violentas e diminuindo outras, para que se torne uma narrativa verossímil e comovente. Em segundo lugar, a interpretação do sujeito requerente (no caso, uma mulher) quanto ao que é a violência e de que maneira ela afeta a vida cotidiana de si mesma e, em alguns casos, de outros envolvidos, precisa ser levada em consideração, pois a interpretação dos fatos e a posterior narração destes transforma também o documento.

Estas narrativas, recortadas pelo poder, também auxiliam na compreensão das vidas comuns, que não foram dotadas de grandes feitos ou de um poder familiar ou político, por representar os conflitos entre indivíduos que, a rigor, não seriam lembrados na posteridade. Isto faz pensar também nas questões acerca do papel feminino na Antiguidade e nas possibilidades de ação no contexto específico do Egito Romano. Para além de pensar de que maneira a legislação romana se aplicava no Egito Romano, é possível também fazer um deslocamento e analisar os aspectos culturais que garantiam às mulheres um espaço de ação: a elas era garantida a reparação ante aos abusos cometidos por outras pessoas, e elas eram cientes disso; quando não cientes da legislação, tinham ideias claras do que era permitido e do que não era permitido na maneira que eram tratadas, demonstrando uma posição que vai além da passividade tradicionalmente mostrada na historiografia sobre as mulheres do mundo antigo.

A primeira ficha a ser analisada é de um papiro do início do século III, encontrado em Oxirrinco, no qual uma mulher solicita algumas providências contra a violência sofrida por seu genro (Polideuces), além de relatar sobre uma forma de violência que contra uma escrava (Theodora). Não fica claro se a mesma pessoa que cometeu a violência contra seu genro Polideuces (identificado como Eudemon) tem alguma ligação com o tipo de violência sofrida pela escrava (a peticionária coloca o agressor como Thonis, curador de Seuthe), mas é interessante notar que, mesmo sem as estruturas regulares de um papiro (como a apresentação com data, o endereçamento a uma autoridade e a assinatura), é possível observar que 1) quem solicita esta petição é uma mulher; 2) há uma diferença entre o tipo de violência sofrida por seu genro e aquela sofrida por sua escrava.

Primeiramente, é possível identificar que quem fez este requerimento é uma mulher por ela se identificar como “uma mulher viúva e fraca” (*γυνή χήρα και ἀσθενής*). Esta é uma colocação interessante, visto que a primeira violência relatada pela peticionária não aconteceu com ela e sim com seu genro e, se pensamos em uma sociedade na qual as mulheres são colocadas como inferiores, parece não fazer sentido esta denúncia ser feita exatamente por quem tem menos direitos – seria mais sensato que o próprio genro fizesse esta denúncia. Esta afirmação é também encontrada na ficha 07, um papiro do ano 350 e em outros documentos que não necessariamente tratam de violência.¹⁰⁶

Segundo Grubbs, Ulpiano descreve no *Digesto* que, em alguns casos, as mulheres utilizavam-se do pressuposto da fraqueza feminina a seu favor para receber um tratamento diferenciado por parte das autoridades locais. Ainda segundo a autora,

Nos papiros do Egito Romano, as próprias mulheres invocavam a "fraqueza feminina" nas suas petições para as autoridades. Particularmente viúvas e mulher solteiras cujos pais estavam mortos poderiam alegar que homens inescrupulosos aproveitaram-se delas em virtude de sua vulnerabilidade e falta de proteção. É tentador suspeitar que (...) as mulheres às vezes alegavam assistência legal pela *calliditas* (esperteza, astúcia) em vez de *infirmitas* (fraqueza, vulnerabilidade). Evidentemente, alegar ser fraca e passível de engano para os outros em virtude do gênero era um dispositivo retórico útil para atrair a simpatia dos oficiais.¹⁰⁷

Neste sentido, é possível analisar que esta mulher aproveita-se das estruturas institucionais operando-as a seu favor, mesmo que de uma forma pouco convencional. A ideia de admitir a própria fraqueza por ser mulher é utilizada, então, como um dispositivo para que os oficiais atendam seu requerimento e, desta maneira, que seja exercida a punição contra aqueles que perpetraram a violência. Outro ponto interessante a ser ressaltado é o uso de diferentes termos para definir o

¹⁰⁶ Por exemplo, *P. Oxy. I 71*, uma petição do início do século IV na qual uma mulher faz um requerimento contra homens contratados por ela para auxiliar com a manutenção de suas propriedades.

¹⁰⁷ GRUBBS, Judith E. **Women and the law in the Roman Empire**: a sourcebook on marriage, divorce and widowhood. London: Routledge, 2002, p. 52-53. No original: “In papyri from Roman Egypt, women themselves invoke “womanly weakness” in their petitions to authorities. In particular, widows and unmarried women whose fathers were dead could claim to have been taken advantage of by unscrupulous males because of their vulnerability and lack of protection. It is tempting to suspect that (...) women sometimes claimed legal assistance out of *calliditas* (cleverness, cunning) rather than *infirmitas* (weakness, vulnerability). Evidently, claiming to be weak and liable to deception by others due to one’s sex was a useful rhetorical device for attracting sympathy from officials.”

que é a violência, que muda em virtude de quem é a vítima: no primeiro caso, relatando o que ocorreu com seu genro, a mulher utiliza o termo *ὑβρισαντος*, derivado do verbo *ὑβρίζω* que, em um sentido legal, pode significar insultar ou ameaçar outrem (no caso, violência contra a reputação) ou a prática de violência física. Não fica claro qual é o caso no papiro, mas o que deve ser notado é a maneira pela qual a peticionária descreve a segunda transgressão: ao reclamar sobre o homem que invade sua casa e leva sua escrava, ela afirma estar sujeita a violência (*βίαν*), um tipo diferente de violência da primeira acusação. *Βία* era a acusação de violência contra a propriedade e qualquer tipo de bem material, não tendo ligação com a integridade física ou moral de quem fazia a queixa – efetivamente, *βία* tem o sentido de dano ou prejuízo, o que caracteriza com mais exatidão a reclamação feita pelo roubo de sua escrava.

O tipo específico de reparação buscada não fica explícito, mas esta peticionária cria esta narrativa para que seus direitos e os direitos de seu genro sejam validados dentro de uma esfera pública e legal e que, de alguma maneira, os perpetradores da violência sejam punidos, o que garantiria a manutenção dos direitos da requerente perante a sociedade.

Diferentemente deste primeiro documento, o requerimento apresentado na ficha 02, *P. Oxy. VI 903*, utiliza outro termo para tratar a violência contra os escravos. Neste papiro, uma mulher, que não é identificada, faz uma extensa reclamação contra seu marido, relatando várias situações em que ele agiu de maneira violenta contra ela, contra os escravos e contra suas filhas adotivas. Esta petição provavelmente foi uma declaração feita pela requerente em um processo de divórcio, e o que é interessante notar é a maneira pela qual este documento é escrito: ele tem uma caligrafia irregular, uncial e utiliza termos de um grego vulgar¹⁰⁸. Isto indica que provavelmente este documento foi escrito pela própria requerente, já que os escribas comumente mantêm um padrão de caligrafia e de linguagem técnica.

Como já citado, a maneira pela qual a peticionária da ficha 02 trata seus escravos se difere pelo termo utilizado ao retratar a violência sofrida – ela utiliza a derivação do verbo *ὑβρίζω* para relatar os golpes sofridos pela sua escrava Zoe, por suas filhas adotivas e pelos escravos dele. Neste sentido, ela deixa de utilizar a

¹⁰⁸ GRENFELL, Bernard P.; HUNT, Arthur S. **The Oxyrrhynchus Papyri**: Part VI. Oxford: Oxford University Press, 1908. P. 239.

terminologia que trata os escravos como propriedade (*βία*) e coloca as agressões sofridas em um patamar de humanidade – o que é ferido não é sua propriedade, mas sim outras pessoas. Além disso, nas linhas seguintes a peticionária, ao pontuar que o então marido colocou fogo em suas filhas adotivas e as deixou quase nuas, afirma que este tipo de atitude é contrária às leis (*ἃ οὐ πολιοῦσι οἱ νόμοι*).

Ainda que, como já foi citado, a ideia de algo ser contrário às leis possa ser generalista – e não indique necessariamente o conhecimento de como a legislação funcionava –, neste caso em especial é possível observar que, em diferentes momentos, a peticionária tem consciência de como funcionam as questões legais – o fato dela ser alfabetizada e dona de terras garante a ela um certo status perante a esfera pública e no ambiente doméstico. É possível perceber que a requerente sabe que ocupa um papel social que foi desrespeitado. Este desrespeito se dá pelo fato de que o marido desconsidera o acordo intersubjetivo já firmado entre eles, no qual eles se estabeleceram enquanto parceiros de interação.

Vale ressaltar que a fonte deixa explícito que o marido é um recorrente nos atos de violência: após o primeiro incidente, foi feito não apenas um contrato de casamento que garante certos direitos à peticionária, mas também um acordo simbólico, frente as autoridades e aos familiares, de que a situação não se repetiria. Quando ela procura as autoridades locais (os bispos) para ter uma escritura de casamento – era comum que, em virtude da tradição egípcia, muitos casamentos se iniciassem sem documentação –, o contrato feito pressupõe que 1) ele não mais a insulte (*ὕβριζω*); 2) não esconda dela as chaves (propriedade). Mas ele continua agindo de maneira imprudente, questionando a liberdade da requerente quando esta vai a igreja, trancando-a em casa e ainda insultando-a, com o agravante de fazê-lo pelo nariz (*καὶ διὰ τῆς ῥινὸς αὐτοῦ[ῦ]*). Falar a alguém pelo nariz é carregado de algo ainda mais negativo que a ofensa por si só: o nariz é um “local de raiva e desprezo”¹⁰⁹, e esta construção narrativa é uma retórica comum – aparece também na ficha 06.

Outro ponto que considero importante a ser ressaltado é o fato de que o marido ameaça a esposa ao dizer que vai procurar uma nova amante. Isto também configura uma maneira de desrespeito que mina a estima pública desta mulher, afinal, ela seria vista de maneira negativa pela sociedade, ainda que o divórcio fosse

¹⁰⁹ BRYEN, Ari Z. *Op. cit.*, 2008. P. 193.

uma prática relativamente comum no contexto e garantida por instrumentos legais, que demonstram-se contrários a bigamia e ao fato de homens possuírem amantes. De qualquer maneira, possuir amantes sempre foi considerado uma prática comum para os homens, mesmo que não necessariamente bem vista aos olhos da legislação.

A peticionária se vê excluída de algumas esferas sociais: a privada, por ter sua liberdade cerceada, não poder ir à igreja, ter seus bens confiscados, sofrer violência verbal e lidar com a violência contra aqueles que vivem na sua casa (escravos, filhos adotivos); a pública, por ela ter sua liberdade cerceada, visto que ele a segue em alguns espaços e demanda seus bens. O que pode ser considerado aqui é o fato de que a busca para que os direitos da peticionária sejam reconhecidos se configura enquanto uma forma de resistência ante uma situação de violência contra ela e seus pares, aqueles que dividem o ambiente da casa com a requerente.

A ideia de reparação na ficha 02 funciona no sentido de que, se este documento é de fato uma declaração em um processo mais longo de divórcio, a peticionária busca relatar todos os momentos em que seu marido agiu de maneira contrária às leis para que, munida de todas estas evidências – inclusive o testemunho da própria sogra –, ela possa garantir para si e para aqueles que vivem no mesmo círculo doméstico um ambiente mais saudável (sem as agressões constantes do marido) e algum tipo de compensação pelo descumprimento do acordo de matrimônio, provavelmente um ressarcimento material, já que fica claro durante a leitura do documento que a peticionária e seu marido são donos de terra não apenas em Oxirrinco como também em Antinópolis.

As fichas 03 e 04 são repetições com datas muito próximas, sendo a primeira provavelmente o rascunho e a segunda a versão oficial, já que está assinada pela requerente. A peticionária, identificada como Aurelia Ataris, faz um requerimento contra três pessoas: Poleion, Apion e Kyriake, alegando que o primeiro a trancou e, acompanhado das outras duas pessoas, atacaram-na de forma violenta. Aurelia faz uma descrição bastante detalhada do momento em que as agressões ocorrem: ela estava coletando o que Poleion devia para ela (não fica clara a relação entre os dois e quais seriam estes débitos), então é trancada e sofre várias agressões de maneira covarde (ela cita “agindo como ladrões” - *καὶ λιστ[ρ]ικῶ (ληστ[ρ]ικῶ) τρώπω (τρόπω) χρησάμενοι*). Ela enfatiza a violência sofrida afirmando

que se encontra “perto da morte” (*καὶ πρὸς θάνατων (θάνατον) ἀνάκιμαι (ἀνάκειμαι)*) e que, em virtude destas agressões, faz o pedido para que as autoridades mostrem benevolência e prendam os responsáveis.

O que é interessante de salientar nestas petições é a afirmação categórica da peticionária em relação às agressões sofridas: elas se configuram como *βία* e *ὑβρις* ao mesmo tempo. Ela relata a violência física (*ὑβρις*) e fica subentendido que, por ela não ter conseguido coletar os débitos, a acusação de *βία* também é válida. Para além disso, nota-se que também há uma mulher entre os agressores, o que deixa claro que as mulheres também eram capazes de cometer diferentes tipos de delito. A partir disso, é necessário pontuar uma questão: quando uma mulher agride outra, fica claro que existem relações que se entrecruzam – relações familiares, sociais ou de classe parecem ocupar um lugar importante nas relações interpessoais. Isto significa que não é possível pensar a categoria mulheres na Antiguidade, ou ainda, isto invalida o que se pretende fazer nesta pesquisa, ou seja, analisar a agência feminina no Egito Romano? Acredito que efetivamente esta é uma possibilidade de expandir a ideia de como as mulheres agiam em diferentes contextos históricos. Se, originalmente, há a ideia das mulheres silenciosas ao longo do curso da História, pensar que esta categoria analítica é plana, que seus desejos são sempre os mesmos e pautados nas suas experiências apenas enquanto mulheres é também diminuí-las e, em alguma instância, silenciá-las. As mulheres foram seres plurais, com diferentes desejos e com ideias distintas acerca de si mesmas e da sociedade. Acreditar que as mulheres agiriam de uma maneira específica simplesmente por serem mulheres é uma tentativa de homogeneizar a ação feminina neste contexto. Por outro lado, entender que as mulheres também podem ser violentas com outras mulheres em virtude de outras categorias é uma maneira de compreender a pluralidade de outras relações sociais que podem ser tão importantes quanto as questões de gênero.

Nas fichas 03 e 04, o par discursivo violência/reparação se configura no relato detalhado de como a violência foi perpetrada, por quem e na situação atual da vítima (ela ressalta que está “perto da morte”). A reparação é encontrada no pedido de benevolência das autoridades (*καὶ δέωμαί (δέομαί) σου τῆς φιλανθρωπίας*), no pedido de encarceramento dos responsáveis pela violência e no subsequente envio destas para a autoridade responsável (*τούτους συνλαβέσθαι καὶ παραπέμψ[αι]*

αὐτοὺς τοῦ (τῷ) κυρίῳ μου δουκῶς (δουκί·)). Neste sentido, é possível analisar que a peticionária em questão tinha consciência de como os mecanismos jurídicos funcionavam, visto que entende as diferentes funções legais das autoridades – o *prafectus alae* prenderia e o *dux* julgaria como fosse necessário. Isto se deve provavelmente pelo grau de instrução da peticionária: ela cita logo no início do requerimento que é filha de um proprietário de terras em Hermopolis. Além disso, ela assina a própria petição, demonstrando que é letrada. Sendo assim, seria possível afirmar que apenas mulheres com algum nível de instrução deixaram seus registros nas petições do Egito Romano?

A resposta a esta pergunta está na ficha 05. Neste documento, uma mulher, identificada como Aurelia Thaesis, narra a violência que seu irmão e sua cunhada cometeram contra ela. O que é interessante notar neste papiro é o fato da peticionária ser analfabeta, o que fica claro no fim do texto, quando o escriba deixa claro que escreveu por ela “visto que ela é analfabeta” (*ὕπ(ἐρ) αὐτῆς γράμμα[τ]α μὴ εἰδυίης (ειδυίησ)*). Nesta petição, Aurelia cita novamente a retórica da “mulher viúva e fraca”, já apresentada na ficha 01; entretanto, é importante salientar que ela fala apenas por si mesma contra uma situação de violência doméstica, o que é um possível agravante desta afirmação – ela não poderia contar nem mesmo com a própria família (o irmão e a cunhada) já que, aparentemente sem motivos, eles a agrediram. Além disso, todos vivem juntos segundo o relato de Aurelia, o que dificultaria ainda mais a ação da peticionária, visto que ela poderia, para além do que já sofreu, ser vítima de outros tipos de represálias.

Aurelia Thaesis narra de forma bastante detalhada os tipos de agressão sofridos. Diferentemente dos outros documentos, na ficha 05 a peticionária não afirma categoricamente algum tipo específico de violência (seja ela a *βία* ou a *ὑβρις*), mas sim a narrativa dos acontecimentos que, na visão dela, são injustificados e passíveis de reparação. Um ponto interessante a ser ressaltado neste documento é a afirmação da visibilidade da violência: Aurelia afirma que “agora existem marcas no meu rosto” (*καὶ ἐπὶ τῶν ὀψεῶν μου τὰ οἰδήματα φαίνετα*), certamente presentes quando ela faz este requerimento perante as autoridades, o que se configura também como uma prova da violência sofrida. Em relação à visibilidade e à permanência das marcas de violência, Bryen afirma que:

Adicionalmente à visibilidade e duração destas marcas, é necessário dizer que dano e deformação dos olhos e do rosto eram considerados particularmente negativos no mundo antigo, especialmente porque olhos machucados eram ligados ao olho mau (*baskanos*). Desta maneira, agressões à face podiam ser um dano duplo: não apenas eram doloridas, mas também marcavam o indivíduo que as recebeu como sendo potencialmente problemático na comunidade como um todo.¹¹⁰

Neste sentido, Aurelia estaria marcada no âmbito privado – pela maneira que foi tratada por sua própria família – e no meio público – pela visibilidade da violência e o que estas marcas significavam no contexto. A violação que se dá nos dois âmbitos (público e privado) faz com que a peticionária tenha como reparação um pedido de vingança contra os abusos sofridos – ela usa o termo *ἐκδικείας* (*ἐκδικίας*), que efetivamente significa vingança, para exigir a reparação às autoridades. Além disso, como já foi citado, ela afirma a própria fraqueza por ser mulher e viúva, utilizando-se dos instrumentos legais para que seu pedido de justiça seja atendido.

A ficha 06 também contém um documento registrado por uma mulher analfabeta, o que demonstra aquilo já explicitado na petição anterior: é possível sim que mulheres sem instrução reconhecessem seu espaço social e buscassem a reparação ante situações de violência visto que, segundo Kelly, muitos requerimentos eram feitos sem o conhecimento da legislação, mas sim a partir de uma ideia geral de algo errado na prática da violência. Segundo o autor, as mulheres não conheciam seus direitos, mas pautavam-se em um ideal do que era positivo/permitido na sociedade e do que não poderia ser permitido (no caso, a prática da violência).¹¹¹

Nesta petição incompleta, não fica claro quem comete os abusos contra Aurelia Eirene, mas ela utiliza-se novamente da expressão “falando no meu rosto pelo nariz” (*λέγων εἰς πρόσωπ[όν] μου διὰ τῆς ἑαυτοῦ[ῦ] ῥινός*) para reforçar a violência do ato, como já foi explicado na ficha 01. Além disso, a peticionária afirma que um dos agressores queria acabar com a vida dela (*βουλό[όμεν]ος μὲ τοῦ ζῆν ἀπαλάξαι* (*ἀπαλλάξαι*)), enfatizando o caráter violento do ataque e que, para

¹¹⁰ BRYEN, idem, p. 191. No original: “In addition to the visibility and duration of these wounds, it should be added that damage and deformity to the eyes and face were considered particularly upsetting in the ancient world, especially because damaged eyes were linked to the evil eye (*baskanos*). Thus injuries to the face could do double damage: not only were they painful to receive, but they marked out the individual who had received them as being potentially problematic in the community as a whole”.

¹¹¹ Cf KELLY, Benjamin. **Petitions, Litigation, and Social Control in Roman Egypt**. Oxford Studies in Ancient Documents. Oxford; New York: Oxford University Press, 2011.

preservar sua própria integridade física (já que ela também afirma que conseguiu livrar-se do agressor porque teve ajuda de um aldeão – *καὶ εἰ μὴ βοήθιας (βο|ηθείας) τε[τυχ]ήκειν ὑπὸ Παμοῦν ὀμοκομήτου (ὀμοκωμήτου) μου πάλε (πάλαι)*), ela faz esta reclamação.

O que é interessante notar nesta petição, além do caráter extremamente violento pelo qual a peticionária narra os eventos traumáticos, é o pedido de reparação. Aurelia Eirene pede que as consequências legais sejam tomadas contra os agressores, provavelmente se referindo ao encarceramento que é a punição pela violência, mas ela também pede que a manutenção de uma propriedade seja garantida. É importante ressaltar isto, visto que a peticionária é uma mulher analfabeta (o que fica claro nas últimas linhas da petição), mas mesmo assim se utiliza dos meios legais para que este lote vago permaneça sob sua tutela.

A ficha 07 também está incompleta – falta a parte final –, mas ela traz uma narrativa levemente diferente das outras analisadas nesta dissertação: a peticionária, identificada como Aurelia Demetria, faz um requerimento contra seu ex-marido, Kalandos, que a trata também de maneira bastante violenta. O que diverge das outras petições é a pequena introdução que Aurelia dá, um texto simples mas não tão funcional quanto o que a estrutura documental das petições normalmente prevê. A requerente afirma que “Faz-se necessário que aqueles que uma vez instigaram o rigor e o medo dos que comandam sejam encarcerados pelo resto de seu tempo, e não mais machuquem outrem” (*ἐχρῆν [τ]οὺς [ἄ]παξ πειραθέν[τ]ες (πειραθέντας) ἐπιστ[ρεφεί]ας καὶ ἄρχοντος φόβου [τ]οῦ λοιποῦ σω[φρο]νεῖν καὶ μ[η]κέτι κατὰ μηδεγὸς ἀτόπημα διαπράξασθαι*). Como já foi apresentado, normalmente as petições seguem um padrão de descrição dos atos logo após do endereçamento do documento mas, neste caso, Aurelia Demetria define seu desejo de reparação de uma maneira que pode até mesmo ser considerada lírica, muito longe dos padrões de escrita encontrados nos outros papiros.

Não há uma explicação definitiva pelo motivo que levou Aurelia Demetria a construir sua narrativa de maneira diferente, mas é apenas depois desta pequena introdução que ela efetivamente coloca os delitos de Kalandos. É apenas depois disto que fica claro a ligação entre os dois: ela cita a escritura de divórcio que ela dá para ele, indicando que foram casados e agora não estavam mais juntos. O comportamento violento de Kalandos certamente vem deste vínculo, motivado pelo

fim do relacionamento, e Aurelia Demetria cita, assim como Aurelia Thaeisis, na ficha 05, a visibilidade da violência infligida por Kalandos. Segundo a peticionária, ela tem “os olhos roxos” (*καὶ τὰ ὑπώπια (υπωπεια)*), frutos da natureza bárbara do ex-marido (ela cita como “entre os bárbaros não há respeito pela lei”, referindo-se claramente a Kalandos) e da não aceitação deste pelo fim do casamento.

Pensando novamente na visibilidade da violência e como ela afeta a vida em comunidade, é importante lembrar que, no Egito Romano, há uma constante busca por validação entre os pares – por isso os papiros eram tão utilizados nos mais diferentes extratos sociais, e até mesmo por sujeitos comumente considerados marginalizados (há até mesmo uma petição de um vigia de cemitério contra alguém com a mesma profissão).¹¹² Assim sendo, Aurelia Demetria estaria marcada na comunidade como um todo em virtude da agressão sofrida pelas mãos de seu ex-marido, que deixou a marca física desta violência como também a simbólica: é necessário lembrar que, desde o Antigo Egito, há a tradição do casamento harmonioso e, quando este não é alcançado, o divórcio seria um direito adquirido de maneira legítima por ambas as partes, mas que deveria ocorrer preferencialmente com uma boa conciliação entre ex-companheiros.¹¹³ Quando isto não ocorre (como no caso de Aurelia Demetria), o espaço público se voltaria contra ela, acreditando que ela teria alguma culpa no divórcio¹¹⁴ e, neste sentido, a maneira pela qual ela constrói a narrativa da petição é de suma importância para que ela possa garantir o reconhecimento dos seus direitos, para si mesma (usualmente um pedido de divórcio traz implicações econômicas para as duas partes) e também para o resto da comunidade, salvaguardando a integridade física e moral de Aurelia Demetria.

É possível identificar estas mesmas questões na ficha 08, uma petição de Aurelia Attiena contra o marido Paulo. Como era comum no Egito Romano, o casamento de ambos se inicia sem um contrato legal efetivo e apenas depois da gravidez de Aurelia Attiena e dos primeiros insultos por parte de Paulo é firmado um

¹¹² Aqui vale uma observação: é necessário pontuar que há sim uma diferença entre indivíduos livres e escravos. Enquanto os indivíduos livres gozavam de certa igualdade na sociedade – o que significa a busca pela aprovação no âmbito social, que pode ser perdida a qualquer instante –, os escravos ocupavam um lugar muito menos privilegiado, sendo colocados muitas vezes no meio das querelas de seus donos.

¹¹³ ROWLANDSON, *Op Cit*, p. 156-157.

¹¹⁴ Segundo as *Novellae* de Justiniano, um divórcio poderia ser considerado injusto se fosse unilateral, e as mulheres em especial tinham menos chances de comprovar a veracidade/necessidade do divórcio. Ainda que a violência fosse condenada, ela poderia ser entendida como aceitável quando uma mulher levantava um falso testemunho para que conseguisse o divórcio.

contrato de casamento. Fica confuso compreender até que ponto este casamento é de comum acordo: a peticionária acusa Paulo de levá-la contra sua vontade e coabitar com ela em casamento (*φερόμενος κατὰ βίαν και κατ' ανάγκην ἀφῆρπα[σέν με και] συνῆλθεν μοι πρὸς γάμ[ον]*), mas posteriormente ela teve uma filha recém-nascida e ele a abandona, morando com outra mulher (*μω συνῆλθεν [έ]ταίρα ([έ]τέρα) γυναικεῖ (γυναικι) και εἶσάν μ*). Apenas após estes atritos iniciais é feita uma escritura de casamento, que prevê a reparação financeira no caso de um comportamento inconsequente por parte de Paulo.

Ainda assim, mesmo com a escritura de casamento e a necessidade de uma reparação financeira no caso de Aurelia Attiena ser lesada dentro do casamento, Paulo novamente age de maneira irresponsável – segundo a peticionária, “uma maneira pior que a anterior”. O que é interessante de notar nesta petição, que a liga com o documento da ficha 07, é a percepção pública do relacionamento conturbado e como a requerente narra os eventos: ela relata que Paulo aquartelou alguns soldados na casa deles e agiu de má-fé contra estes, roubando-os e fugindo, mas é ela quem aguenta os insultos destes soldados (*και ἀνεχώρησεν και ὕβρεις και ζημίας*). Neste sentido, fica claro como, para além do delito de Paulo, Aurelia Attiena se sente lesada perante o resto da comunidade – ou de alguns membros específicos dela, os soldados. A peticionária cita os insultos e punições que sofre dos soldados, mas o direcionamento de sua reclamação não são estes soldados, e sim o marido, que a faz passar pela situação constrangedora.

A humilhação perante a comunidade é efetivamente o ponto a partir do qual Aurelia Attiena decide tomar as providências para consolidar o divórcio mas, ao que fica indicado no documento, Paulo não aceita esta medida, obtendo auxílio de “homens sem lei” (*πλήθος ἀνδρῶν ἀτάκτων*) para prender Aurelia. Fica novamente claro como o impedimento que a peticionária sofre em relação a sua liberdade de ir e vir é importante e está ligado com o marido, visto que ela poderia ter acusado também os homens que a prenderam, assim como os soldados anteriormente, mas ela constrói a narrativa com o intuito de obter o divórcio e também a reparação financeira especificada anteriormente, quando ambos assinaram o contrato de casamento.

O cerceamento da liberdade individual, ou seja, o aprisionamento de Aurelia Attiena, configura-se enquanto um delito grave contra uma mulher livre que, estando

nesta categoria, tem o direito assegurado de circular por onde desejar. Os insultos que ela sofre primeiramente dos soldados aquartelados em sua casa – insultos estes que só ocorrem porque Paulo os roubou – e, posteriormente, do próprio Paulo, ferem a estima social que Aurelia Attiena tem junto a comunidade, estima esta que fica ainda mais fragilizada em virtude de Paulo constantemente admitir para si outra esposa e também coabitar com esta. Como já foi citado durante a análise da ficha 02, em uma sociedade que preza pelo casamento equilibrado, ter uma outra esposa ou uma amante é negativo porque é compreendido que o casamento enquanto unidade não funcionou e que, no convívio social, a mulher seria diminuída em virtude do casamento não ter sido harmonioso.

O pedido de reparação reivindicado por Aurelia Attiena neste documento é o pagamento de duas onças de ouro, valor que tinha sido acertado quando foi feita a escritura de casamento. Esta garantia material serviria para que a petionária pudesse se manter, visto que ela cita durante o requerimento que é órfã. É interessante salientar como Aurelia Attiena utiliza esta informação para demonstrar que, em virtude de sua orfandade, configura-se também como uma mulher que não tem a proteção legal masculina e, que por isso, seria mais vulnerável, legalmente falando.

Outro ponto que considero interessante de ser salientado diz respeito ao papel ocupado pelos presbíteros (no caso da ficha 08) e dos bispos (no caso da ficha 02). Nestes documentos, fica claro que as instituições legais estavam profundamente ligadas ao cristianismo, com os representantes desta religião sendo figuras respeitadas perante a comunidade e exercendo cargos de magistrados. A partir disso, é possível analisar como, na ficha 08, Aurelia afirma que foi iludida pelos presbíteros para que novamente aceitasse Paulo em sua residência, assim como a petionária da ficha 02 leve o marido até os bispos e é perante esta autoridade que ele promete parar de insultá-la. O papel ocupado pelas figuras religiosas é o de servir como juiz de paz para questões legais, mas está intrinsecamente ligado ao novo papel que o Cristianismo passa a ocupar nas questões interpessoais: nos dois documentos, as autoridades religiosas agem com o intuito de salvaguardar o casamento, preservando a unidade da família e tentando fazer com que o divórcio fosse, de fato, uma última opção. Esta é uma mudança importante na legislação no que tange às mulheres, visto que o divórcio era um direito garantido, amplamente

consolidado e utilizado pelas mulheres romanas e egípcias. A ideia do casamento harmonioso, que era relevante para os egípcios, agora tem o reforço do cristianismo na manutenção deste vínculo, em virtude do caráter negativo que o divórcio tem no imaginário cristão.

3.2 Agência feminina nas narrativas dos papiros

Os documentos analisados neste capítulo descrevem como mulheres que sofreram violência dos mais variados aspectos – violência física, moral, social ou contra a propriedade – de diferentes pessoas – em alguns casos da própria família, dos maridos ou ainda de desconhecidos – procuraram os meios legais para a manutenção de seus direitos e de sua integridade. Desta maneira, seria possível considerar o Egito Romano um espaço violento, em especial para as mulheres?

Como foi explicado no segundo capítulo, em virtude do seu clima, muitos documentos resistiram no Egito Romano, permitindo que os estudiosos tivessem uma visão mais ampla da vida cotidiana desta parte específica do Império, sem que houvesse muita base para comparação com outros locais dentro do mundo romano. Além disso, como também já citado anteriormente, foi criada uma historiografia sobre o Egito Romano que reforça o aspecto negativo deste; entretanto, esta historiografia deve ser constantemente questionada, visto que foi pautada em interesses imperialistas e, em certa medida, colocando o Egito como o outro exótico.

A partir do que foi exposto, acredito que a pergunta sobre o nível de violência no Egito Romano, especialmente no que tange às mulheres, não seja o questionamento principal desta pesquisa. A violência é um fenômeno comum nas mais variadas sociedades e em diversos contextos históricos. Isto não significa que ela é, em alguma maneira, justificável, mas sim que, enquanto um fenômeno amplo, sua análise é pensada pela diferença entre a violência contemporânea a violência do mundo antigo. Certamente existem diferenças materiais e simbólicas entre estas violências¹¹⁵, mas isto não significa compreender a contemporaneidade como um

¹¹⁵ Vale ressaltar que, pelo menos no Egito Romano, a violência sempre tem um caráter interpessoal, fazendo com que as instituições não assumissem algum tipo de caráter violento como existe na contemporaneidade. Outro ponto interessante a ser ressaltado está na manutenção de direitos – enquanto na contemporaneidade há o ideal de direitos humanos universais, isto não ocorre em boa parte da História, fazendo com que o reconhecimento de violências seja obscurecido em virtude de certos indivíduos não serem pensados enquanto sujeitos ativos que merecem a manutenção de suas vidas e de seus direitos.

período menos violento e o mundo antigo como algo bárbaro, cruel e totalmente violento. As estruturas da violência se modificam e a maneira que a violência é analisada e pensada também se modifica, fazendo com que não seja correto a construção de juízos de valor sobre o que era violento na Antiguidade e não é mais aceitável na contemporaneidade.

Com isso explicado, considero interessante pensar outro ponto para analisar os documentos aqui apresentados. Ainda que seja possível pensar a violência sofrida por mulheres no Egito Romano a partir da legislação, ou seja, na maneira pela qual os direitos destas mulheres estavam em alguma instância garantidos pelas estruturas jurídicas, estudos que tem como tema central a análise da legislação são numerosos¹¹⁶ e não focam em um aspecto que considero interessante: mesmo aqueles que utilizam dos papiros para pensar a legislação (ou seja, dão um passo além da documentação jurídica oficial)¹¹⁷, dificilmente analisam os papiros como uma maneira que as mulheres utilizavam para construir narrativas sobre a violência que sofreram e sobre seu próprio cotidiano. Ademais, em muitos estudos nos quais os papiros são analisados, o que é mais enfatizado são questões econômicas: como as mulheres eram donas de terras, assinavam documentos sobre suas propriedades e mantinham seus direitos econômicos garantidos pela lei.

Ainda que todas estas pesquisas sejam importantes para que a vida das mulheres fosse delineada no Egito Romano, elas focam basicamente em construir uma ideia do que eram as mulheres nesta conjuntura, como elas viviam e se relacionavam com a vida pública. Este tipo de análise certamente é importante porque permite entender que as mulheres existiram enquanto sujeitos históricos nos mais variados contextos e que participavam ativamente da vida pública, seja em virtude de questões econômicas, políticas ou pessoais. Contudo, mesmo que seja possível pensar as mulheres enquanto uma categoria, as experiências vividas pelos indivíduos são múltiplas e, por este motivo, acredito ser mais interessante pensar a documentação aqui apresentada a partir do conceito de agência, intrinsecamente ligado ao conceito de gênero.

Neste sentido, o que se pretende aqui não é colocar as mulheres enquanto sujeitos históricos em uma bolha, a partir da qual suas ações não estão ligadas à

¹¹⁶ Cf CANTARELLA, Eva. **Pandora's Daughters**: The Role and Status of Women in Greek And Roman Antiquity. London: John Hopkins University Press, 1993; POMEROY, Sarah. **Goddesses, Whores, Wives and Slaves**: Women in Classical Antiquity. Baltimore: John Hopkins, 1989.

¹¹⁷ Cf GRUBBS, Judith E. *Op. Cit.*

estrutura social do Egito Romano, mas sim pensar que, mesmo diante de uma estrutura que muitas vezes as prejudicava, as mulheres se utilizaram dos mais diversos meios para que pudessem garantir a manutenção de seus direitos. Assim, o que as mulheres fazem não é apenas uma simples ação, mas sim uma análise das estruturas, pensando sempre o que pode favorecer de maneira mais clara aquilo que elas desejam.

Como já colocado no primeiro capítulo, o conceito de agência deriva da teoria social e, quando pensado a partir de uma perspectiva feminista, oferece ferramentas para analisar de que maneira as mulheres se utilizam dos mais variados meios para agir mesmo em contexto adversos. Seria possível utilizar este contexto a partir de uma perspectiva histórica? E, se possível, como utilizar o conceito de agência para pensar o contexto do Egito Romano e os documentos aqui apresentados?

Ao utilizar o conceito de agência a partir de uma perspectiva histórica, especialmente na análise de mulheres nos mais variados contextos, não se pretende criar categorias que possam explicar as experiências das mulheres na sua totalidade. Ou seja, não almejo apontar que as mulheres eram “empoderadas” porque buscaram a manutenção de seus direitos no Egito Romano, mas sim oferecer uma ferramenta para pensar como estas narrativas, em alguma instância marginais (por tratarem de mulheres e por terem sido deixadas de lado por uma historiografia mais tradicional), possibilitam um novo olhar sobre o passado, muito mais plural e que entende as mulheres enquanto sujeitos históricos ativos.

Aqui, considero importante pensar como as narrativas criadas por estas mulheres constituem a maneira pela qual elas concebem suas identidades no meio público. Como já foi colocado, no Egito Romano a moral pública era constantemente questionada e, neste sentido, precisava ser com frequência reforçada. O papel que cada indivíduo ocupava na sociedade precisava ser constantemente validado, como define Bryen:¹¹⁸

De uma leitura atenta das petições, apesar de sua natureza mediada, retórica e transformativa, um mundo complexo é revelado: um mundo no

¹¹⁸ BRYEN, Ari Z. *Op. Cit.*, 2013. P. 91. No original: “From close reading of petitions, despite their mediated, rethorical, and transformative nature, a complex world is revealed: a world in which petitioners claim for themselves the status of social equals with respect to their neighbors, opponents, and communities. The world that petitioners describe is one in which personal dignity is insecure and subject to constant evaluation by peers and neighbors, rather than (as scholarly consensus hold) being connected to rigid positions on a clearly delineated social hierarchy”.

qual peticionários reivindicam para si mesmos o status de igualdade social com respeito a seus vizinhos, oponentes e comunidades. O mundo que os peticionários descrevem é aquele em que a dignidade pessoal é insegura e sujeita a constante avaliação por pares e vizinhos, em vez de (como o consenso acadêmico mantém) estar conectada a posições rígidas em uma hierarquia social claramente delineada.

É interessante analisar como as narrativas das petições são construídas como uma maneira de se legitimar perante a sociedade e, em alguma medida, ocupar espaços públicos e fazer com que os direitos fossem reconhecidos perante os pares. Neste sentido, considero importante pensar como a questão da identidade está ligada ao processo de construção destas narrativas – como a busca pela estima social é refletida nos textos dos papiros. Para isso, utilizo aqui as considerações de Lois McNay, com o intuito de pensar como a narrativa é importante na construção da identidade e de que maneira é possível utilizar os conceitos colocados pela autora para analisar a agência de mulheres no Egito Romano, especialmente nos documentos aqui analisados.

Ainda que as teorizações da autora se pautem na agência enquanto um instrumento para análise das identidades contemporâneas (pós-capitalistas), considero importante pensar que, a partir da aplicabilidade de um grau de historicidade, seja possível entender que agência, enquanto conceito, amplia a maneira pela qual observamos o passado, colocando as mulheres enquanto sujeitos históricos ativos em seus contextos. Esta também é uma maneira de desfazer a ideia dos sujeitos históricos do passado como sendo planos e com motivações simples, diferentemente do que ocorre na contemporaneidade em que, em virtude do capitalismo tardio, as relações são complexas e é impossível definir cada sujeito de maneira unilateral. Com isso, não pretendo negar ou diminuir a influência que a conjuntura econômica atual tem no comportamento das pessoas, mas sim pensar de que maneira é possível construir um discurso plural do passado, em que os sujeitos históricos são analisados para além de estruturas estáticas e são entendidos a partir de suas múltiplas experiências.

Quando as peticionárias cujos documentos foram analisados neste capítulo procuram os meios legais para construir a narrativa de suas reclamações, elas estão agindo; entretanto, isto não configura *per se* a agência: isto só ocorre quando elas utilizam o discurso das petições para marcar o lugar social do qual elas fazem parte na esfera pública. A agência se configura além do simples ato: ela está no

entendimento de como as estruturas de poder podem agir para que as mulheres tenham seus direitos salvaguardados. Isto incluiu a utilização da legislação como maneira de legitimar certas posições perante a sociedade e, neste sentido, constituir-se enquanto um sujeito. Como aponta McNay,

O ato de auto-narração é central para a formação da identidade; a experiência é organizada junto da dimensão temporal, na forma de enredo que une eventos em uma estrutura coerente e significativa que, por sua vez, dá significado à configuração geral que é a pessoa. Identidade entendida apenas nos termos de categorias sociais objetivas não podem adequadamente explicar para os vívidos e dinâmicos aspectos da auto-identidade e podem resultar, assim, em entendimentos redutores e reificados.¹¹⁹

Neste sentido, pensando nos documentos aqui apresentados, é possível analisar a construção de uma identidade pública em relação de alteridade com os pares, que vai além da dicotomia de dominação/subordinação comumente encontrada para descrever a vida das mulheres no mundo antigo. Isto fica claro, por exemplo, quando a peticionária da ficha 01 utiliza a retórica de ser “uma mulher viúva e fraca”: ao ressaltar características que a rigor diminuem seu espaço de ação, ela se utiliza do discurso jurídico, como já citado anteriormente, para ganhar a empatia dos oficiais e, desta maneira, fazer com que seus direitos sejam garantidos.

Em uma análise que leva em consideração apenas aspectos sociais – como o papel que as mulheres ocupam a partir da legislação no Egito Romano, por exemplo –, este papiro poderia ser pensado como testemunho de que as mulheres utilizavam as leis no contexto ou em como eram vistas de maneira negativa pela sociedade, que as considerava fracas. Por outro lado, quando este mesmo documento é pensado a partir do conceito de agência, é possível analisar de que maneira a peticionária se utiliza das estruturas jurídicas existentes a seu favor, mesmo que de uma maneira que pareça bastante controversa. Isto a coloca como uma negociadora dos espaços de ação de seu contexto, exercendo assim a questão da agência para além de uma perspectiva puramente pautada na experiência individual, visto que a peticionária passa a pensar nos processos de interação social,

¹¹⁹ MCNAY, Lois. *Op. Cit.* P. 67. No original: “*The act of self-narration is central to identity formation; experience is organized along the temporal dimension, in the form of a plot that gathers events together into a coherent and meaningful structure which, in turn, gives significance to the overall configuration that is the person. Identity understood only in terms of objective social categories cannot adequately account for the lived, dynamic aspects of self-identity and may result, therefore, in reductive and reified understandings*”.

na relação com as estruturas de poder e na maneira pela qual as mulheres eram vistas em seu contexto.

Da mesma maneira, na ficha 05, Aurelia Thaeis utiliza-se da retórica da mulher viúva e fraca, mas ela ressalta que, exatamente por esta condição, não pode ser passiva. Quando ela constrói sua narrativa, na qual explica de que maneira o próprio irmão e a cunhada a atacam, ela ressalta muito mais o caráter negativo da violência perpetrada por sua própria família. Sua retórica de fraqueza feminina, neste sentido, serve como um pedido de amparo para que sua situação seja analisada de maneira justa: nem mesmo a própria família a respeitava enquanto mulher. Novamente, ainda que pareça controversa a utilização da retórica da fraqueza feminina, Aurelia Thaeis, uma mulher analfabeta, entende que este tipo de reclamação faria com que seus direitos fossem reconhecidos e seu apelo por vingança fosse mais facilmente – ou talvez de forma mais rápida – atendidos.

Seguindo este mesmo tipo de pensamento, é possível analisar de que maneira nos outros documentos as mulheres utilizaram-se dos mais variados meios na construção de suas narrativas, evidenciando assim como agiam no Egito Romano em relação à violência sofrida. Na ficha 02, a peticionária descreve vários delitos do marido, enfatizando o papel que ela exerce no âmbito familiar, que fica claro no tratamento dado aos escravos e no fato da própria sogra da requerente testemunhar a favor dela. Dessa maneira, ela constrói a imagem de si enquanto uma mulher bem vista dentro de casa, em contraponto ao marido negligente e de comportamento violento. A afirmação final da petição, “mas dessas coisas sabe Deus”, coloca a mulher também como temente a Deus perante uma sociedade que passava por um processo de cristianização, a partir do qual até mesmo as autoridades locais estavam ligadas à religião – a petição é endereçada aos bispos, que agem como interlocutores oficiais dos problemas jurídicos.

Diferentemente do que ocorre na ficha 01, no papiro da ficha 02 a peticionária não constrói a narrativa evidenciando o caráter negativo de ser mulher para conseguir a empatia das autoridades, mas sim ressaltando como ela é uma mulher que aguenta as violências do marido sem necessariamente ser passiva – por exemplo, quando ela busca a ajuda das autoridades locais pela primeira vez ou quando questiona a legitimidade do marido em esconder dela os livros relativos aos ganhos das propriedades do casal. Sua posição na sociedade, que é

constantemente diminuída pelas atrocidades cometidas pelo marido, é reforçada na narrativa pelas características positivas que ela se coloca em contraponto ao próprio marido – ela se entende e quer ser vista no âmbito social desta maneira, e requer a manutenção de sua estima pública, para além do requerimento dos processos judiciais cabíveis.

Já nas fichas 03 e 04, Aurelia Ataris constrói sua narrativa evidenciando que conhece seus agressores – ainda que não fique claro qual era a relação entre eles antes do encontro explicado nos papiros. Neste sentido, o fato da peticionária conhecer seus agressores seria mais um motivo para que a narrativa ficasse estruturada na diferença entre as identidades: enquanto Aurelia afirma que nunca deu motivo para que fosse agredida, seus agressores a tratam de uma maneira extremamente violenta que, neste caso, vai além da violência física – há também a falta do pagamento da dívida devida por um dos agressores. Além disso, os agressores cercearam a liberdade de Aurelia ao prenderem-na dentro da casa deles, transgredindo mais uma vez as leis e minando a estima pública da peticionária.

Na ficha 07 também há uma menção interessante: a peticionária, Aurelia Demetria, define seu ex-marido como um bárbaro, construindo também sua narrativa pautada na diferença entre ela e seu agressor – o ex-marido. Além disso, ela ainda afirma como, mesmo que ela tenha feito todos os procedimentos legais para o divórcio deles, Kalandos (o agressor) continua agindo de maneira imprudente, invadindo a casa dela e partindo para a agressão física. A agressão física é também uma marca pública da ofensa sofrida e, neste sentido, pedir a reparação neste tipo de situação – ainda que não fique claro qual a qual tipo de reparação Aurelia se refere – é uma maneira de demonstrar que, apesar de todos os estigmas sofridos pela violência do ex-marido – alguém que já não tinha mais relação com a peticionária – há um espaço de ação e de entendimento de que estas atitudes são condenáveis, em especial porque estão ligadas com a estima pública da peticionária, que não deseja ser associada aos aspectos negativos das marcas físicas.

Assim como na ficha 02, a ficha 08 trata de um processo de divórcio em que o marido coabita com outras mulheres e cerceia a liberdade da esposa ao trancá-la em casa. De maneira similar ao que ocorre no outro documento, Aurelia Attiena descreve a maneira imprudente das ações do marido, que contrastam com o modo

em que ela se preocupa com a própria integridade e preza pela manutenção dos seus direitos. Além disso, é interessante ressaltar que a peticionária constrói a narrativa em virtude de que sua estima pública seja restaurada: ao coabitar com outra mulher, Paulo, o marido de Aurelia, a desrespeita em um nível público. A busca pelo reconhecimento dos seus direitos passa, neste sentido, pelo viés público: a humilhação que a peticionária sofre em virtude das atitudes reprováveis do marido seriam diminuídas quando este sofresse as punições necessárias – morais e materiais – renovando assim a imagem pública de Aurelia.

Nos documentos utilizados nesta pesquisa, fica claro como as mulheres se utilizam de vários instrumentos jurídicos para que seus direitos fossem atendidos. Além da escolha pela denúncia e da categorização do tipo de violência sofrida, as mulheres utilizavam também a narrativa como uma maneira de construir sua própria identidade em um espaço social que demandava a constante reafirmação no âmbito público. Desta maneira, constroem narrativas para demonstrar quem são mas também para que sua identidade seja respeitada perante a sociedade – o que não aconteceu anteriormente, já que todas relatam algum tipo de violência.

Este tipo de documentação nos auxilia, enquanto historiadores, a pensar como certas categorias de análise do passado muitas vezes oferecem uma interpretação estanque dos processos históricos. Ao mudar o foco do olhar contemporâneo dos historiadores, ou seja, ao procurar a diferença como algo positivo, abrem-se novas possibilidades de análise – o que eram relações dicotômicas de dominação/submissão passam a ter um caráter muito mais plural. Esta análise é especialmente importante quando tratamos da vida das mulheres, visto que a categoria **mulher** é constante nas mais diversas sociedades, e esta diferenciação é durável, mas não necessariamente imutável. Isto significa que a escrita da História das Mulheres, aqui no seu sentido mais literal, deve ser pensada a partir de uma ideia de constante transformação a partir de um espaço social definido pela diferença de gênero, diferença esta que muda constantemente ao longo do tempo e também é discutida, repensada e questionada pelas próprias mulheres enquanto sujeitos históricos em seus respectivos contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de escrita desta dissertação, procurei enfatizar como, a partir de fontes do Egito Romano, as mulheres agiam para garantir a manutenção de seus direitos diante de diferentes tipos de violência. Neste sentido, a análise das petições foi estruturada como um ponto de divergência em relação a algumas correntes historiográficas, que priorizam as fontes legislativas para pensar as mulheres na Antiguidade. Com os papiros, seria possível observar como as mulheres do Egito Romano analisavam as situações em que se encontravam e como poderiam utilizar o meio jurídico para que suas necessidades fossem atendidas. Além disso, as fontes demonstram como as narrativas dos papiros são construídas pelas mulheres e como os espaços de negociação dos direitos poderiam ser construídos.

Esta dissertação se propôs, acima de tudo, a demonstrar como, a partir de um estudo de caso, é possível compreender a Antiguidade como um lugar de trocas plurais, para além de modelos discursivos estagnantes em relação à experiência histórica. Para que este tipo de análise fosse possível, foi necessário buscar alguns conceitos contemporâneos – como gênero e agência – para discutir os problemas evidenciados. Surgem assim as primeiras questões: seria possível pensar um recorte de gênero no Egito Romano? Como se configuraria a agência feminina neste contexto?

No decorrer da escrita desta dissertação, procurei enfatizar de que maneira as questões de gênero podem ser utilizadas para uma análise da Antiguidade, pensando especialmente em como este tipo de categoria pode enriquecer os estudos ao questionar alguns limites discursivos – por exemplo, de que as mulheres foram sempre submissas no passado, ou ainda, que sempre foram, são e serão submissas por estarem subjugadas a uma cultura do patriarcado que limita as práticas e as ações femininas. Ainda que conceitos como agência e gênero sejam contemporâneos, eles oferecem ferramentas que possibilitam a mudança no olhar sobre o passado, deslocando de análises totalizantes para pensar aspectos culturais de como a vida das mulheres se dava além das fontes oficiais.

Para pensar as questões de gênero nesta dissertação, utilizei alguns pressupostos teóricos que norteiam o pós-estruturalismo por entender que as contribuições desta corrente teórica possibilitam uma nova abordagem dentro do campo historiográfico, ressaltando como os discursos acadêmicos/oficiais são construídos e de que maneira é possível subvertê-los ao pensar categorias diferentes para a interpretação do passado. Ao fazer o deslocamento de uma análise mais pautada em categorias econômicas para pensar questões culturais e jurídicas de como as próprias mulheres entendiam os processos de violência pelos quais passavam e como utilizavam os instrumentos legais a seu favor, é possível observar de que maneira as mulheres agiam para salvaguardar seus direitos, e que estas práticas são múltiplas. Esta ideia de agência também influencia no modo a partir do qual as mulheres do mundo antigo são observadas, visto que, ao compreender de que maneira utilizavam os instrumentos legais a seu favor, levando em consideração a negociação dos espaços sociais – especialmente para mulheres letradas, que demonstravam conhecimento sobre as leis – e a contestação aos diferentes tipos de violências sofridas, é possível compreendê-las como figuras complexas que agem em seus contextos, ressaltando não a ação individual como algo separado da realidade, mas sim como um jogo de poder que é constantemente repensado.

Neste sentido, os papiros discutidos nesta dissertação foram deliberadamente escolhidos para exemplificar como um tipo diferente de análise é possível: uma análise que prioriza como as próprias mulheres se viam e entendiam seu espaço de ação dentro do Egito Romano. É interessante pensar que, ainda que as narrativas dos papiros não necessariamente tenham sido escritas pelas próprias mulheres – foram escritas por escribas –, elas demonstram alguns jogos retóricos para que a manutenção dos direitos fosse garantida. Quando uma das petionárias afirma que é “uma mulher viúva e fraca”, este tipo de discurso pode, a primeira vista, corroborar como as mulheres eram inferiorizadas no mundo antigo mas, ao confrontar com a historiografia e com outros documentos do período, é possível perceber que este tipo de retórica era comum para que as mulheres alcançassem a manutenção de seus direitos de maneira mais rápida e clara. Assim sendo, elas utilizam os instrumentos legais para subverter o seu discurso a seu favor, desafiando assim a visão de que eram submissas perante as violências que sofriam. Além disso, foi possível identificar categorias sociais comumente excluídas, visto que

alguns papiros aqui analisados tratavam de mulheres analfabetas que solicitaram ajuda jurídica para o reconhecimento público de seus direitos.

A construção do discurso dentro das petições, além de ser um meio pelo qual as mulheres buscavam a manutenção de seus direitos, também se configura enquanto uma maneira das próprias mulheres reforçarem a posição que ocupam dentro da sociedade. Quando uma das peticionárias reclama da visibilidade da violência que sofreu, ela infere que ser vista com uma marca é algo negativo perante os pares em uma sociedade que constantemente busca e reforça a aprovação social em meios públicos.

Este trabalho também procura inserir novos estudos sobre o Egito Romano na historiografia brasileira. Ainda que o contexto seja bastante documentado em pesquisas fora do Brasil e que o campo de estudos sobre a Antiguidade seja reconhecidamente consolidado no Brasil, poucas pesquisas são feitas sobre o Egito Romano especificamente, e esta dissertação busca, neste sentido, contribuir com este panorama ao trazer algumas novas perspectivas sobre a utilização de categorias transversais – como gênero e agência – para o estudo do Egito Romano, entendendo que estas categorias podem auxiliar a compreender de maneira mais plural um contexto tão diversificado.

Um tema considerado importante durante esta dissertação foi a construção de narrativas diferentes sobre as mulheres na Antiguidade e no Egito Romano, pensando as práticas femininas na Antiguidade como algo plural, que não poderia ser definido apenas a partir de fontes oficiais – como a legislação – mas sim analisando questões contextuais e o que os papiros oferecem sobre a vida destas mulheres – como elas se viam perante a sociedade e como a violência sofrida as afetava. Reconfigurar como as mulheres viviam e percebiam sua própria existência na Antiguidade é, neste sentido, também um projeto para dar voz a sujeitos marginalizados e vistos como silenciosos pela historiografia tradicional – as mulheres sempre existiram e suas vozes foram registradas, mas foram deixadas de lado por uma historiografia marcada por relações de poder que as preteriam em virtude de um modelo masculino e eurocêntrico de História.

Ademais, foi possível analisar que, além da História, a Papirologia, enquanto disciplina, também foi marcada por questões de poder desde a sua formação em um contexto imperialista. A construção do conhecimento científico – neste caso, sobre

os papiros – é pensada observando novas questões, como a relação entre a descoberta dos papiros e o domínio britânico no território egípcio, ou ainda, o foco em fontes oficiais como uma maneira de legitimar o Império Romano e seu suposto legado para a posteridade.

Por fim, é importante salientar que este trabalho é um projeto político no sentido em que procura dar voz às mulheres, enfatizando como estas foram agentes em seus contextos perante diferentes tipos de violência. Neste sentido, retomar a voz das mulheres é um processo pautado também por uma perspectiva feminista, entendendo que repensar a experiência feminina na História é fundamental para construir narrativas plurais sobre estas no passado, o que se liga diretamente a maneira pela qual as mulheres são observadas na atualidade – nem santas, nem devassas, mas sujeitos que agem em toda a complexidade de suas experiências e que, mesmo em situações adversas, são ativas dentro do processo histórico e procuram o reconhecimento e a manutenção de seus direitos.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. São Paulo: Blucher Academico, 2009.
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Post-Colonial Studies: The Key Concepts**. London: Routledge. 2008.
- BAGNALL, Roger S. **Egypt in Late Antiquity**. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- BAGNALL, Roger S.; FRIER, Bruce W. **The Demography of Roman Egypt**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BAGNALL, Roger S. **Reading Papyri, Writing Ancient History**. London: Routledge, 1995.
- BAGNALL, Roger S. *Women's Petition in Late Antique Egypt*. In: FEISSEL, Denis; GASCOU, Jean. **La pétition à Byzance**. Paris: Peters Bvba, 2004
- BAGNALL, Roger S.; CRIBIORE, Raffaella. **Women's Letters from Ancient Egypt: 300 B. C. - A. D. 800**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006
- BAGNALL, Roger S. (Ed.). **The Oxford Handbook of Papyrology**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- BARKER, Chris. **Cultural Studies: Theory and Practice**. London: Sage, 2000.
- BERNAL, Martin. **Black Athena: the afroasiatic roots of classical civilization**. New Brunswick: Rutgers University Press, c1987.
- BRAIDOTTI, Rosi. **Sujetos nómades**. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- BRAIDOTTI Rosi. **Metamorphic other and Nomadic Subjects**. Disponível em: <http://www.argekunst.it/wp-content/uploads/2014/11/Metamorphic-Others-and-Nomadic-Subjects1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- BRYEN, Ari. Z. **Visibility and Violence in Petitions from Roman Egypt**. 2008. Disponível em: <http://grbs.library.duke.edu/article/view/891/971>. Acesso em: 21 mai. 2015.
- BRYEN, Ari Z. **Violence in Roman Egypt: A Study in Legal Interpretation**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.
- BRYEN, Ari Z. **Tradition, Precedent and Power in Roman Egypt**. In: REINFANDT, Lucian; TOST, Sven (Ed.). *Official Epistolography and the Language(s) of Power*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2015.
- CANTARELLA, Eva. **Pandora's Daughters: The Role and Status of Women in**

- Greek And Roman Antiquity. London: John Hopkins University Press, 1993.
- CARCOPINO, Jérôme. **A vida quotidiana em Roma no Apogeu do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIXON, Suzanne. **Reading Roman Women**. London: Bristol Classical Press, 2001.
- EVANS, Katherine E. **Domestic Violence and Women's Rights in Roman Egypt: The Case of P. Oxy. VI.903**. Disponível em: <http://kassevans.com/EvansK-POxy903_ViolenceAgainstWomen.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.
- FINLEY, Moses. **Aspectos da Antiguidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. P. 203-222.
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II : Curso no Collège de France: 1983-1984**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- FOURNET, Jean-Luc. **Entre document et littérature: la pétition dans l'Antiquité tardive**. Paris: D. Feissel et J. Gascou. P.61-74, 2004.
- FUNARI, Pedro P. **Romanas por elas mesmas**. In: Cadernos Pagu, nº 5, 1995.
- FROSCHAUER, Harald, HARRAUER, Hermann. **Emanzipation am Nil: Frauenleben und Frauenrecht in den Papyri**. Wien: Phoibos, 2005
- GILCHRIST, Roberta. **Gender and Archaeology: Contesting the Past**. London: Routledge, 1999.
- GRENFELL, Bernard P.; HUNT, Arthur S. **The Oxyrrhynchus Papyri: Part VI**. Oxford: Oxford University Press, 1908.
- GRENFELL, Bernard P.; HUNT, Arthur S. **The Oxyrrhynchus Papyri: Part VIII**. Oxford: Oxford University Press, 1911.
- GROS, F. (Org.). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- GRUBBS, Judith E. **Law and Family in Late Antiquity: The Emperor Constantine's Marriage Legislation**. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- GRUBBS, Judith E. **Women and the law in the Roman Empire: a sourcebook on marriage, divorce and widowhood**. London: Routledge, 2002.

HARRIES, Jill. **Law and Empire in Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HINGLEY, Richard. **O Imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha**. São Paulo: Annablume, 2010.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JAMES, Sharon L; DILLON, Sheila. **A Companion to Women in the Ancient World**. Malden, MA; Oxford; Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

JEFFREYS, David (Ed.). **Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism and modern appropriations**. London: UCL Press, 2003.

KEENAN, James G. Egypt's "Special Place". In: CUEVA, Edmund P.; BYRNE, Shannon N.; BENDA, Frederick. **Jesuit Education and the Classics**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2009.

KELLY, Benjamin. **Petitions, Litigation, and Social Control in Roman Egypt**. Oxford Studies in Ancient Documents. Oxford; New York: Oxford University Press, 2011.

LEMBKE, Katja; MINAS-NERPEL, Martina; PFEIFFER, Stefan. **Tradition and Transformation: Egypt under Roman rule**. Leiden: Brill, 2010.

MARWAY, Herjeet; WIDDOWS, Heather (Ed.). **Women and Violence: The Agency of Victims and Perpetrators**. London: Palgrave Macmillian, 2015.

MCNAY, Lois. **Gender and Agency: Reconfiguring the Subject in Feminist and Social Theory**. Cambridge: Polity Press, 2000.

MCNAY, Lois. **Agency, anticipation and indeterminacy in feminist theory**. In: *Feminist Theory*. London: Sage Publications, 2003. P 139-148.

MUNIZ, Diva C. G.. **Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas**. *OP/S/S*, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 316-329, dez. 2015. ISSN 2177-5648. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/34189>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. (org.) **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991. Vol. 1: A Antiguidade.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POMEROY, Sarah. **Goddesses, Whores, Wives and Slaves** – Women in Classical Antiquity. Baltimore: John Hopkins, 1989.

POMEROY, Sarah. **Women in Roman Egypt: A Preliminary Study based on Papyri**. ANRW II, 1988.

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. *Masculino, Feminino, Plural: Gênero na Interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

ROWLANDSON, Jane. **Landowners and Tenants in Roman Egypt**. The Social Relations of Agriculture in the Oxyrhynchite Nome. Oxford: Clarendon Press, 1996.

ROWLANDSON, Jane (Ed.). **Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras/Companhia de Bolso, 2007.

SCOTT, Joan W. **Gênero, uma categoria útil para a análise histórica**. In: Educação e Realidade: gênero e educação, v. 20. Florianópolis: Ed. Mulheres. 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%c3%aanero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 13 nov. 2016.. P. 20-21.

SILVA, Glaydson J. **Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichy: usos do passado**. São Paulo: Annablume. FAPESP, 2007.

TURNER, Eric G. **Greek Papyri: An Introduction**. Princeton: Princeton University Press, 1968.

WESSELY, Charles. **Les plus anciens monuments du christianisme écrits sur papyrus**. In: GRAFFIN, René. *Patrologia Orientalis*. Tomo IV, fascículo II. Disponível em: <http://www.coptica.ch/Wessely-Monuments.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.

WILCKEN, Ulrich; MITTEIS, Ludwig. **Grundzüge und Chrestomatie der Papyruskunde. I. historischer Teil – Erste Hälfte: Grundzüge**. Leipzig: Teubner, 1912.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

WOOLF, Greg. **Cultural Change in Roman Antiquity – Observations on Agency**. In: KODAI, Journal of Ancient History. V. 13/14. Tokyo: The Editorial Board of KODAI, 2003/2004.

WORP, Klaus A. **Das Aurelia Charite Archiv**. Zutphen: Terra, 1980.